



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

***LIÇÕES
DE
DEONTOLOGIA MILITAR***

**TCOR. ADM.AER.
LUÍS M. ALVES DE FRAGA
SINTRA
1994**

*À memória de meu Pai,
que serviu, exemplarmente, a Armada
Portuguesa, durante mais de quarenta anos*

A 2ª edição desta obra, impressa em caracteres tipo Times New Roman, teve uma tiragem de 200 volumes que vão rubricados, em original, pelo autor.

ÍNDICE

Prefácio	8
1.^a Lição	11
1. Introdução	11
2. Conceitos básicos	12
• Deontologia	12
• Ética	13
• Moral	14
• Deontologia Militar	15
• Vocação	16
• Código Ético	17
• Forças Armadas	18
• Dignidade Humana	20
• Camaradagem	22
2.^a Lição	24
1. Noção de Estado	24
2. Elementos do Estado	26
2.1. População	26
2.2. Território	27
2.3. Poder Político	28
3. Fins do Estado	29
3.1. A Segurança - fim do Estado	29
3.2. Justiça - fim do Estado	31
3.3. Bem-estar social - fim do Estado	32
3.^a Lição	34

1. Guerra e batalha - conceitos	34
2. Classificação das guerras	36
• Guerra civil	36
• Guerra convencional	37
• Guerra de guerrilhas	42
• Guerra nuclear	44
3. «Si vis pacem para bellum»	45
4. A guerra como fenómeno total	51
4.1. A guerra no passado distante	52
4.2. A guerra no passado recente	57
4.3. A guerra no futuro	59
5. Os militares e a guerra	63
5.1. Combatentes e não combatentes	65
5.2. Os civis e a guerra	66
4.ª Lição	67
1. O herói	67
1.1. O herói na História Antiga	69
1.2. Papel do cristianismo na formação do herói	72
1.3. O herói na História Contemporânea	73
2. Características do herói	75
2.1. O herói militar	79
3. A importância dos heróis militares	80
3.1. Para a instituição militar	81
3.2. Para a Nação	81
5.ª Lição	83
1. A traição	83
1.1. Conceito vulgar	83
1.2. Conceito de traição à Pátria	84
2. O oficial das Forças Armadas e a traição	88
6.ª Lição	91
1. Lealdade	91
1.1. Conceito	91
1.2. Noção de frontalidade	93
2. A lealdade e os tempos correntes	94

3. A prática da lealdade	96
7.ª Lição	98
1. Honra	98
1.1. Conceito de honra	98
2. Crimes de honra	100
8.ª Lição	105
1. Crimes de guerra	105
1.1. Noção elementar de Crime de Guerra	105
1.2. As Convenções Internacionais	107
2. O respeito pelos adversários	113
3. Prisioneiros de guerra	115
4. Casos especiais	115
4.1. Ocupantes de aeronaves	117
4.2. Protecção de pessoas e bens	118
4.3. Aeronaves de transporte sanitário	119
9.ª Lição	121
1. Pátria e patriotismo	121
1.1. Conceito de Pátria	121
1.2. Conceito de patriotismo	122
2. Patriotismo e conservantismo	124
3. Patriotismo e nacionalismo	126
10.ª Lição	128
1. Disciplina	128
1.1. Conceito de disciplina	128
1.2. Função da disciplina	130
2. Exercícios para a disciplina	132
Anexo n.º 1	134
Anexo n.º 2	136
Bibliografia	140

PREFÁCIO

Muito próximo do final do mês de Junho o Brigadeiro Comandante da Academia da Força Aérea determinou que se iniciassem os trabalhos que deviam conduzir à reforma curricular do curso de Pilotagem Aeronáutica, de molde a que, ainda antes do início do período de férias, a respectiva proposta fosse apresentada ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Todos fomos poucos para cumprir a ordem clara e precisa que havíamos recebido.

Como consequência dessa reforma surgiu a necessidade de fazer figurar a Deontologia Militar como disciplina científica do âmbito da Direcção do Ensino Académico. Recaiu sobre mim o encargo de a leccionar.

Pese embora a minha idade, a leccionação de outras disciplinas e o trabalho que tal facto acarreta, aceitei - quase diria, alegremente - mais esta missão que me permite formar os futuros oficiais da Força Aérea, nos quais vejo, ano após ano, renovado o meu sonho da juventude.

Na verdade, sempre achei que é uma honra servir na Academia da Força Aérea, porque é aqui que se molda o futuro deste ramo das Forças Armadas Portuguesas, porque, aqui estamos, hoje, mais próximos de amanhã... e com a possibilidade de, cada um a seu modo, determinarmos esse amanhã.

A disciplina de Deontologia Militar é daquelas que tem por obrigação contribuir fortemente para a mudança «interior» de cada futuro oficial, tem por obrigação transmitir conhecimentos que nunca mais se esqueçam, tem de ter o efeito de um ferro em brasa sobre a epiderme - marcar indelevelmente, assegurando, por inteiro, a pertença moral ao grupo castrense.

Não é fácil a missão que me foi confiada, mas, também, não é um desafio desta natureza que me faz recuar; educado no Instituto Militar dos Pupilos do Exército, filho e neto de militares, desde muito novo habituei-me aos rigores da disciplina castrense e, acima de tudo, habituei-me a cumprir.

Preparar a disciplina de Deontologia Militar obrigava-me a uma pesquisa de elementos através dos quais me fosse possível architectar o conteúdo, não só das lições mas, principalmente, dos

elementos de estudo que havia que preparar para os meus alunos. Deitei mãos à obra, como soe dizer-se, e imaginei os apontamentos da disciplina feitos de acordo com o pouco tempo de que dispunha. Optei pela forma de «lições», as quais mais não fossem do que textos que servissem para, à volta deles, se estabelecerem os debates nas aulas.

Concebi dez «lições» cujo conteúdo fosse suficientemente orientado para temas específicos e, em simultâneo, abrangente da forma de estar e, acima de tudo, de ser militar e oficial da Força Aérea. Creio que consegui o meu intento.

Tendo começado a escrever este volume no dia 18 de Setembro de 1993, dei-o por concluído no dia 16 de Janeiro de 1994. Foram quatro meses de sacrifício amarrado frente ao computador¹ e rodeado de velhos apontamentos e de obras várias que repesquei na minha, felizmente, vasta biblioteca ou que, mão amiga, me emprestou. Mas, afinal, ainda antes do início das aulas do segundo semestre lectivo, eu consegui ter prontos os apontamentos para os meus alunos poderem estudar!

Confesso que gostei de escrever este volume, acima de tudo, porque pude carrear conceitos dispersos para uma disciplina que há muito vivia de se apoiar em meia dúzia de ideias tidas como fundamentais: a moral cristã, a guerra justa, as objecções de consciência, o papel das forças armadas perante a Nação, entre outras. Sem desprezar aspectos importantes da moral castrense preferi identificar e delimitar conceitos práticos utilizados todos os dias e que nenhum manual ou código militar definem. São esses conceitos que conformam a moral do chefe militar e, por isso, há que saber o seu significado e amplitude. Julgo que dou algum contributo, pelo menos polémico, nestas questões.

Este volume, modesto na dimensão e no conteúdo, fica a dever muito à compreensão do Brigadeiro Guilherme da Costa Santos, Comandante da Academia da Força Aérea, Amigo e velho companheiro de curso da Academia Militar, pelas imensas facilidades que me proporcionou.

Ao meu querido Amigo TCoronel Capelão António Bernardo, fico a dever o empréstimo de inúmera bibliografia e, mais do que isso, o inestimável conselho e o apoio moral para conseguir chegar ao fim.

À minha Mulher não posso deixar de agradecer o sacrifício de tantas horas privada da minha companhia e o auxílio no trabalho de revisão de partes do texto. Igualmente, são credoras de

¹ O tipo de processamento de texto que utilizo possibilitou-me saber que escrevi 49.660 palavras e que nesse trabalho gastei 310 horas.

gratidão as minhas Filhas Inês e Sofia que, pacientemente e na medida das suas possibilidades, me ajudaram na transcrição de alguns textos aqui incluídos.

Os erros que o trabalho contém são, obviamente, da minha exclusiva responsabilidade.

Aos meus alunos desejo que se possam tornar merecedores do sacrifício que, com agrado, fiz por eles e pela Força Aérea que todos desejamos mais enobrecida.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1994

1.^a LIÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A disciplina de Deontologia Militar é fundamental em qualquer Academia que se dedique à educação e formação de oficiais dos quadros permanentes.

Tendo há muito tempo deixado de ser leccionada como disciplina científica² na Academia da Força Aérea, com a reforma do *curriculum* do curso de Piloto-Aviador, foi a Deontologia Militar introduzida como matéria fundamental à educação militar **de todos** os alunos da AFA.

Superiormente foi decidido que a disciplina de Deontologia Militar não fosse leccionada por um capelão militar, como era tradicional na Academia Militar, e passasse a ser ensinada por um oficial da Força Aérea.

Trata-se de uma disciplina fundamental e muito importante na educação dos futuros oficiais da Força Aérea, porque, como veremos, é ela que permite a cada aluno, além de aprender a moral da actividade profissional que escolheu, verificar se, efectivamente, tem perfil para ser aquilo que, em determinado momento, desejava ser.

Os elementos de estudo não vão ser muitos mais que as folhas fornecidas pelo Professor e os apontamentos que os alunos possam tirar nas aulas, todavia, a exigência de conhecimentos será, por certo, grande, pelas razões que foram expressas e estão associadas à natureza desta disciplina. Naturalmente, fornecerei uma lista bibliográfica para possibilitar uma mais ampla oportunidade de leitura, àqueles dos nossos alunos que pretendam alargar conhecimentos.

O programa aborda questões tão diferentes como o estudo da finalidade das Forças Armadas, o Estado, a Nação, o Poder Político, as virtudes militares, o «espírito de corpo», a guerra e muito mais, tendo em vista a identificação da *moral*, ou do *comportamento moral*, que deve orientar os militares na sua vida, por forma a que, sem faltarem ao cumprimento dos seus deveres para com os camaradas, para com a Administração³ e, acima de tudo, para com a comunidade nacional,

² Ou seja, como disciplina incluída no leque das que se leccionam no âmbito da Direcção de Ensino Académico da AFA.

³ Deve entender-se por *Administração* o Governo, a Assembleia da República, os Tribunais e o Presidente da República.

sejam capazes de respeitar e fazer respeitar - mesmo nas condições mais adversas - a **dignidade humana**.

2. CONCEITOS BÁSICOS

Qualquer disciplina tem os seus conceitos básicos ou elementares, os quais acabam constituindo a ante câmara do conhecimento que se vai estudar; sem esses conceitos as primeiras explicações poderiam ser incompreensíveis ou, pior, poderiam ser deturpadas, por se atribuir um significado às palavras que não correspondia àquele que era usado pelo docente ou pelo entendido na matéria. Escolhemos uns poucos conceitos para desenvolver nesta primeira lição. Mais importante do que sabê-los, é compreendê-los e ser capaz de os explicar e inserir no contexto da vida militar⁴.

• DEONTOLOGIA

Etimologicamente a palavra *deontologia* deriva da língua grega através da junção de dois termos - *déon*, *déontos*, que significa «dever» mais *lógos*, que quer dizer «tratado» - que lhe dão o seu significado mais amplo: tratado ou estudo do dever. No dicionário da língua portuguesa⁵ define-se, textualmente, deontologia como sendo «o estudo dos deveres especiais de uma situação determinada, particularmente dos das diversas profissões».

Não nos interessa, aqui e agora, tratar «dos deveres especiais de uma situação determinada», mas dos deveres especiais «das diversas profissões» e, muito em particular, da militar.

Coloquemos, desde já, uma pergunta: o que é que devemos entender como profissão?

Embora em tempo oportuno os alunos venham a estudar esta questão⁶, convirá deixar dito que nem todas as actividades ocupacionais e lucrativas dos adultos podem, do ponto de vista sociológico, ser consideradas profissões; para que tal aconteça é necessário que a relação do profissional com a sua actividade seja de *entrega total*, resulte de um *forte sentido de serviço comunitário*, que ele a exerça com *perfeito conhecimento do modo de solucionar os problemas*, que tenha um *profundo sentido da responsabilidade*, não sendo motivado pelo desejo de lucro,

⁴ São, ao todo, dez, porque, tratando-se dos iniciais, há tempo para adquirir outros mais complexos que, só depois de se ter apreendido a amplitude da matéria, é possível explicar.

⁵ *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª ed., da autoria de J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, editado na cidade do Porto pela Porto Editora em 1987.

⁶ Com efeito, os alunos do curso de Pil. Av., no 3º ano, terão a disciplina de Sociologia Militar na qual é abordado em profundidade este problema.

e, por fim, que nutra um *perfeito sentido de companheirismo* em relação aos outros profissionais como ele.

Com os elementos acima enunciados é-nos fácil concluir que nem todas as actividades ditas profissionais o são na verdade.

Resta-nos, agora, voltar para a outra vertente da definição proposta: os deveres.

- O que são deveres? O que são deveres especiais?

Os deveres são, em princípio, todas as obrigações, ou seja tudo aquilo que um indivíduo, de livre vontade, aceitou fazer. Não constitui dever ou obrigação o cumprimento de uma promessa que foi arrancada sob coacção. Parece, também, evidente que nem todas as obrigações relativas a uma profissão se devem considerar como deveres, daí que, na definição que vimos analisando, se refira «deveres especiais».

Entendem-se como deveres especiais de uma profissão todas as obrigações que a caracterizam e que, na ausência de código escrito, são ditadas pelo bom senso e pelo Direito Natural⁷. Exemplifiquemos.

É suposto que um advogado não engane o seu cliente, colocando-se ao lado daqueles que estão contra os interesses deste. Ainda que não esteja codificada esta obrigação, o bom senso leva a que a reconheçamos como um dever dos advogados, o qual se traduz na *lealdade*.

Depois destas considerações gerais, parece que estamos em condições de propor o nosso próprio conceito.

Assim, entendemos que *Deontologia é o estudo dos deveres profissionais compilados em código escrito ou ditados pelo Direito Natural*.

• ÉTICA

Segundo G. Thines e Agnès Lempereur⁸, a Ética é «a ciência não só descritiva mas também normativa que procura estabelecer absoluta ou categoricamente as regras mais fundamentais da conduta humana».

Este conceito vai ser por nós estudado, porque, muitas vezes, se refere a Ética Militar como sinónimo de Deontologia Militar e, assim, haverá que determinar o rigor dessa igualdade. Começemos por compreender a definição que nos é proposta⁹.

⁷ Deve entender-se por Direito Natural aquele que é inerente ao próprio homem, só pelo facto de ser homem. Tomemos um exemplo; faz parte do Direito Natural o princípio da condenação do assassinato, porque a vida é um direito de todo o homem.

⁸ *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 1984, p. 362.

A Ética, ao contrário da Deontologia, é uma ciência, enquanto esta é uma disciplina¹⁰, o que quer dizer que na sua construção se utiliza um método crítico; mas, os autores da definição afirmam tratar-se de uma ciência descritiva e normativa, ou seja, não se limita a descrever os fenómenos que estuda, mas visa o estabelecimento de «leis» que regem esses mesmos fenómenos. Como objectivo, a Ética, enquanto ciência, procura - o que quer dizer que nem sempre consegue - estabelecer de modo definitivo e irrefutável «as regras mais fundamentais da conduta humana».

Podemos, pois, concluir que o âmbito da Ética é mais amplo do que o da Deontologia, porque visa o estabelecimento das regras, enquanto esta só as identifica e estuda. Assim, *Deontologia e Ética não são, de facto, a mesma coisa e, em rigor, as duas palavras não devem ser utilizadas como sinónimos, já que a igualdade só se verifica até à fase descritiva, ficando excluída a fase nomotética*¹¹.

• MORAL

Esta palavra (oriunda do termo latino *mores* que queria dizer «costumes») tem vários significados, consoante se trata de um substantivo ou de um adjetivo, segundo se entende o conceito que ela encerra no domínio da Filosofia ou no da Psicologia. Por necessidade, vamos restringir-nos ao âmbito da Filosofia¹².

Os dirigentes do já citado *Dicionário Geral das Ciências Humanas* (G. Thines e Agnès Lempereur)¹³ dizem que Moral é «[...] uma parte da Filosofia que trata das normas relativas à conduta humana; *moral* é aqui sinónimo de *ética*, ainda que a *ética* se limite na maior parte das vezes à moral geral ou fundamental (que estuda os fundamentos e os princípios gerais da moralidade), enquanto a *moral* compreende também a moral especial ou aplicada (que aplica a moral geral aos diversos sectores da existência humana)». Tentemos compreender a definição e a explicação que os próprios autores se encarregaram de dar.

⁹ O Capitão Capelão Pe. Dr. Joaquim Luís Cupertino, dá a seguinte definição de Ética: «O conjunto de prescrições admitidas numa época e numa determinada instituição, orientadas no sentido de assegurar à respectiva instituição um funcionamento eficiente, condigno e honroso» (*Deontologia Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1975, p. I/1).

¹⁰ Note-se que empregamos aqui a palavra disciplina no sentido de um conhecimento que se estuda.

¹¹ Diz-se que uma ciência é *nomotética*, quando o seu objectivo é o estabelecimento de normas, regras ou leis.

¹² O Capitão Capelão Pe. Dr. Joaquim Luís Cupertino, dá a seguinte definição de Moral «É a ciência normativa que estabelece as leis da actividade livre do homem, às quais a vontade se deve submeter e, por isso, segundo as quais o homem deve conformar as suas acções para poder realizar o bem e, deste modo, viver em conformidade com a sua natureza humana e o seu fim último» (*Deontologia Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1975, p. I/3).

¹³ Veja-se a nota número 6.

Antes do mais a Moral é uma parte da Filosofia, ou seja, dentro da «indagação racional sobre o mundo e o homem, com o propósito de encontrar a sua explicação última»¹⁴, é a parte que se dedica à procura, ao conhecimento e à explicação das normas da conduta humana; tem, por conseguinte, uma grande semelhança com a Ética. Todavia, os autores identificam, dentro dessa semelhança, uma diferença: é que a Ética tem como âmbito de estudo e análise, quase sempre, a moral geral ou fundamental, isto é, aquela que estuda os princípios e os fundamentos mais gerais da moralidade¹⁵, enquanto que a Moral como parte da Filosofia, dedica-se, também, ao estudo da moral especial ou aplicada, ou seja àquela moral (ou conjunto de normas ou de regras de conduta) que regem certos sectores da humanidade¹⁶. Em síntese, *o âmbito da Moral é mais amplo do que o da Ética - no primeiro, cabe o estudo de todos os tipos de moral, enquanto no segundo só cabe o estudo da moral geral*¹⁷.

• DEONTOLOGIA MILITAR

Já anteriormente vimos que a Deontologia é o estudo dos deveres profissionais compilados em código escrito ou ditados pelo Direito Natural. Como a actividade dos militares é, na perspectiva sociológica, uma profissão, poderemos dizer, sem mais explicações, que a ***Deontologia Militar é o estudo dos deveres profissionais dos militares***¹⁸.

Dado que na definição de Deontologia se faz referência a «códigos escritos» e a deveres ditados pelo Direito Natural, parece que o estudo dos deveres profissionais dos militares tem de passar pela análise de duas vertentes distintas: uma, é a de todos, ou só alguns, códigos que pautam a vida dos militares portugueses; outra, é a dos deveres ditados pelo Direito Natural e pela tradição ou direito consuetudinário militar.

¹⁴ Conceito de Filosofia devido a J Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, *op. cit.*

¹⁵ O que quer dizer que se dedica mais aos casos da moral de todos os seres humanos.

¹⁶ O exemplo mais flagrante, como mais à frente havemos de ver, é o dos militares; podemos, por conseguinte, avançar desde já com uma conclusão: a Moral Militar é um caso particular da Moral geral, donde, pode-se falar de uma Moral Militar, mas não se deve falar, com propriedade científica, de uma Ética Militar.

¹⁷ Claro que, quando se adjectiva a Ética - por exemplo, Ética Militar, Ética Judicial, etc. - está-se, pouco cientificamente, a reduzir a Ética a uma Moral especial; então aí pode-se, impropriamente, falar de sinónimos.

¹⁸ Os franceses definem Ética Militar - sinónimo de Deontologia Militar - como sendo «[...] o conjunto de regras morais, escritas ou não, próprias do grupo social constituído pelo pessoal que serve sob as bandeiras» (*Éthique Militaire. Guide a l'usage des cadres*, C. E. A. A., 1971, p. 7).

O estudo dos códigos deontológicos escritos implica uma análise da *Constituição da República Portuguesa*, do *Regulamento de Disciplina Militar*, do *Regulamento de Continências e Honras Militares*, do *Código de Justiça Militar*, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e de algumas das Convenções ditas de Genebra e Haia, numa perspectiva da busca das normas de conduta moral a que estão obrigados os militares portugueses.

Por outro lado, o estudo da tradição militar portuguesa passa pelo conhecimento do comportamento histórico dos portugueses enquanto militares.

De posse dos elementos que esta reflexão permitiu é possível rever o conceito de Deontologia Militar, tornando-o tão abrangente e claro quanto possível. Assim, pode entender-se que a *Deontologia Militar é o estudo sistemático dos deveres que conformam o comportamento moral dos profissionais militares, quer se encontrem implícita ou explicitamente expressos em regulamentos, códigos e convenções, quer resultem de uma tradição antiga entre os militares de um país ou entre todos os militares*¹⁹.

Deste conceito de Deontologia Militar pode concluir-se o objectivo da disciplina de Deontologia Militar na Academia da Força Aérea, o qual, em síntese, é: *identificar e estudar as normas e regras gerais que conformam o comportamento moral dos militares portugueses*. Como se vê, não é nosso propósito estabelecer normas ou regras morais, mas tão-só dá-las a conhecer aos alunos, obrigando-os a interiorizá-las pelo estudo e a compreendê-las pela discussão.

• VOCAÇÃO

É muito frequente, quando se fala de estudos e de escolha de cursos de jovens ou para jovens, referir-se a *vocação* para esta ou aquela área, para esta ou aquela actividade. Na maioria dos casos não se trata de uma verdadeira *vocação*, mas tão-só de uma *aptidão*, de uma *tendência*. Vejamos, qual o motivo.

Etimologicamente a palavra vocação deriva do vocábulo latino *vocaciōne* - «acção de chamar»-, facto que nos leva a encontrar para o termo português o sinónimo **chamamento**. *Uma vocação é um chamamento*.

¹⁹ O Capitão Capelão Pe. Dr. Joaquim Luís Cupertino, dá a seguinte definição de Deontologia Militar: «É a ciência que trata da aplicação das regras gerais da moral ao caso concreto da profissão das armas, descrevendo e justificando a conduta do bom soldado, não porém ao nível das prescrições legais, mas sim das exigências da sua natureza de homem» (*Deontologia Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1975, p. I/8).

Compreende-se, agora, qual a razão que nos levou a dizer que a escolha de determinados cursos ou actividades resulta somente de uma aptidão ou de uma tendência; para que haja, **de facto**, uma **vocação** é necessário que a escolha resulte de um **chamamento interior**, de um *sonho* que se acalentou durante muitos anos, de um *desejo profundo*, de uma *necessidade vital*.

A escolha da carreira militar como opção de vida, como ideal de futuro, é uma vocação, porque resulta de um chamamento interior - não se escolhe ser militar como se opta por ser economista ou arquitecto -, **porque corresponde a um ideal de serviço da comunidade com oferta da própria vida se e sempre que tal for necessário.**

Em síntese, **vocação é um chamamento interior, que se faz sentir há muito tempo, que aponta para o cumprimento de um ideal de vida que, por altruísmo, tem como finalidade servir os outros.**

• CASTRENSE

É vulgar ouvir-se falar de actividade *castrense* ou de profissão *castrense*. Achei que seria conveniente esclarecer o significado deste termo, para que os alunos o empreguem com propriedade.

É uma palavra que deriva do latim *castrense* e que significa «relativo ao acampamento»²⁰. Para nós, portugueses, assumiu o significado de relativo às coisas militares, ou, por simplificação, tornou-se sinónimo de militar.

• CÓDIGO ÉTICO

Um código é «uma colecção ordenada e articulada de preceitos, normas, cláusulas e disposições relativas a um assunto especial de direito»²¹.

Usa-se, em geral, a designação de *código ético* para identificar o **conjunto de regras de natureza deontológica** (aqui aparece *Ética* como sinónimo de *Deontologia*) **que regulam uma actividade profissional**. Curiosamente, os *códigos éticos*, na maioria das vezes, nem reduzidos a escrito se apresentam; há-os que não passam de simples articulados de uns quantos preceitos gerais (o caso do *juramento de Hipócrates*, que se adopta em algumas Faculdades de Medicina),

²⁰ Veja-se o já referido *Dicionário da Língua Portuguesa*.

²¹ Continua-se a aconselhar a consulta ao mesmo *Dicionário*.

enquanto outros pretendem ser mais completos, como é o caso dos militares. Todavia, o *código ético* dos militares, por ser tão vasto e assente, essencialmente, na tradição apresenta só as partes mais evidentes reduzidas a escrito, remetendo para a prática habitual e tradicional outros aspectos que nem sempre são pouco importantes. Em alguns países ainda existem os chamados *tribunais de honra* onde são julgados os militares que tenham tido comportamentos menos conformes à prática deontológica castrense. Entre nós, na Força Aérea, o *tribunal de honra* toma a designação de *Conselho Superior de Disciplina*.

Como mais à frente teremos oportunidade de verificar, as três primeiras e mais evidentes peças do que poderemos chamar *código ético (deontológico) dos militares portugueses* são a *fórmula do Juramento de Bandeira*, o ***Regulamento de Disciplina Militar*** e parte do articulado do ***Código de Justiça Militar***; seguem-se-lhes outras que tentaremos identificar e estudar.

• FORÇAS ARMADAS

Adivinho o espanto nos meus alunos ao verificarem que lhes vamos fornecer o conceito de Forças Armadas.. Eles que, até, já julgavam saber o que isso é!

Com efeito, muita gente julga que é fácil delimitar o conceito de Forças Armadas e, contudo, trata-se de uma tarefa difícil. Começemos por pensar na *finalidade das Forças Armadas* e admitamos que, genericamente, chegávamos à conclusão que elas existem para:

1. *Garantir a soberania dos Estados;*
2. *Cumprir o desenvolvimento da política externa dos Estados, por recurso à força ou à ameaça do seu emprego;*
3. *Representar o elemento dissuasor armado que iniba outros Estados de atentarem contra a independência estadual;*
4. *Em casos muito excepcionais, contribuir para a reposição da ordem interna dos Estados.*

Como se vê, a *finalidade das Forças Armadas* está essencialmente virada para as ameaças que possam incidir sobre os Estados vindas do exterior ou para cumprir, de forma armada, a *política externa previamente definida*. Pensemos, agora, no caso português. Será que a Guarda Nacional Republicana deve ser incluída neste conceito de Forças Armadas? E a Polícia de Segurança Pública? E, quando ainda existia, a Guarda-Fiscal? É claro que nenhuma destas corporações deve, **deontologicamente**, ser admitida como integrante das Forças Armadas

Portuguesas. A linha demarcadora pode ser definida com facilidade: **sempre que uma corporação armada, legalmente constituída, tem como missão essencial específica o policiamento e as acções de polícia sobre cidadãos isolados ou organizados em grupos que se constituem fora da lei, não é passível de, deontologicamente, ser considerada integrante das Forças Armadas.**

Tomemos, agora, uma outra situação: será que um grupo de guerrilheiros, que luta pela libertação do povo ao qual diz pertencer, pode ter o estatuto deontológico de Forças Armadas?²² Temos, aqui, duas situações distintas a considerar: por um lado, aquela em que o grupo de guerrilheiros pratica, como acções armadas, essencialmente, actos de puro terror²³; outra, quando os guerrilheiros se apresentam já com uma organização militar mínima e, em concomitância, as suas acções armadas apontam para alvos militares e forças militares.

Na primeira situação, deontologicamente, não se pode, nem deve, falar de Forças Armadas - trata-se, do ponto de vista militar, de um grupo político armado; na segunda situação, não podendo designar esse grupo guerrilheiro como Forças Armadas²⁴ - se o seu comportamento - em especial para com as populações civis e para com os prisioneiros das Forças Armadas que o combate, o justificar, não nos repugna aceitar que se estará face a umas pré Forças Armadas.²⁵

Há ainda uma outra situação que aparentemente pode levar qualquer observador menos atento a cair em erro: o caso de certas organizações armadas ao serviço de partidos políticos, em geral, únicos. Tomemos como exemplo o caso das tropas S.S., na 2ª Guerra Mundial, ou o da Legião Portuguesa, durante o Estado Novo. Tratavam-se de organizações armadas com um estatuto jurídico semelhante ao dos militares das Forças Armadas mas, contudo, deontologicamente,

²² Deve consultar-se o artigo «Direito dos Conflitos Armados - Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra» da autoria do TCor. ADMAER Manuel de Campos Almeida, publicado na revista *Mais Alto*, nº 283, Mai/Jun, 1993.

²³ Deve entender-se por «terror» a fase em que prevalecem as acções armadas contra população civil indistinta sem selecção de alvos com interesse exclusivamente militar.

²⁴ As Forças Armadas, para o serem, têm de estar legitimadas pela população nacional e, na maior parte dos casos, os grupos de guerrilha lutam em nome de todos mas sem a legitimidade, isto é, a aceitação, de todos aqueles em nome de quem se batem.

²⁵ Por outras palavras, sempre que o comportamento do grupo guerrilheiro tiver em consideração a dignidade humana dos seus oponentes e da população, ele está próximo de um comportamento moral militar. Deve ter-se em conta o já referido artigo do TCor. Campos Almeida, muito particularmente porque, segundo as Convenções Internacionais, os movimentos armados de libertação colonial devem ser considerados como forças armadas, facto que não é pacífico e que carece de melhor prova.

estavam fora do conceito, porque, na verdade, eram grupos que funcionavam em obediência a hierarquias políticas e não a hierarquias militares²⁶.

Em síntese, **Forças Armadas são grupos específicos e especializados de cidadãos armados, reconhecidos como legais e legítimos pela população de um Estado, que têm como finalidade a defesa da independência e soberania desse Estado e, quando necessário, a prossecução da política externa por recurso à força ou à ameaça do seu uso, que obedecem aos poderes públicos legais e legítimos, sejam eles quais forem.**

• DIGNIDADE HUMANA

Para se chegar ao conceito de *dignidade humana* há que recuar na História, pelo menos, duzentos anos, à Revolução Francesa (1789).

Na verdade, foi durante esse acontecimento marcante que, em França e, depois, por toda a Europa, se começou por reconhecer, ainda que teoricamente, que todo o cidadão é igual perante a lei. Com efeito, há duzentos anos, esta noção não passava de uma mera declaração de princípios pois ainda havia cidadãos que, pela quase total ignorância da sua condição, jamais foram capazes de reivindicar os seus direitos²⁷. Mas, o facto que demonstra à evidência que nem todos os cidadãos tinham direitos iguais, é a *incapacidade* das mulheres. Com efeito, cidadão era o homem, já que às mulheres lhes estava vedada tal condição.

Passemos em revista breve alguns factos históricos bem significativos da variação do conceito de *dignidade humana*:

²⁶ Curiosamente, também deve ser excluído do grupo militar a figura do Comissário Político tão famosa e divulgada nas Forças Armadas da União Soviética e de todos os países comunistas. Essencialmente, era um *polícia* e um *agente político*, fardado de militar. Em tempos (até ao começo do século XX) estabeleceu-se a diferença entre tropas combatentes e tropas não combatentes, sendo o código ético bastante diferente; poderíamos comparar esta situação à dos Comissários Políticos.

²⁷ Repare-se no texto do Art.º 1.º da Constituição Política Portuguesa de 23 de Setembro de 1822: «A Constituição Política da Nação Portuguesa tem por objecto manter a liberdade, segurança e propriedade de **todos os portugueses**»; note-se, também, como era definida a liberdade - Art.º 2.º - «A liberdade consiste em **não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe**. A conservação desta liberdade depende da exacta observância das leis» (Veja-se compilado pelo Prof. Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituição*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Petrony, Lda, 1992, pp. 29-30.).

Como se vê, a Constituição não excluía nenhum Português dos direitos que consagrava, embora, mais à frente explicitasse quem o era - um escravo só atingia a qualidade de Português quando alcançasse a carta de alforria. É interessante notar a noção de liberdade: fazer tudo o que não estava proibido ou consagrado em lei.

- ♦ Há duzentos anos, escravos e mulheres tinham um estatuto muito idêntico, já que as segundas eram, na prática, semi-propriedade do pai, do irmão ou do marido, quando não, na falta de todos eles, do próprio filho.
- ♦ No século XVIII ainda eram admitidos, nos países europeus ou de matriz cultural europeia, castigos corporais - açoites e chicotadas, nomeadamente, nas fileiras militares - para expiar determinadas faltas; igual tratamento podia ser dado às mulheres, em especial, nos casos de adultério ou simples suspeita²⁸.
- ♦ Às mulheres, na prática, estava vedada a frequência de escolas, sendo educadas na casa paterna ou em conventos, razão pela qual não tinham possibilidades de se matricular nas universidades²⁹.
- ♦ A escravatura só acabou, nos países europeus e nos de cultura com matriz europeia, nos finais do século XIX³⁰, tendo-se mantido sinais de verdadeira exploração servil, em muitos países europeus³¹, ainda até ao começo da segunda metade da actual centúria; nas colónias africanas da Grã-Bretanha, da França, da Bélgica e de Portugal, o negro foi tratado, até ao século XX, com muito pouca humanidade³².
- ♦ Em muitos países da Europa a prostituição foi permitida e era controlada como uma actividade legal, até depois dos anos sessenta do século XX³³, sendo, ainda hoje, tolerada na maioria dos países europeus e ocidentais³⁴.

²⁸ Em Portugal, popularmente, dizia-se, a propósito do marido bater na mulher: «Chega-lhe mesmo que não saibas porquê, dado que ela há-de descobrir!».

²⁹ Entre nós, as primeiras mulheres com curso de professoras primárias e superiores surgiram no começo do século XX e foram, de um modo geral, muito poucas. Foi a República, depois da 1ª Guerra Mundial, que criou disposições legais que facilitaram o acesso a actividades semelhantes às que estavam reservadas aos homens. Como mera curiosidade, recorda-se que as primeiras mulheres a obter carta de condução automóvel, em Portugal, só o fizeram na década de trinta do presente século e que só em 1969 é que todas as mulheres de maior idade, ganharam o direito ao voto.

³⁰ A servidão da gleba só foi dada por extinta, na Rússia, na passagem para o século XX.

³¹ Em Portugal, Espanha e sul da Itália.

³² No final dos anos 50 do século actual, na cidade da Beira, em Moçambique, os negros ainda eram obrigados a saltar do passeio para a rua quando se cruzavam com um branco. Ainda nessa época os castigos corporais eram frequentes nas esquadras de polícia nas colónias portuguesas.

³³ A prostituição e as respectivas casas de passe foram proibidas em Portugal no ano de 1962.

³⁴ Em alguns países da Europa ainda constitui atracção turística a exibição de prostitutas em montras de casas de certas ruas.

- ♦ Só já no final do século XIX é que as mulheres, em alguns países e em circunstâncias especiais, puderam passar a votar e a participar activamente na vida política das respectivas comunidades. É um fenómeno recente a entrega de altos cargos políticos a mulheres.
- ♦ Durante a 2ª Guerra Mundial os alemães nazis praticaram verdadeiras atrocidades, não só procedendo ao extermínio massivo de milhões de seres humanos em câmaras de gás, ou segundo outros métodos, sob a acusação exclusiva de serem judeus como, também, utilizando as suas vítimas para fazerem experiências como se de animais se tratassem. Tudo isto aconteceu há menos de cinquenta anos.
- ♦ Só muito recentemente foi permitido o convívio total, sem distinções, entre brancos e negros na República da África do Sul.
- ♦ Só já depois de 1945 é que se começou a reconhecer que as diferenças étnicas entre grupos humanos não interferiam nas suas capacidades intelectuais e que estas resultavam essencialmente da cultura dos grupos, isto é, de factores exteriores ao próprio indivíduo.
- ♦ Hoje assiste-se indiferente à morte de milhares, milhões, de seres humanos por falta de alimentos - Moçambique é, no momento presente, o país mais pobre do mundo.

Quisemos evidenciar todo este caudal de situações anómalas para demonstrar que *o conceito de dignidade humana é muito vago e está ainda a construir-se já que não pode haver dignidade quando há desigualdades de toda a ordem entre seres da mesma espécie - a espécie humana.*

Embora seja difícil encontrar um conceito delimitador de **dignidade humana**, julgamos que não estaremos muito longe se dissermos que ela **existe sempre que ao Homem for reconhecida a sua dimensão de ser superior e exactamente igual a qualquer outro ser humano sem distinções baseadas na cor da pele, no credo religioso adoptado, no idioma falado, no sexo, na idade ou em condição económica.**

• CAMARADAGEM

É vulgar a utilização deste termo entre militares e, *correntemente, significa companheirismo entre profissionais castrenses.* No entanto, a *camaradagem vai significativamente mais longe, porque ela é o laço que liga todos os elementos das Forças Armadas, mas é, também, o compromisso moral que prende, uns aos outros, os elementos dos pequenos grupos de militares.*

Com efeito, é em nome da camaradagem que se pedem, por vezes, os maiores sacrifícios individuais, ou seja, é através dela que o grupo controla e coage o indivíduo, limitando-lhe a sua liberdade e a sua capacidade de opção; a camaradagem é um sentimento muito bonito, mas pode

ser utilizado de formas muito feias. O espaço fronteiriço que há entre a camaradagem e a chantagem é muito pequeno, tal como acontece, aliás, nas relações familiares³⁵ - quantas vezes, em nome da Família e da amizade familiar, se tem de aceitar situações intoleráveis que entre estranhos nunca seriam possíveis de sustentar? Também, em certas ocasiões se tem de aceitar situações entre militares que não eram sustentáveis entre civis. Deve notar-se que essas situações são tanto mais possíveis de existir quanto mais reduzido for o grupo de camaradas e mais próximos e ligados entre si eles estiverem³⁶.

³⁵ Há uma frase que traduz o quanto a amizade familiar é um sentimento imposto, difícil de lutar contra ele, ou contra as corrupções que, por vezes, se geram: «Os familiares são os amigos que a Natureza nos **impõe**, os amigos são os familiares que o coração **escolhe**».

³⁶ Casos que exemplificam estas situações e que se explora muito na ficção militar são os ocorridos em campanha, que envolvem segredos de cobardia ou traição.

2.^a LIÇÃO

1. NOÇÃO DE ESTADO

O objectivo desta lição é fornecer aos alunos conhecimentos elementares sobre o Estado moderno, com vista à compreensão do papel das Forças Armadas na actual sociedade nacional e internacional.

Na verdade, seria absurdo estar a leccionar uma disciplina que descreve as obrigações deontológicas do militar, enquanto servidor do Estado, sem primeiro entendermos esta mesma entidade.

O que é o Estado?

Em Ciência Política são muitas e variadas as acepções em que se usa a palavra Estado, contudo, para o efeito que temos em mente, é suficiente uma das definições propostas pelo Prof. brasileiro Darcy Azambuja: «*é uma sociedade organizada sob a forma de governantes e governados, com território delimitado e dispondo de poder próprio para promover o bem dos seus membros, isto é o bem público*»³⁷. Também o Prof. Marcello Caetano propôs uma noção para Estado que, quanto a nós é mais limitada do que a do autor já citado. Assim, diz este último que Estado «*é um povo fixado num território, de que é senhor, e que dentro das fronteiras desse território institui, por autoridade própria, órgãos que elaboram as leis necessárias à vida colectiva e imponham a respectiva execução*»³⁸.

Note-se como os dois autores evidenciam a ideia de, para existir um Estado, ter de haver «*gente*» (um chama-lhe *governantes e governados* e o outro *povo*) ou, mais propriamente, **população**. Mas a população, que se encontra organizada em governantes e governados, para que - ainda segundo os dois autores - possa constituir um Estado, tem de estar instalada num **território**.

³⁷ Veja-se *Introdução à Ciência Política*, Porto Alegre, Editorial Globo, 1969, p.27.

³⁸ Transcrito da obra *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, tomo I, Coimbra, Livraria Almedina, 1989, p. 122. É mais limitada, porque se resume à feitura de leis para se conseguir o bem público.

Também, Azambuja e Caetano dão ênfase ao *poder próprio* ou à *autoridade própria* para *promover o bem público* ou *elaborarem as leis*, quer dizer, ambos identificam o **poder político**. Uma população não faz um Estado. Realmente, se imaginarmos como possível a existência de um espaço geográfico desabitado e não pertencente a nenhum Estado e para ali fizermos deslocar pessoas idas de diferentes países, não estamos perante um novo Estado, ainda que simulemos a existência de um Governo. Não estamos, porque *só temos uma população* e não temos uma **Nação**.

Para que uma população possa constituir uma **Nação** é necessário que tenha uma **tradição cultural**, que se traduz numa **História comum**, isto é, um passado com o qual todos se identificam; que fale a **mesma língua** (embora não seja fundamental); que possua **idêntico conceito de vida** em comum; que tenha os **mesmos ideais colectivos**; que aspire a um **futuro semelhante**³⁹.

Temos dois exemplos históricos de Nações que não constituíram Estados durante muito tempo e que, no entanto, não perderam a sua identidade: os Israelitas e os Palestinos.

Julgamos que se vê, assim, facilmente que os elementos fulcrais para a existência de uma Nação são o **Passado**, o **Presente** e o **Futuro**⁴⁰. Também, agora se compreenderá a razão pela qual se estuda História nas Academias: fundamentar o espírito da Nação.

O *presente* de cada Nação resume-se àquilo que o Prof. Marcello Caetano designou «idêntico conceito de vida» e «ideais colectivos». Na verdade, e embora não nos apercebamos desse facto, os cidadãos de uma mesma Nação têm os *mesmos conceitos de vida*, porque *têm uma forma de pensar e encarar a o dia a dia muito semelhante* - mais semelhante do que diferente - porque *têm, a respeito dos outros, sentimentos muito iguais*; os *ideais colectivos* são os mesmos, porque *desejam, sensivelmente, atingir os mesmos padrões económicos, usufruir da mesma consideração colectiva*.

Quando esta igualdade ou semelhante forma de sentir, viver e desejar o presente, se realiza está-se, necessariamente, a projectar um futuro igual, isto é, está-se a pretender continuar o presente no futuro.

³⁹ Veja-se Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 123.

⁴⁰ O Prof. Darcy Azambuja caracteriza da seguinte forma a noção de Nação: «[...] é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns [...]; nação é uma entidade moral no sentido rigoroso da palavra. Nação é muita coisa mais do que povo, é uma comunidade de consciências unidas por um sentimento complexo, indefinível e poderosíssimo: o **patriotismo**» (*op. cit.*, pp. 31-32. Como se vê, e isto é importantíssimo para os militares e para o estudo da Deontologia Militar, o **Patriotismo é um sentimento que tem como elemento motivador a Nação**).

2. ELEMENTOS DO ESTADO

Já vimos que, para existir um Estado tem de existir uma **população**, um **território** e um **poder político**; **são os elementos do Estado**. Tratemo-los em separado.

2.1. POPULAÇÃO

Vimos que Darcy Azambuja preferia a designação *sociedade* à de *população* e que Marcello Caetano usava a de *povo* em vez desta última. Não se tratam de acasos de momento estas diferenças.

Com efeito, sendo Azambuja natural do Brasil e sendo este país essencialmente formado por imigrados ou deles descendentes, tem de haver uma grande cautela para se fazer uma referência cientificamente exacta à noção de Nação.

Façamos um pequeno exercício de imaginação: um japonês, imigrado recente no Brasil, fará parte da Nação de onde emigrou ou da que o acolheu? Os seus descendentes, na primeira geração, estarão, de facto, tão ligados ao passado da sua terra natal como um índio da Amazónia?

Percebemos, agora, por que é que, para um Brasileiro, Estado *é uma sociedade organizada sob a forma de governantes e governados*. Não é uma população porque, na noção que suporta este termo, um estrangeiro é elemento da população⁴¹.

Para Marcello Caetano, *povo* é um dos elementos do Estado, e compreende-se que assim seja, porque a noção de *povo* num velho país como Portugal explica-se pela evolução política que foi originando o alargamento de simples grupo social à totalidade dos cidadãos⁴².

De acordo com a actual Constituição Política Portuguesa **quem integra o primeiro elemento do Estado** - população, povo ou cidadãos - **são «todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional»**⁴³.

O aluno poderá estar, neste momento, a interrogar-se sobre a necessidade de, para o estudo da Deontologia Militar, saber quem é que pode ser considerado cidadão de um Estado ou, dito de outra maneira, sobre quem recai o direito de *cidadania* ou *nacionalidade*. A explicação é muito

⁴¹ População e habitantes tem um significado muito semelhante: um habitante de um território pode ser de qualquer *nacionalidade*.

⁴² Não devemos esquecer que, entre nós, *povo* começou por ser o *Terceiro Estado* feudal (os outros eram a *Nobreza* e o *Clero*) e que, com a Revolução Liberal de 1820, passou a integrar o Clero e a Nobreza, tendo, com a proclamação da República, acabado qualquer distinção uma vez que deixaram de ter validade legal os títulos nobiliárquicos.

⁴³ Art.º 4º da *Constituição Política Portuguesa*.

simples: hoje em dia e na maioria dos países, só sobre os cidadãos é que recai a obrigação de participar na defesa armada da comunidade; ora, deste modo, também, só sobre o cidadão, quando mobilizado, é que se fazem sentir certas normas de comportamento moral militar. Passemos em breve revista o segundo elemento do Estado: o *território*.

2.2. TERRITÓRIO

Seguindo, ainda, o auxílio do Prof. Darcy Azambuja podemos definir **território do Estado** como sendo «[...] **o país propriamente dito**, e portanto, **país não se confunde com povo nem nação, e não é sinónimo de Estado**, do qual constitui apenas um elemento»⁴⁴. Marcello Caetano caracteriza, ainda melhor o território de um Estado, porque, diz ele, *é necessário que sobre esse espaço geográfico a «colectividade organizada em Estado» exerça «um senhorio, que se traduz no poder de jurisdição (imperium) sobre as pessoas e as coisas que nele se encontrem»*⁴⁵.

Por conseguinte, *no país os cidadãos exercem, por intermédio dos governantes, uma qualidade de posse - o senhorio - que tem expressão prática no poder de aplicação das leis sobre as coisas e as pessoas que lá estão.*

O território compreende o *solo* e o *subsolo* «e toda a altura do *espaço aéreo* que lhe corresponder»⁴⁶, para além das *águas territoriais* (quando se trata de um país marítimo) que têm, normalmente, três milhas marítimas a contar da costa, levanto-se ainda em conta a chamada *plataforma submarina* ou *continental*. O território é sempre delimitado pelas *fronteiras*, as quais podem ser naturais ou convencionais⁴⁷. Pode acontecer, como aliás ocorre no caso português, que o território de um Estado não seja contíguo; tal facto não impede que se verifique o que se chama uma *continuidade jurídica*⁴⁸.

Julgamos que se compreende, agora, a importância do conhecimento perfeito deste segundo elemento do Estado quando se estuda Deontologia Militar: *é para defender o território que*

⁴⁴ *Op. cit.*, p.38.

⁴⁵ *Op. cit.*, p. 126.

⁴⁶ Marcello Caetano, *Op. cit.*, p. 126.

⁴⁷ Conforme seguem, respectivamente, linhas de acidentes naturais - rios, lagos, cristas ou sopés de elevações, costas oceânicas ou marítimas, etc. - ou demarcações que resultaram de acordos entre Estados.

⁴⁸ A uma descontinuidade geográfica corresponde uma unidade das leis aplicáveis em todo o território. O facto português de existirem Regiões Autónomas não invalida essa unidade, porque as disposições jurídicas regionais, constitucionalmente, não podem ir contra o corpo de leis do todo nacional.

existem as Forças Armadas e é em nome dessa defesa que se exigem, por vezes, os maiores sacrifícios aos militares.

2.3. PODER POLÍTICO

Se é certo que não pode haver um Estado sem população, a verdade é que ele também não existe sem *Poder Político*. Com efeito só quando a colectividade exerce o *Poder Político* é que passa a haver um Estado.

Segundo a definição proposta pelo Prof. Marcello Caetano⁴⁹, *Poder Político* «**é a faculdade exercida por um povo de, por autoridade própria (não recebida de outro poder), instituir órgãos que exerçam o senhorio de um território e nele criem e imponham normas jurídicas, dispondo dos necessários meios de coacção**».

Como se percebe, ao *Poder Político* cabe a função fundamental de criar e impor as normas jurídicas que regulam a vida de uma Nação; mas o mais importante é que essa função seja exercida como consequência de *autoridade própria* e não de uma *autoridade delegada*. Repare-se, por exemplo, no caso das Regiões Autónomas portuguesas; lá, os Governos Regionais legislam mas não como consequência de uma autoridade própria: recebem-na do Poder Político nacional.

Do que acabamos de dizer ressalta um conceito que é fulcral e fundamental para as Forças Armadas e, acima de tudo, para a Deontologia Militar, porque na defesa dele se geram muitas das normas morais do comportamento castrense: **soberania**.

A capacidade de, por autoridade própria, criar e impor as normas jurídicas que regem uma sociedade nacional supõe a existência de um Poder Político *supremo* e *independente*. Contudo, esta possibilidade deve reflectir-se no seio da sociedade nacional e no conjunto das outras sociedades nacionais. Estamos, pois, em condições de dizer que **soberania é, na ordem interna, o exercício do Poder Político sem outro que o limite e, na ordem externa, o não reconhecimento de qualquer outro Poder Político que lhe seja superior**⁵⁰.

⁴⁹ *Op. cit.*, p. 130.

⁵⁰ Deve consultar-se, para melhor esclarecimento destes conceitos a obra já citada do Prof. Marcello Caetano, p. 132, e de J. L. Brierly, *Direito Internacional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1968, pp. 1-24 e 45-48. Este último autor propõe o termo *soberania territorial* para designar o direito de senhorio sobre um determinado território exercido pela colectividade que habita e constitui população desse mesmo território ou que sobre um outro exerce um título de propriedade (caso das colónias, dos protectorados e território sob tutela) - pp. 159-186.

Deve ter-se especial cautela para não confundir *Poder Político* nem com *Soberania* nem com *Governo*. Realmente, o *Poder Político* é exercido pelo Governo, mas é-o, também, pelo Parlamento e pelos Tribunais.

Muitas vezes, por mera simplificação, diz-se que nos Estados democráticos as Forças Armadas dependem e devem obediência ao Governo; já estamos, agora, em condições de perceber que se trata de um erro que resulta da prática. Efectivamente, as Forças Armadas dependem da Nação e só existem para servi-la; contudo, porque o Governo resulta do exercício da vontade da Nação e gere os assuntos públicos é que, por força dessa gestão, parece dar ordens nas Forças Armadas. Assim, as ordens que dimanam do Governo para as Forças Armadas devem ser entendidas como ordens dadas pela Nação.

3. FINS DO ESTADO

Mais do que discutir se o Estado é um meio ou um fim em si mesmo, interessa tomar posição sobre a questão e avançar para a sua compreensão⁵¹.

Pessoalmente penso que *o Estado é um meio de o Homem realizar o seu aperfeiçoamento social*. Este sempre passou, nas sociedades sedentárias, por, em primeiro lugar, garantir a *segurança* dos membros do grupo, traduzida pelo direito à posse de bens e usufruto da vida; em segundo lugar, pela garantia de que todos os atropelos à ordem social existente são punidos, isto é, que na sociedade há *justiça*; por fim, pela esperança de que as condições individuais de vida vão sempre melhorar, ou seja, que se vela pelo *bem-estar*.

Segurança, Justiça e Bem-estar são, pois, os fins prosseguidos pelo Estado moderno. Vamos estudá-los mais em pormenor.

3.1. A SEGURANÇA - FIM DO ESTADO

Podemos entender como um fim do Estado a criação de condições de segurança para toda a colectividade.

A segurança assim entendida, tem duas vertentes essenciais: uma de *natureza interna* e outra de *natureza externa*. Analisemos a primeira.

Darcy Azambuja diz que «O termo soberania significa, [...], que o poder do Estado é o mais alto existente dentro do Estado [...]» e que «[...] soberania externa significa que, nas relações recíprocas entre os Estados, não há subordinação nem dependência, e sim igualdade» (*Op. Cit.*, p. 63).

⁵¹ Faço esta referência, porque muitos autores se perdem em longas explicações sobre a problemática que enunciámos; julgo que é irrelevante para o fim da nossa disciplina.

Se a manutenção da ordem em sociedade dependesse de todos e de cada um, a vida seria praticamente impossível, porque os mais fortes ditariam as disposições que mais lhes conviessem, subjugando os mais fracos. A «ordem» assim criada não passaria de uma verdadeira situação de desordem, dado que ficaria dependente do aparecimento do mais forte (em relação ao anterior) que ditaria uma nova ordem mais favorável aos seus interesses.

O instinto de conservação levou sempre, até as mais primárias organizações sociais, a procurar encontrar uma forma de *associar a posse da autoridade política com a defesa de todo o grupo*. Assim, *foi nascendo o sentido e o conceito de segurança*, de tal forma que, quando a autoridade política se desviava dos interesses da maioria, ou era obrigada por esta a reencaminhar-se para o objectivo colectivo, ou era substituída.

Temos, por conseguinte, que **a segurança na vertente interna leva em linha de conta a ordem existente no grupo social a que respeita, passando pela segurança das pessoas, dos bens, dos direitos e das regalias individuais e colectivas**. Para garantir a segurança interna o Estado desenvolve mecanismos de coacção que são accionados face aos desvios à ordem interna.

A *segurança na vertente interna passa, também, pela estabilidade da própria ordem*, isto é, pela manutenção *sem rupturas da organização social, política e económica*, desde que essa ordem esteja conforme com a vontade da sociedade.

No domínio da segurança interna actuam, como elementos de coacção para evitar a desordem ou para reporem a ordem, as diferentes polícias ou organizações policiais.

Passando à *segurança de natureza externa*, parece ser mais fácil de entender, uma vez que *é aquela que se destina a defender o grupo das agressões que vêm de fora*. Ora, a verdade é que não é assim tão simples a explicação deste tipo de segurança.

Em primeiro lugar, a *segurança de natureza externa*, ou virada para o exterior, existe pela mesma razão que a de *natureza interna*: gerar a ordem no domínio externo. No entanto, trata-se de uma ordem feita de *força* ou de ameaça do uso da força, ou seja, trata-se de uma ordem feita de dissuasão. Note-se que, na *segurança de natureza interna*, a entidade que detem a capacidade de gerar coacção sobre os elementos geradores de desordem - o Estado - não admite nenhum poder igual ou superior ao seu, enquanto que, na manutenção da *segurança externa*, o Estado tem de conviver em permanência com poderes iguais aos seus. Daqui, que a coacção - através da dissuasão - tenha de ser maior.

Em segundo lugar, levanta-se uma outra questão: e se o Estado, para garantir a segurança toma a iniciativa de alterar a ordem externa? Se se quiser pode colocar-se a pergunta de outra maneira: como é que deve ser tratada a problemática da *segurança externa* quando um Estado decide

alterar a ordem externa alegando necessidade de sobrevivência? Este é um dos problemas mais complicados de defender com razão, porque passa por assumir que se é agressor, ou por provar que há uma ameaça real que justifica a manifestação objectiva da agressão.

Como se vê a *segurança de natureza externa* é bem mais difícil de explicar do que a de *natureza interna*.

O elemento mais importante⁵² que garante a segurança de natureza externa, através do exercício da dissuasão ou através do emprego activo da força, são as Forças Armadas.

3.2 JUSTIÇA - FIM DO ESTADO

Diz o Prof. Marcello Caetano que «O Poder Político tem de ter por fim assegurar a justiça compatível com a segurança e que seja útil ao bem-estar social: os três fins do Estado são interdependentes e complementares»⁵³.

Da afirmação transcrita conclui-se que a *Justiça*, como fim do Estado, está, de facto, muitíssimo mais ligada às questões da *segurança de natureza interna* do que às de *natureza externa*.

Na faceta que estas questões nos preocupam - a da Deontologia Militar - o problema da *Justiça* levanta-se essencialmente na ordem externa e aí temos de distinguir duas vertentes: a *ordem externa pública* e a *ordem externa privada*. Vejamos cada uma delas.

Na *ordem externa pública* - aquela que envolve somente Estados ou outros sujeitos passíveis de aplicação das normas de Direito Internacional Público - o grande problema que se levanta é o dos conflitos internacionais e o da sua resolução por meios pacíficos ou, se se pretender, por intermédio de processos que conduzem à conciliação. Esses processos são a *arbitragem* e a *solução judicial* e consistem na apresentação, por parte de um terceiro elemento - árbitro ou Tribunal Internacional - de uma solução que pode ser aceite ou não pelas partes. Há um outro conjunto de processos que se caracterizam por deixar às partes em litígio a busca da solução, agindo o terceiro elemento como mero intermediário. Estes outros processos são os *bons ofícios*, a *mediação* ou *conciliação*.

⁵² Em abono da verdade, deve dizer-se que a segurança externa pode ser garantida através de outros mecanismos que não exclusivamente os militares, tais como a diplomacia, a pressão económica, a opinião pública internacional e um sistema de alianças militares credível. Todavia, como parece lógico e evidente, a credibilidade de qualquer dos mecanismos acima referidos só é válida se tiver como suporte uma força armada que supra a falência desses mesmos mecanismos.

⁵³ *Op. cit.*, p. 146.

Torna-se claro que a *arbitragem* e a *solução judicial* são métodos afins e que, claramente, apontam para resoluções justas e equilibradas, porque não passam pela vontade das partes em litígio, caindo no âmbito do razoável sem excessivos prejuízos para as partes. *Neste tipo de resolução dos conflitos internacionais está-se*, tal como Marcello Caetano afirma para a aplicação da Justiça no foro interno, a «assegurar a justiça compatível com a segurança».

Na *ordem externa privada* - aquela que envolve particulares de Estados diferentes ou um Estado e particulares de outro - para a Deontologia Militar todas as questões que se possam colocar são irrelevantes, porque, em regra, não é por esse tipo de conflitos que se desentendem os Estados e, por conseguinte, não é por aí que se corre o risco do recurso às Forças Armadas.

3.3. BEM-ESTAR SOCIAL - FIM DO ESTADO

Todos temos a noção que o Estado, hoje em dia, funciona como uma grande empresa que distribui rendimentos por muita gente. Com efeito, o Estado faculta protecção hospitalar, mantém escolas, liceus e universidades, desenvolve sistemas de reformas, rasga estradas, garante financeiramente o apoio a certas companhias transportadoras, mantém corpos policiais para protecção dos cidadãos, etc., movimentando milhões de contos para ter toda esta máquina em funcionamento. Nesta actividade, o Estado cumpre uma parte do seu fim relativamente ao bem-estar de todos os cidadãos. Para a Deontologia Militar não é esta actividade estatal que nos interessa, mas sim a que resulta da busca do bem-estar social na vertente externa ou como consequência de acções externas. Vejamos.

Dado que os Estados não estão isolados uns dos outros e que entre si geram situações de rivalidade, concorrência, conflito ou cooperação, acontece que, a cada uma destas podem corresponder situações diferentes no domínio interno. Tomemos vários exemplos.

Um Estado que dependa do fornecimento de energia do estrangeiro está condicionado no desenvolvimento de esquemas de bem-estar social, porque, a qualquer momento lhe podem cortar as vendas⁵⁴; um outro Estado, que tenha como fonte primária dos seus rendimentos, a venda de um só artigo ao estrangeiro⁵⁵, tal como o anterior, apresenta-se fragilizado no desenvolvimento do bem-estar interno; um Estado que não tenha saída para o mar⁵⁶ está sempre dependente da boa vontade dos seus vizinhos. Como se vê, através de três exemplos comuns, o

⁵⁴ Militarmente diz-se que o Estado em causa apresenta uma vulnerabilidade.

⁵⁵ Diz-se que se trata de um Estado com uma economia monocultural.

⁵⁶ Designa-se por Estado encravado.

bem-estar dos povos depende muito mais da vertente externa do que da vertente interna. Ora, aquela pode ser fonte de conflito.

Imaginemos, agora, um Estado que para realizar e aumentar o bem-estar interno dependa do aumento das vendas ao estrangeiro, concorrendo com outro Estado na mesma área económica; o aumento da concorrência passa a ser o «barómetro» da paz interna.

Por fim, admitamos dois Estados que encontram formas de cooperação que ajudam a suprir as dificuldades internas de ambos; estaremos face a soluções que evitam, de facto, o conflito. Esta é a única situação que afasta a intervenção das Forças Armadas; todos os exemplos que referimos antes supõem a necessidade delas, porque equilíbrios instáveis conduzem, no mínimo, à necessidade de exhibir a força ainda que não a empregando.

Resumindo, pode dizer-se que *a luta do Estado pelo bem-estar da colectividade dos seus cidadãos contém em si uma componente de conflito na ordem externa que carece da existência de Forças Armadas e estas supõem a posse de um quadro de valores morais.*

Conclusão

Com interesse para o estudo da Deontologia Militar pode tirar-se desta lição a seguinte conclusão genérica:

As Forças Armadas estão ao serviço da Nação, sendo suas dependentes dela por intermédio do Estado e, para que ela possa manter a sua soberania, as Forças Armadas constituem elemento dissuasor armado na ordem externa, capaz de garantir que não há soberania superior àquela que defende.

3.^a LIÇÃO

1. GUERRA E BATALHA - CONCEITOS

Uma lição sobre a *guerra* deve começar pelo estabelecimento da distinção entre o que se entende por *guerra* e o que se entende por *batalha*.

Convém fazer esta distinção deve ser feita, porque, muitas vezes, está-se a falar de batalhas julgando que se tratam de guerras e vice-versa.

Até hoje, o sociólogo que mais se preocupou e mais profundamente estudou o fenómeno *guerra* foi um francês de nome Gaston Bouthoul que tem publicada uma vasta bibliografia sobre o assunto⁵⁷. Ele apresenta várias definições de *guerra* devidas a diferentes autores elaboradas em diferentes épocas; escolhemos algumas que nos pareceram mais sugestivas para permitir uma comparação com a do próprio Gaston Bouthoul.

M Quincy Wright diz que «a guerra é a *condição legal* que permite a dois ou vários grupos hostis resolver um conflito por recurso às forças armadas». Repare-se que este tratadista se coloca numa perspectiva da interpretação da *guerra* como um *fenómeno do foro jurídico*, já que lhe dá um cunho de legalidade - *condição legal*. Este mesmo autor dá uma outra definição: «A *guerra* pode ser considerada como um *conflito simultaneamente de forças armadas, de sentimentos populares, de dogmas jurídicos, de culturas nacionais*»⁵⁸. Note-se, agora, a complexidade desta definição que procura evidenciar vários dos aspectos que, na verdade, estão por trás ou suportam uma guerra.

Um outro autor famoso do século XIX, cujos conceitos continuam a ser muito válidos, é Clausewitz, que disse ser a guerra «um acto de violência cujo fim visa forçar o adversário a executar a nossa vontade»⁵⁹. Trata-se de uma definição que, de tão ampla, se poderia aplicar a

⁵⁷ Desse autor seguiremos exclusivamente dois volumes: *La Guerra*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963 e *O Fenómeno Guerra*, Lisboa, Estúdios Cor, 1966 (este último existe na biblioteca da AFA).

⁵⁸ Veja-se de Gaston Bouthoul *La Guerre*, Paris, PUF, 1963, p. 33.

⁵⁹ Idem, *op. cit*, p.33.

qualquer luta, já que leva em especial conta as intenções do conflito. Na mesma linha segue um outro autor, Martens, que afirma ser a guerra «uma luta entre homens»⁶⁰.

Von Bogulslawski afirma: «O combate conduzido por um grupo bem determinado de homens, tribos, nações, povos ou Estados contra um grupo em tudo igual ou semelhante»⁶¹.

Por seu turno, Gaston Bouthoul propõe a seguinte definição: «a guerra é uma luta armada e sangrenta entre grupos organizados»⁶².

Seja como for, uma coisa é certa: na perspectiva que nos interessa, **a guerra é um fenómeno humano que passa pela luta armada e sangrenta entre grupos organizados, representantes de interesses e aspirações (passadas e futuras) distintos**. Quer dizer, para nós, não nos interessa estudar a guerra que confronta grupos humanos pertencentes à mesma realidade nacional.

A luta armada e sangrenta entre grupos humanos, isto é, a guerra, passa por uma série de fases e momentos distintos entre si, os quais vão da simples declaração do estado de guerra, à mobilização dos meios, à marcha para o encontro com o adversário, ao confronto das forças com o inimigo; pode uma nação estar em guerra com outra e, todavia, nunca chegarem ao confronto militar. O momento mais alto e importante da guerra, aquele em que se joga tudo por tudo para vencer o adversário, é a *batalha*.

Entende-se por *batalha* «a acção militar que combina no espaço e no tempo, combates ofensivos e defensivos, capaz de decidir a consecução total ou parcial de um objectivo de uma guerra, ou seja, a destruição das forças armadas adversas»⁶³. Note-se que, aqui, deve entender-se *acção militar* como equivalente a *operação militar*.

Um outro autor dá-nos uma definição idêntica, embora mais confusa, do que é uma batalha. Diz ele: «Uma **batalha obedece às unidades dramáticas de tempo, lugar e acção** [neste caso, por *acção militar entende-se a manobra ou modalidade de acção que pode ser ofensiva e defensiva*]. E embora **as batalhas, nas guerras modernas, tendam a obedecer** cada vez menos às duas primeiras unidades [tempo e lugar], tornando-se cada vez **mais longas e geograficamente extensas** à medida que crescem os efectivos e meios disponíveis, a verdade é

⁶⁰ Idem, *ibidem*.

⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶² Idem, *ibidem*.

⁶³ Veja-se J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Porto, Porto Editora, s.d.

que a **acção da batalha** [*manobra ofensiva e/ou defensiva*] - que **visa a definição de uma decisão** devido e por intermédio desses meios, no campo de batalha e **dentro de um limite de tempo particularmente restrito** - se tem mantido» (as expressões dentro dos parêntesis rectos são da minha autoria)⁶⁴.

Como se vê (em particular com base nas palavras evidenciadas), a definição de batalha é idêntica nos dois casos referidos - **a batalha caracteriza-se pelo uso de três unidades: tempo, lugar (espaço) e acção militar** (tipo de operação militar) e **visa uma decisão mais ou menos definitiva da guerra**.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS GUERRAS

São muitas e variadas as formas de classificar as guerras; contudo, para o nosso estudo, não se torna necessário ser exaustivo na análise desse problema, porque o importante é estabelecer a relação entre a atitude moral (ou norma deontológica) com o respectivo tipo de guerra para que não aconteça ser-se surpreendido pelo comportamento do adversário.

• Guerra civil

Guerra civil é aquela que se trava entre membros de uma mesma colectividade nacional ou tradicionalmente estatal. Este tipo de conflito, por regra, envolve, em cada um dos campos, elementos das forças armadas da unidade política agora em contenda⁶⁵.

Trata-se de uma luta entre elementos da mesma cultura, com o mesmo sentimento de existência comum e, por isso, parece que deveria ser um conflito mais «razoável», menos sangrento; a realidade é bem diferente e, até, diametralmente oposta. Na guerra civil são ultrapassadas todas as barreiras da moral comum, perdendo-se o respeito pela dignidade humana; a busca da vitória é acompanhada sempre de acções desumanas e, por vezes, selváticas.

Na medida em que a experiência nos ensina os horrores da guerra civil, o militar profissional e, em especial, o oficial devem ter um comportamento que, dentro do possível, reduza a

⁶⁴ John Keegan, *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987. *Esta obra existe na biblioteca da AFA tanto em língua portuguesa como em língua inglesa (The Face of Battle) e aconselha-se a sua leitura integral àqueles alunos que pretendam saber mais sobre coisas militares, já que o autor é professor na Royal Military Academy de Sandhurst, no Reino Unido.*

⁶⁵ Deve ter-se em conta que pode haver guerra civil entre duas ou mais nações que tradicionalmente faziam parte do mesmo Estado.

desumanização da guerra. Actualmente, forças da ONU⁶⁶ integram destacamentos militares⁶⁷ que actuam em regiões devastadas por guerras civis, ou conflitos com estatuto semelhante (Jugoslávia, Angola, Somália, Iraque), com o fim de ajudar a resolver a situação e, ao mesmo tempo, com a missão de humanizar a guerra⁶⁸.

A grande dificuldade que se coloca à humanização da guerra civil resulta do facto de as partes envolvidas não reconhecerem nem estarem obrigadas ao cumprimento das disposições internacionais que estipulam normas e regras para fazer a guerra, porquanto estas tornam-se impositivas somente para os Estados, já que são eles que as aceitam, através dos órgãos representativos do Poder Político.

• Guerra convencional⁶⁹

Utiliza-se a expressão *guerra convencional* para designar **a luta armada e sangrenta travada num teatro de operações bem determinado entre exércitos de dois ou mais Estados que utilizam armamento clássico e que aceitam cumprir as convenções internacionais reguladoras do modo de fazer a guerra**⁷⁰.

Tivemos o cuidado de referir a *luta armada entre dois ou mais Estados*, porque embora a guerra civil possa utilizar exclusivamente armamento clássico as partes em litígio, por norma⁷¹, não

⁶⁶ Organização das Nações Unidas, cuja sede se situa em Nova Iorque, e que tem por finalidade procurar resolver por meios pacíficos e judiciais os grandes conflitos da Humanidade.

⁶⁷ Por regra são constituídos por elementos militares de diferentes países que não têm interesses especiais ligados aos conflitos que vão tentar resolver.

⁶⁸ «Humanizar a guerra» é um dos conceitos da Deontologia Militar que mais contestação tem sofrido ao longo dos tempos - séculos XIX e XX -, porque muitos são os autores e pensadores que dizem ser a guerra um fenómeno desumano e, até, anti-humano, donde, não se pode «humanizar» o que já em si é desumano.

⁶⁹ O oficial da Marinha de Guerra Espanhola, Fernando de Bordeje Morencos, dá a seguinte definição de *guerra convencional*: «É o conflito armado sem emprego de armas nucleares» in *Diccionario militar estratégico y político*, Madrid, Editorial San Martin, 1981, p. 81.

⁷⁰ Deve entender-se por *armamento clássico* todo aquele que não entra na designação de *nuclear, biológico e químico*. Há quem defenda que o *armamento químico* e, mesmo até, *biológico* pode e deve ser considerado *clássico*, dada a vulgaridade com que é utilizado e o facto de já ter feito parte da panóplia da 1ª Guerra Mundial. Nós não incluímos estes dois tipos de armas no conjunto que define o armamento e a guerra convencional clássica.

⁷¹ Por vezes, nas situações de guerra civil, as partes em confronto limitam-se a aceitar estabelecer acordos pontuais que lhes acabem facilitando as operações militares - trocas de prisioneiros, vigilância de fronteiras, não utilização de certos armamentos que se não tem possibilidade de adquirir com facilidade, etc.

aceitam cumprir as regras e convenções internacionais respeitantes à guerra e, até, aos prisioneiros de guerra.

Evidenciámos, também, que é uma *luta armada e sangrenta travada num teatro de operações bem determinado*⁷², porque, por regra, há um espaço ao qual estão confinadas as acções bélicas activas em oposição a espaços destinados à passagem dos meios logísticos que alimentam o combate e um espaço à retaguarda onde se preparam, confeccionam e se armazenam esses meios.

Em tempo oportuno e mais à frente havemos de estudar as convenções internacionais existentes sobre condução da guerra; de momento interessa-nos referir a sua existência e o seu enquadramento geral.

As primeiras convenções sobre o modo de fazer a guerra devem-se à Igreja Católica e datam da Idade Média. Com efeito, o Papa, por volta do século X começou a determinar que seriam excomungados todos aqueles que fizessem a guerra ou combatessem aos domingos e nos dias santos ou santificados; depois, para moralizar os costumes dos cavaleiros, foram sendo instituídos princípios de comportamento - código da Ordem da Cavalaria⁷³ - os quais acabaram disciplinando costumes ainda pouco afeitos à ordem e à boa convivência urbana.

Com o rodar dos tempos a guerra perdeu a característica fundamental da Idade Média - ser feita só entre cavaleiros - e foi, progressivamente, envolvendo maior número de homens de armas, até que, depois do século XIV, perdeu por completo a sua feição *aristocrática*⁷⁴ e passou a ser uma luta entre numerosas massas de homens. O aparecimento das armas de fogo - século XV - e,

⁷² Por *teatro de operações* deve entender-se o *espaço geográfico no qual decorrem todas as operações militares*, ou seja, todos os combates e toda a concentração de tropas e meios para entrar em combate. O teatro de operações pode ser marítimo ou terrestre, sendo raro aquele que é exclusivamente aéreo.

⁷³ Veja-se de Ramon Llull, *Livro da Ordem de Cavalaria*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992. Ali se diz que «O ofício de cavaleiro é manter e defender a santa fé católica» e, mais à frente, «O ofício de cavaleiro é manter viúvas, órfãos, homens desvalidos; [...]»; «O ofício de cavaleiro é ter castelo e cavalo para guardar os caminhos e defender os lavradores. O ofício de cavaleiro é ter vilas e cidades para manter a justiça entre as gentes, e para congregar e juntar num lugar carpinteiros, ferreiros, sapateiros, fabricantes de tecidos mercadores e demais ofícios que cabem ao ordenamento deste mundo, e que são necessários para conservar o corpo nas suas necessidades»; «Traidores, ladrões e salteadores devem ser perseguidos pelos cavaleiros [...]».

Trata-se de meros exemplos de como eram entendidas as obrigações de um cavaleiro. Claro está que estas obrigações eram estabelecidas pela Igreja Católica com o fim de disciplinar a arrogância dos «senhores da guerra».

⁷⁴ Foi no século XIV que começaram a aparecer os primeiros *archeiros* (atiradores com *arcos e flechas*) e os primeiros *besteiros* (atiradores de dardos com uma arma chamada *besta*) que pertenciam ao povo e que, à distância, conseguiam derrubar um cavaleiro equipado com poderosa armadura. Será conveniente recordar que a *besta* chegou a ser proibida pelo Papa, considerando-a uma *arma demoníaca*.

especialmente, o dos canhões - século XVI - alterou todos os conceitos até então utilizados na arte de fazer a guerra. Assim, o castelo foi perdendo as suas tradicionais características - planta rectangular com paredes elevadas e relativamente pouco largas - para dar lugar à fortaleza - planta poligonal com paredes baixas e muito largas - e o campo de batalha, quando a *guerra* não era *de sítio*⁷⁵, alargou-se a espaços maiores que obrigavam a saber utilizar o terreno para dele tirar vantagem sobre o inimigo. A guerra passou a ser uma actividade que envolvia quase em exclusivo os militares, ficando a população bastante à margem dos seus horrores; os civis só sofriam os efeitos da guerra na medida em que tinham de alimentar os exércitos - quer amigos, quer inimigos - e em que viam saqueados os seus bens para pagar as indemnizações ou, por fim, quando ficavam sujeitos aos prolongados cercos das cidades.

A guerra tornou-se mais brutal para os militares que passaram a poder ser feridos tanto por armas brancas como por efeito das armas de fogo. Embora as batalhas campais tivessem tendência a durar um só dia, o certo é que, depois delas ou durante o tempo em que decorriam, não havia organizado qualquer serviço de socorro aos feridos, os quais acabavam morrendo por falta de tratamento mínimo que fosse. O único interesse que os feridos tinham para o vencedor residia na possibilidade de entre eles se encontrar algum nobre cuja família pagasse elevado resgate para o recuperar.

Com o sucessivo avançar da tecnologia bélica o campo de batalha foi-se tornando menos humano, embora, cada vez mais, as populações civis fossem ficando mais distantes das operações militares⁷⁶.

No século XIX, mais precisamente depois da batalha de Solferino - Junho de 1859 - ocorrida entre franceses e austríacos, um banqueiro suíço - **Henri Dunand** -, que sem razão aparente assistiu à batalha, ficou tão impressionado com o sofrimento dos soldados feridos e moribundos e com a total falta de apoio médico que dedicou os meses seguintes a conseguir ajuda para fundar uma organização que se encarregasse de prestar auxílio aos feridos no próprio campo de batalha sem olhar à origem, nem à farda ou à hierarquia. Assim nasceu a Cruz Vermelha⁷⁷.

⁷⁵ *Guerra de sítio* era a que constava essencialmente do *cerco das praças fortes*.

⁷⁶ Deve sempre salvaguardar-se a situação em que havia cerco de cidades ou de praças fortes.

⁷⁷ Consulte-se de Carl Grimberg, *História Universal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d. (*esta obra existe na biblioteca da AFA*).

A evolução dos armamentos no último quartel do século XIX⁷⁸ provocou uma ampla capacidade destrutiva e aumentou significativamente a dimensão do campo de batalha, obrigando à necessidade de se criar profundidade para operação da cadeia logística⁷⁹.

A nova concepção de guerra nascida dos novos armamentos⁸⁰ fez ganhar importância aos caminhos-de-ferro e a todos os processos de deslocação rápida de tropas. Este simples facto contribuiu para colocar as populações civis mais sujeitas aos efeitos das operações militares⁸¹, especialmente depois da invenção e uso do avião no bombardeamento dos caminhos-de-ferro e dos entroncamentos ferroviários⁸².

Também, a utilização do navio a vapor com fins militares associada ao dos canhões de carregamento por culatra móvel, transformou a guerra naval e, para o que nos interessa, afectou as populações civis. Na verdade, o aumento da capacidade de fogo e dos alcances das peças de artilharia naval vieram a tornar-se uma ameaça das populações civis costeiras, sujeitas a bombardeamentos feitos a grande distância⁸³.

⁷⁸ As duas grandes e *revolucionárias* invenções posteriores à primeira metade do século XIX foram, sem sombra de dúvida, a culatra do canhão e a culatra da espingarda. Com tais sistemas de carregamento, o tiro tornou-se rápido, possibilitando o aumento da sua cadência e, por conseguinte, a sua capacidade letal.

Já no século XX, logo nos primeiros anos, uma outra grande invenção bélica, que revolucionou o campo de batalha e o modo de conduzir as operações, foi a metralhadora. Na verdade uma alta cadência de tiro permitia, por um lado, o avanço das tropas de infantaria ao abrigo do fogo das metralhadoras, por outro, impedia ou limitava largamente as contra-ofensivas adversárias. A metralhadora foi a grande descoberta da 1ª Guerra Mundial, de tal forma que, entre nós, se chegaram a criar unidades orgânicas de metralhadoras, como verdadeiras especialidades da infantaria.

⁷⁹ Com efeito, quanto maior se torna a capacidade destrutiva das armas mais amplo se vai tornando o campo de batalha. Basta pensar que o campo de batalha onde o uso exclusivo da arma branca imperava era muitíssimo mais reduzido do que aquele onde se movimenta o avião.

Por outro lado, um campo de batalha que se alarga obriga à necessidade de se separar fisicamente da retaguarda, estabelecendo uma mais vasta zona de transportes logísticos; se assim não fosse, uma só batalha poderia decidir da vitória - como mais à frente veremos, é o que acontece com a guerra nuclear total ou estratégica.

⁸⁰ Não se deve perder de vista que os novos armamentos e as modificações nos antigos, no começo do século XX, resultaram da grande aceleração tecnológica que a Revolução Industrial veio trazer a todos os domínios da vida.

⁸¹ Foi no final do século XIX e no começo do seguinte que se começaram a estabelecer convenções - que mais à frente havemos de estudar - sobre o modo de fazer a guerra e os armamentos a utilizar

⁸² Essa prática, ao contrário do que muita gente julga, não começou na 2ª Guerra Mundial pois que, já durante a 1ª, se faziam bombardeamentos dos grandes centros ferroviários na retaguarda inimiga.

⁸³ Será importante recordar aquilo que se chamou a *política da canhoneira* que mais não foi do que a imposição de certas disposições estratégicas por parte das, então, grandes potências às potências de segunda grandeza, sob a ameaça do bombardeamento naval.

Pouco antes da 1ª Guerra Mundial a invenção de uma outra arma naval veio introduzir uma nova dimensão não só à guerra no mar como, também, à guerra em geral, provocando consequências directas e indirectas sobre as populações civis: o submarino.

Realmente, este navio de combate passou a actuar, em especial, sobre os navios mercantes, afundando-os, facto que, durante a guerra, teve efeitos graves na economia de todos os países, provocando verdadeiras situações de caos, com paralisação de indústrias e falta de alimentos.

Se é verdade que, nos últimos anos do século XIX, o modo de fazer a guerra estava a sofrer profundas alterações, não é menos certo que, com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, em 1914, todos os conceitos estratégicos se alteraram por completo.

A guerra que, até então, como já vimos, tinha tendência a não ultrapassar demasiado o campo de batalha passou a ser um *fenómeno total*⁸⁴, isto é, passou a afectar, directa e indirectamente, toda a gente. As operações militares desenrolavam-se onde fosse necessário, atingindo quem lá estivesse, indistintamente de se tratar de militar ou civil; os bombardeamentos de populações civis passaram a fazer parte dos efeitos psicológicos da guerra e visaram quebrar o moral das retaguardas de modo a reduzir a vontade dos combatentes; os efeitos económicos da guerra contribuía, também, para minar o ânimo daqueles que estavam empenhados no combate. Quer dizer, se o campo de batalha aumentou, por força dos diferentes tipos de armamento utilizados, os efeitos da guerra ampliaram-se, também, atingindo as populações civis de um modo que não teve equivalente em nenhuma situação do passado.

Do exposto até aqui, pode concluir-se que:

- a) O armamento, hoje em dia, designado como clássico nem sempre o foi, uma vez que, há cerca de cem anos, algum dele era perfeitamente revolucionário - submarino, metralhadora e, até, o balão;
- b) As operações militares foram ampliando cada vez mais o campo de batalha, de tal modo que as populações civis acabaram sendo envolvidas de modo directo no conflito; este facto passou a servir como factor gerador de instabilidade do moral das tropas;
- c) Os militares, em campanha, cada vez mais ficaram limitados entre duas situações distintas: por um lado, explorar, o mais possível, as capacidades dos armamentos, sem respeito, ou tendo um mínimo de respeito, pelas populações civis; por outro, cumprirem as convenções que obrigam ao

⁸⁴ O general Ludendorff, Chefe do Estado-Maior General Alemão durante a 1ª Guerra Mundial, teorizando sobre a nova forma de fazer a guerra, afirmou que, função do armamento e das novas tácticas e estratégias, a guerra passava a ser *total*, isto é, *passava a envolver toda a gente por igual, reduzindo-se cada vez mais a diferença entre combatentes e não combatentes*. Veja-se do referido general, ***La Guerre Total***, Paris, Ernest Flammarion Éditeur, 1936.

respeito pelas populações civis com prejuízo dos resultados bélicos. Esse é o drama de qualquer guerra moderna.

Os efeitos letais do armamento aparecido desde há cem anos e, acima de tudo, os aleijões e incapacidades que o seu uso provoca, levou a que se tentasse regular o seu emprego. Estabeleceram-se convenções internacionais que uma grande parte dos Estados se comprometeu a seguir, mas que, em momentos de crise acabam não respeitando.

Como se viu, a designação *guerra convencional* derivou da existência dessas *convenções* modernas e das que tradicionalmente existiam, e do emprego do armamento classificado como *clássico*.

• Guerra de guerrilhas⁸⁵

Entende-se por *guerra de guerrilhas* a **luta armada e sangrenta travada num teatro de operações de contornos mal determinados entre um ou mais exércitos regulares e, normalmente, grupos armados de facção política ou nacionalista utilizando, em regra, armamento clássico e não cumprindo convenções internacionais reguladoras do modo de fazer a guerra, embora, muitas vezes, os guerrilheiros possuam um código ético específico para conduzir a sua acção junto das populações**⁸⁶.

As quatro características fundamentais da *guerra de guerrilhas*, que se evidenciam da definição acima fornecida, são a *ausência de um teatro de operações geograficamente bem definido*, a *condução por grupos políticos armados*, o *não cumprimento de convenções internacionais* e a *existência de um código ético para uso específico na relação com as populações*. Vejamos cada uma destas características mais em pormenor.

⁸⁵ Preferimos utilizar a designação *guerra de guerrilhas* a uma outra, que foi muito comum entre nós nos anos sessenta e setenta do presente século, e que ficou conhecida por *guerra subversiva*. A nossa preferência explica-se com base no facto de a *guerra subversiva* ser uma modalidade da *guerra de guerrilhas* ou, se se quiser, uma luta armada que utiliza a *guerra de guerrilhas* como técnica de efectuar operações militares; outra razão justificativa da nossa preferência filia-se no facto de, embora raramente, forças armadas regulares e clássicas, em face de um inimigo com superioridade de material e de efectivos, poderem recorrer à *guerra de guerrilhas* para dar combate e conduzir a resistência.

Sobre *guerra subversiva* pode ler-se com vantagem um pequeno trabalho do, então, brigadeiro Hermes de Oliveira, editado em Lisboa, em 1965, e intitulado *Guerra Subversiva. Subsídios para uma estratégia de reacção*.

⁸⁶ Fernando Bordeje Morencos dá a seguinte definição de *guerra de guerrilhas*: «É aquela que tem origem em zonas hostis ou ocupadas pelo inimigo, mediante operações militares ou paramilitares efectuadas por forças irregulares mas organizadas. É também um elemento essencial da guerra subversiva razão que induz a confundi-la com esta» (*op. cit.*, p. 81).

No que respeita à *ausência de um teatro de operações geograficamente bem definido*, deve dizer-se que este facto resulta, quase sempre, da inferioridade militar dos guerrilheiros a qual os leva a fugir ao confronto em moldes clássicos; assim, a *diluição* das forças por todo o espaço possível, é o seu maior objectivo, tendo em vista desencadear pequenas operações militares onde e quando forem menos esperadas. Pode dizer-se que é viável definir uma ou várias zonas de operações, mas não se torna fácil confinar o teatro de operações a uma área bem determinada no território, por vezes, há que o considerar todo.

A única limitação que impede os guerrilheiros de operarem em todo um território é a hostilidade da população civil, razão que, como à frente veremos, os leva a dedicar uma muito especial atenção ao comportamento com ela.

Quanto à *condução da guerrilha por grupos políticos armados*, deve dizer-se, desde já, que não se trata de uma característica exclusiva, porque, exércitos regulares, algumas vezes - poucas, é certo - tiveram de recorrer a esta forma de fazer a guerra. No entanto, o recurso à guerrilha por parte de grupos políticos - que normalmente têm poucos aderentes - resulta, por um lado, da pobreza de meios bélicos, por outro, da falta de estado-maior com capacidade de planeamento de acções militares com grande envergadura e, finalmente, da dificuldade de recrutamento de militares e da incerteza da popularidade da causa que defendem⁸⁷.

A condução de uma *guerra de guerrilhas* obriga a um conhecimento muito perfeito do terreno onde se opera e à existência de apoios fora desse território; esses apoios têm de ser de duas naturezas: diplomáticos e logísticos. O primeiro, destina-se a dar credibilidade política ao grupo que conduz a guerra; o segundo, tem como finalidade, garantir, pelo menos, os fornecimentos mínimos à guerrilha de modo a que possa continuar a operar.

Relativamente ao *não cumprimento das convenções internacionais*, parece evidente e lógico que assim ocorra. Com efeito, a inferioridade de meios leva à necessidade de desferir todo o tipo de golpes sobre o adversário, em especial aqueles que ele não espera ou dos quais não pode defender-se; é no leque das acções proibidas ou desaconselhadas pelas convenções internacionais que a guerrilha encontra as maiores fragilidades do adversário - ataque a alvos sem interesse militar mas com forte incidência na opinião pública (locais de diversão, hospitais, escolas, transportes públicos, etc.), ataque a alvos que invalidem a possibilidade de retaliação

⁸⁷ Quando um exército regular opta por enfrentar o adversário segundo uma *guerra de guerrilhas* fá-lo, em regra, em defesa do seu próprio território que se encontra ocupado, e por falta de capacidades materiais - armamento, homens e apoio logístico - e dificuldades de planeamento.

por incorrer em infracção a convenções internacionais, utilização de armas que estejam proibidas e que o adversário tenha dificuldade em justificar a sua utilização contra a guerrilha.

A última característica respeita à *existência de um código ético específico na relação com as populações*. Pode dizer-se que esta é, de todas as que antes foram referidas, a característica que mais individualiza a *guerra de guerrilhas*. Com efeito, não é possível manter por tempo razoável uma guerrilha sem o apoio da população⁸⁸. Assim, esta não deve ser indiferente à guerrilha, pelo que, o guerrilheiro tem como obrigação fundamental respeitar os usos e costumes da zona onde actua, a propriedade e as pessoas. Qualquer abuso contra a população, praticado por um guerrilheiro, é sempre severamente punido - condenação à morte - pela hierarquia da guerrilha; as populações têm que sentir que os ideais da guerrilha são justos e melhores do que os daqueles contra quem ela combate.

Como se vê, o respeito pelas populações gera um código de comportamento cavalheiresco da guerrilha para com essas mesmas populações que, em regra, supera de longe o comportamento dos exércitos regulares para com os civis. É nesse confronto comportamental que os comandos das guerrilhas apostam, tirando vantagem do tipo de disciplina que conseguem impor aos seus adeptos.

• Guerra nuclear

Entende-se por *guerra nuclear* a **luta armada e sangrenta travada entre exércitos de dois ou mais Estados num teatro de operações muito generalizado**⁸⁹, **ainda que procurando bater alvos altamente seleccionados, utilizando armamento nuclear, sem cumprimento de convenções internacionais reguladoras do modo de fazer a guerra**⁹⁰.

Analisemos a definição que propomos.

Em primeiro lugar, referimo-nos a um *teatro de operações muito generalizado*; com efeito, uma guerra nuclear - que nunca houve - teria de passar pela não delimitação, a uma zona específica, do teatro de operações, quer dizer, pelos seus efeitos e pelos seus fins, a haver uma guerra nuclear ela não se confinaria a um espaço geográfico bem determinado.

⁸⁸ Esse apoio traduz-se, geralmente, em refúgio, ajuda alimentar, cobertura nas fugas e recrutamento de novos guerrilheiros.

⁸⁹ É evidente que não estamos a pensar no emprego tático de armas nucleares, mas sim no emprego estratégico dessas mesmas armas por forma a poder-se falar de **guerra nuclear**.

⁹⁰ Segundo Fernando Bordeje Morencos (*op. cit.*, p. 83), *guerra nuclear* é a que se leva a cabo mediante o emprego de armas nucleares, tanto táticas como estratégicas.

Em segundo lugar, evidenciámos *uma certa selectividade nos alvos a bater*; na verdade, os estrategistas da *guerra nuclear* têm já seleccionados os alvos, os quais são suficientemente amplos e, por isso, altamente compensatórios - caso de grandes cidades - ao contrário dos alvos estratégicos clássicos - zonas portuárias, fabris, etc. - que por serem limitados não se tornavam militarmente rentáveis.

Em terceiro lugar, convirá perceber o que se deve entender por *armas nucleares*, para o que seguiremos a definição proposta por Fernando Bordeje Morencos; diz ele que «São as que utilizam a fusão e a fissão como fonte de energia explosiva. Dado o seu alto poder devastador possibilitam a destruição massiva, podendo ser utilizadas sem discriminar entre objectivos militares e civis. As suas características operativas essenciais resumem-se a: capacidade de destruição de enorme amplitude; efeitos materiais muito diversos; instantaneidade e permanência dos seus efeitos; efeitos psicológicos de grande transcendência e, por último, flexibilidade de emprego no tempo e no espaço»⁹¹.

Em quarto e último lugar, evidenciámos a *ausência de cumprimento de quaisquer convenções internacionais*. Realmente, a maioria das convenções relativamente a armas nucleares diz respeito à limitação do seu fabrico e referem-se a duas unidades políticas - EUA e URSS - das quais uma já não existe - a União Soviética. Há Estados que possuem armamento nuclear em arsenais conhecidos - França e Grã-Bretanha - todavia outros há que podem possuí-lo mas desconhecem-se as quantidades e potências - Israel, África do Sul e outros. Convenções sobre o emprego de armas nucleares vão contra a própria lógica da arma - destruição não selectiva - restando o estabelecimento de acordos na utilização das chamadas *armas nucleares de teatro ou tácticas* ⁹² os quais serão pouco relevantes face ao poder destrutivo e letal deste armamento.

3. «SI VIS PACEM PARA BELLUM»⁹³

Esta frase contem em si o princípio da dissuasão militar, ou se se preferir, representa a finalidade primeira da existência de forças armadas, pois que, como já algumas vezes afirmámos, a função

⁹¹ *Op. cit.*, p. 16.

⁹² Entende-se por armas nucleares de teatro ou tácticas aquelas que têm baixa potência destrutiva - incomparavelmente grande face às armas clássicas - e que se destinam a ser utilizadas no campo de batalha clássico daí designarem-se tácticas; as armas nucleares, em geral, têm uma utilização marcadamente estratégica, isto é, sobre zonas da retaguarda cuja destruição danifica seriamente os abastecimentos na frente ou destrói o ânimo dos combatentes e dos dirigentes políticos.

⁹³ Trata-se de um aforismo latino que se traduz por: «Se queres a paz prepara-te para a guerra».

essencial destas é retirar ao potencial adversário a vontade de utilizar a força para impor os seus pontos de vista ou alcançar os seus objetivos.

Não parece, por conseguinte, passível de discussão, do ponto de vista da moral castrense, a busca da força dissuasora, que tenha em vista garantir a segurança da unidade colectiva - Estado. Todavia, a busca da força dissuasora constitui a primeira tentação para montar uma máquina militar que, de meramente defensiva, passe a ser uma ameaça. Estamos, pois, no domínio puro da discussão das responsabilidades morais dos militares - não de todos, claro, mas daqueles que têm ou virão a ter altas funções nas Forças Armadas⁹⁴.

Levantemos algumas questões e ensaiemos algumas das respostas possíveis.

• *Compete aos militares a definição dos limites da dissuasão?*

A definição dos limites da dissuasão é, em parte, da competência dos militares e constitui, até, uma obrigação sua. Na verdade, ninguém melhor do que os responsáveis militares para definir o limite do sistema defensivo⁹⁵ enquanto elemento dissuasor - como técnicos têm a obrigação de especificar esse limite. Todavia, na actualidade, um sistema de defesa, minimamente credível, atinge custos elevadíssimos, podendo tornar-se obsoleto em pouco tempo. Daí que, por se tratar de escolhas que envolvem gastos avultados, podemos dizer que não há Poder Político que entregue, completamente, nas mãos dos militares essa decisão. Assim, na prática, os militares aconselham soluções alternativas que os políticos escolhem e aceitam. Estamos, por consequência, face a uma situação curiosa: em primeiro lugar, só os militares são capazes de definir os limites da dissuasão, através da identificação do melhor sistema defensivo; em segundo lugar, são os militares que propõem ao Poder Político as alternativas que satisfaçam à criação de um sistema dissuasor mínimo; em terceiro lugar, é o Poder Político que escolhe, de facto, a dissuasão militar. Ora, pode dizer-se que, com efeito, o verdadeiro limite da dissuasão quem o define é o Poder Político.

O problema equacionado da forma como acabámos de apresentar suscita uma outra questão.

• *Até onde devem os militares levar a proposta de construção da dissuasão?*

Se a escolha do limite do sistema dissuasor compete, em última análise, ao Poder Político, a tendência natural dos militares vai no sentido de ampliar a ameaça com vista a conseguirem ver

⁹⁴ Para a compreensão da temática que, de seguida, vamos abordar deve ler-se, de Amos Perlmutter, *Lo Militar y lo Político en los Tiempos Modernos*, obra editada, em Madrid, pelas Ediciones Ejercito, no ano de 1982.

⁹⁵ Deve ter-se em conta que um sistema defensivo é montado, partindo de cenários estratégicos prováveis.

implantado um sistema que seja, no mínimo, credível. Quer dizer, qualquer escolha que o Poder Político faça equivale à montagem de um sistema defensivo que é sempre superior ao perigo real. Ora, numa situação desta natureza, ainda que possamos falar de super-protecção, está-se, de facto, face a um sistema que já não é dissuasor mas sim ameaçador.

Na condição descrita, pode, com efeito, considerar-se que a garantia da paz passa pela preparação da guerra. Quando se verifica uma super-protecção entre várias grandes potências económicas e militares começa-se a viver a corrida armamentista, porque o equilíbrio passa a fazer-se na base do super-armamento o qual conduz ao aumento das possibilidades de guerra.

Deve dizer-se que a hipótese de guerra cresce pela ocorrência de uma de duas situações ou das duas em simultâneo: ou, os arsenais militares das potências se tornaram tão poderosos que uma delas, por avaliação deficiente, admite a possibilidade de vitória rápida; ou, uma delas desiste da corrida armamentista e gera a apetência para a vitória na outra; ou, por fim, dá-se a conjugação de ambas.

Como se vê, a responsabilidade moral dos militares perante a hipótese de gerarem uma situação condutora ou indutora de guerra é, de facto, muito grande e, por isso, **exige-se de todos os oficiais um elevado sentido cívico, um apurado conhecimento técnico das possibilidades de eclosão de uma situação de pré-conflito** e, por fim, **um entranhado amor pela paz**⁹⁶.

Pela análise do reverso do que acabamos de dizer, surge-nos uma outra questão.

• *Podem e devem ser os militares responsabilizados pelo aparelho dissuasor que não foram capazes de montar?*

Esta questão envolve uma outra que tem de ser colocada antes de dar qualquer resposta: *quando é que os militares são responsabilizados pelo aparelho dissuasor que não foram capazes de montar?*

A tentação, diríamos, quase natural é a de responder: nunca. Todavia, não é verdade, porque **os militares são responsabilizados pelo aparelho dissuasor que não foram capazes de montar, quando esse mesmo aparelho não foi capaz de responder à motivação pela qual existia; por outras palavras, quando uma força armada sai derrotada** de um confronto militar. Com efeito, é necessário que um sistema de dissuasão militar seja tão evidentemente mau que torne possível, antes do confronto, concluir da sua imprestabilidade⁹⁷.

⁹⁶ Note-se que, quanto mais consciente está o militar dos efeitos devastadores da guerra, mais procura construir uma paz duradoura sem, contudo, temer a guerra ou tornar-se um pacifista.

⁹⁷ Claro que estamos sempre perante situações de grande relativismo, por isso se assiste à tendência dos militares exigirem meios que tornem possível montagem de sistemas dissuasores cada vez mais complexos e

Tomemos, então, como resposta definitiva que os militares podem ser responsabilizados pelo sistema dissuasor que não foram capazes de montar *só depois de se ter verificado a incapacidade ou imprestabilidade desse mesmo sistema*.

Passemos, agora, à pergunta fundamental que havíamos deixado sem resposta: *podem e devem ser os militares responsabilizados pelo aparelho dissuasor que não foram capazes de montar?*

Começemos por averiguar se *podem*.

Dado que os militares, *do ponto de vista moral, são colectivamente responsáveis perante a Nação*, e só prestam contas ao Poder Político porque este é uma emanção da daquela⁹⁸, **podem ser, moralmente, responsabilizados pelo sistema dissuasor que não foram capazes de montar**. Quer dizer, **a Nação não pode ser ludibriada, na sua segurança e na criação das condições para o desenvolvimento do seu bem-estar, pela incompetência dos militares**; os sistemas de defesa - qualquer um - são tão caros que os militares não podem, impunemente, esbanjar por ignorância os rendimentos colectivos; este é um dos motivos por que a administração financeira, na maioria das Forças Armadas, é sempre rigorosa e pontual na prestação das suas contas.

Mas se os militares podem, colectivamente, ser responsáveis perante a Nação pelo sistema dissuasor que não foram capazes de montar, cabe perguntar: *como é que o não cumprimento de uma responsabilidade é punido pela Nação?*

Digamos que a Nação tem três processos de *punir* os militares pelo não cumprimento das suas responsabilidades: através da *condenação por intermédio da opinião pública*; através da *mudança dos responsáveis políticos pela defesa*; e, finalmente, através da *responsabilização judicial de um ou vários chefes militares*. Vejamos cada um dos processos em separado.

Condenação por intermédio da opinião pública.

Previamente, convém ficar consciente de que *opinião pública* não é a opinião publicada na imprensa escrita ou falada; *opinião pública* não é quantificável, por isso não resulta da interpretação de inquéritos ou estatísticas; *opinião pública* é um sentimento que paira numa

sofisticados. Um sistema dissuasor imprestável é um convite à agressão e, por regra, os militares têm consciência dessa situação. Para escolha e montagem do sistema dissuasor há que definir, com antecedência, cenários possíveis de agressão e ajustar o sistema a esses mesmos cenários, tendo em conta a exigência de uma grande flexibilidade e capacidade de adaptação a cada diferente situação.

⁹⁸ Por isso todos os militares, praticamente em todo o mundo, **fazem um juramento de bandeira público, isto é, perante o símbolo que representa a Nação, e em público, juram servi-la, respeitando** (no caso português) **a sua Lei fundamental - a Constituição Política - que, supostamente, representa a vontade de todos.**

colectividade e que funciona como atractivo ou repulsivo em relação a um determinado assunto, conjunto de assuntos, pessoa ou conjunto de pessoas⁹⁹.

Quando os militares não cumprem as suas responsabilidades, ou até mesmo, é admitida a possibilidade de não a cumprirem, *gera-se no seio da colectividade um sentimento de repulsa, de não-aceitação, de crítica, de falta de confiança, de falta de respeito*. Essa é a punição levada a efeito pela *opinião pública*.

Alterar a opinião pública é das tarefas mais difíceis que se coloca seja a quem for, acima de tudo, porque não se conhece com exactidão os pontos onde se deve fazer incidir o esforço de mudança e, também, porque se não sabe nunca quando se conseguiu consolidar uma opinião que se julgou mudada¹⁰⁰.

Fica, também, claro que a condenação da instituição castrense por intermédio da *opinião pública* é uma arma de dois gumes, porque serve para dar aos potenciais adversários da Nação a informação da inoperância do aparelho militar e da falta de confiança que aquela colectividade tem nele. Uma *opinião pública* desfavorável aos militares é mais uma *vulnerabilidade* a acrescentar ao fraco ou pouco credível sistema dissuasor de uma da Nação. Em conclusão, **a punição dos militares através da *opinião pública*, é um processo que, não remediando situações, as agrava fortemente**¹⁰¹.

Mudança dos responsáveis políticos pela defesa.

Aparentemente não se trata de uma forma de punir os militares, mas sim os políticos. Diremos que é verdade e que se trata da forma mais correcta de resolver toda a questão.

Com efeito, e como já vimos, é o Poder Político quem, em última análise escolhe o sistema dissuasor, donde, parece, deve ser o primeiro responsável pelo seu não funcionamento ou pela sua ineficiência; o falhanço pode resultar de um erro militar, mas se as forças armadas são, perante a Nação, responsáveis pela sua segurança militar, o Poder Político é responsável pela escolha dos mais competentes militares ou, pelo menos, daqueles que melhor o possam aconselhar. *Punir* os políticos responsáveis pela defesa e segurança é, também, *punir* os

⁹⁹ Sobre opinião pública pode consultar-se, com vantagem, a pequenina, mas muito completa e ainda actualizada obra de Alfred Sauvy, *A Opinião Pública*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

¹⁰⁰ Muitas vezes, o mais curioso, é que os próprios governantes partilham da opinião pública e não o dizem, facto que dificulta, aos responsáveis militares, a tomada das decisões que poderiam ajudar a uma alteração dessa mesma opinião.

¹⁰¹ Exemplos de opinião pública desfavorável às Forças Armadas, foram os casos da Itália durante a 2ª Guerra Mundial, da Áustria no final do século XIX e, até o de Espanha, depois da derrota contra os EUA.

militares; a mais forte *punição* que uma Nação pode aplicar aos seus políticos é afastá-los do Poder, ou seja, privá-los do direito de ser governo.

Embora tenhamos exposto a forma mais correcta de solucionar a questão que havíamos enunciado, o certo é que muito raramente uma Nação procede segundo o método indicado; não consegue *punir* os políticos por um erro na área da defesa porque este, seja ele qual for, é, em regra, escamoteado do conhecimento público; quando, de todo em todo, o erro se torna do domínio público ele surge colocado de uma tal forma que permite o terceiro tipo de *punição*. Vejamos.

Responsabilização judicial de um ou vários chefes militares

Realmente, quando o sistema de dissuasão não prova a sua qualidade - vimos que isso ocorria, na prática, quando há lugar a uma derrota militar - a solução mais comum como *punição* do militar ou militares responsáveis, ou tidos como tal, passa pela *responsabilização judicial*.

Esta não é mais do que a acusação pública de incompetência, de traição ou de cobardia¹⁰²; o réu terá de provar a sua inocência, o que se torna extremamente difícil quando o motivo fundamental que o leva à barra do tribunal é a falência de um sistema dissuasor de defesa. Mesmo admitindo que o réu consegue provar a sua inocência, nunca mais, perante os outros, a sua honra, brio e competência voltam a ser iguais ao que eram antes da acusação.

O absurdo deste tipo de *punição* torna-se tanto mais evidente quanto se sabe que a responsabilidade da falência de um sistema de dissuasão não cabe em exclusivo a um, dois, três, quatro ou cinco homens, mas a todos os combatentes que não suportaram a avalanche de um inimigo mais poderoso. Esta situação só à primeira vista parece absurda porque, realmente, o que se pretende acusar é todo o aparelho militar e não só um comandante.

Em Portugal, o caso mais flagrante de uma acusação do tipo que vimos descrevendo, passou-se à trinta anos, quando o general Vassalo e Silva, Governador do Estado da Índia Portuguesa, perante uma invasão muitíssimo superior em efectivos e meios, deu ordem aos comandos subalternos para se renderem, após uma resistência simbólica e depois de procederem às destruições materiais que em tais circunstâncias se devem efectuar. A decisão militarmente certa, humanamente correcta, estava politicamente errada, porque pretendia-se que os cerca de 5.000 homens dispersos pelos territórios fossem sacrificados sem outros benefícios que não fossem os de natureza política. O general foi julgado e condenado em Tribunal Militar, tendo de transportar o resto da vida o peso de uma condenação que o levou à reforma compulsiva. Como

¹⁰² Noutra Lição estudar-se-ão estes e outros crimes de natureza militar.

consequência desta condenação resultou que nunca foi enaltecido o martírio da prisão de todos os militares em campos de concentração indianos por largos meses, nem o desgosto de não ter podido cumprir com valentia e orgulho uma missão de guerra; e não era possível cumprir essa missão, porque, de facto, o Poder Político não tinha criado as condições militares de resistência a uma invasão dos territórios ou, por outras palavras, o sistema defensivo não era, de facto, credível e, por isso, dissuasor¹⁰³.

Tendo concluído a resposta à questão que havíamos colocado - *podem ser os militares responsabilizados pelo aparelho dissuasor que não foram capazes de montar?* - resta-nos, agora, responder à outra parte da mesma questão - *devem ser os militares responsabilizados pelo aparelho dissuasor que não foram capazes de montar?*

Não nos podemos esquecer que toda a análise que fizemos e todas as que vamos fazer têm como suporte exclusivo a Deontologia Militar, isto é, delas está excluída a problemática da competência técnica.

A resposta à questão que colocámos passa exactamente pela fronteira entre a moral e a competência. Com efeito, se a incompetência ou a negligência devem ser punidas, as falhas que surgem, mesmo para além de todo o esforço e de todo o sacrifício, não merecem ser apontadas. Concretizemos.

Se o aparelho militar de dissuasão não foi montado porque os responsáveis militares não deram as informações correctas, se falharam na avaliação das ameaças, se não foram capazes de instruir bem os seus soldados, estamos face a uma situação de incompetência ou de negligência; se tudo isto foi assim, então, os militares devem ser responsabilizados e punidos; mas, se tudo o que devia ser feito foi cumprido, se a tempo se alertou o Poder Político para as deficiências do sistema, e, mesmo assim, se tentou tirar a máxima rentabilidade de poucos recursos, então, estamos perante uma situação que merece, até, o respeito e a admiração da Nação, porque se tentou tudo para cumprir bem com maus meios.

4. A GUERRA COMO FENÓMENO TOTAL

¹⁰³ A memória do general Vassalo e Silva foi reabilitada depois de 25 de Abril de 1974, já que foi reintegrado, postumamente, no posto e nas regalias a que tinha direito.

Fernando de Bordeje Morencos define *guerra total* como sendo «A guerra sem restrições na qual se empregam todos os meios e recursos disponíveis por estar em causa a sobrevivência de um sistema político e respectivo modo de vida ou a soberania de uma nação»¹⁰⁴.

Não vamos contestar a veracidade da definição, tanto mais que já nos referimos, ainda que de passagem, a este mesmo assunto¹⁰⁵, dando dele, no entanto, uma visão diferente. Com efeito, interpretámos a *guerra total*¹⁰⁶ não na perspectiva do «emprego de todos os meios e recursos disponíveis», mas na do reflexo que o fenómeno guerra tem sobre toda a gente, independentemente dos meios utilizados. Repare-se que a 1ª Guerra Mundial foi uma *guerra total* e, contudo, a grande maioria dos meios navais de combate da Alemanha não foram utilizados - ela foi total porque afectou toda a população dos Estados beligerantes mesmo que estivessem a muitos milhares de quilómetros da frente de combate.

Repare-se, por outro lado, no que há de incoerente na definição do autor espanhol: «A guerra sem restrições na qual se empregam todos os meios e recursos disponíveis [...]» - em princípio, em todas as guerras os contendores empregaram, sem restrições, todos os meios de que dispunham e, nem por isso, se pode dizer que todas as guerras foram totais!

Posto este reparo e tendo em conta que a *guerra total* é um fenómeno recente, vejamos, numa perspectiva da Deontologia Militar, como é que evoluíram as guerras, desde a mais remota antiguidade até hoje.

4.1. A GUERRA NO PASSADO DISTANTE

Há mais de dois mil anos Sun Tzu, estrategista chinês, escreveu a seguinte frase que parece ser um lugar comum, isto é, uma verdade que toda a gente sabe: «A guerra é um assunto de importância vital para o Estado; o reino da vida ou da morte; o caminho para a sobrevivência ou ruína. É indispensável estudá-la profundamente»¹⁰⁷.

Ao reproduzir este pensamento, que nos poderá parecer banal, quisemos evidenciar a importância que a guerra já tinha quando no Egipto se vivia a última fase da sua história - o período saíta - ou quando morria Sólon, na Grécia, ou, ainda, quando Roma vivia o seu distante

¹⁰⁴ *Op. cit.*, p. 85.

¹⁰⁵ Veja-se a parte final da matéria referente à Guerra convencional.

¹⁰⁶ Que designámos, até, por *fenómeno total*.

¹⁰⁷ Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d., p. 48

e lendário começo, revoltando-se contra o domínio etrusco. Quer dizer, a civilização europeia, nos seus mais distantes alvares, ainda não existia e já na China se teorizava sobre a guerra. Assim, descrevê-la no passado distante torna-se difícil, porque não sabemos a que passado nos havemos de fixar.

Por causa dessa dificuldade preferimos pegar no problema, partindo da visão da guerra no passado distante, através do armamento.

- *Antes das armas metálicas*

Seria estultícia tentar falar de guerra antes da existência das armas metálicas, porque, no fundamental, nada se sabe desse período remoto da vida da Humanidade e, porque, também, nem guerra, como tal encarada, deveria, então, haver.

Os recontros entre homens não andariam muito longe dos que se verificariam entre estes e os animais selvagens; no essencial, dever-se-iam utilizar armadilhas, lanças de madeira com pontas afiadas, pedras como arma de arremesso, mocas de madeira, punhais talhados em pedra e machados de madeira e pedra. De um modo geral, a derrota do adversário impunha uma aproximação física que pouco mais era do que a distância de um braço estendido. A derrota conseguia-se pela inutilização do adversário; esta poderia ser temporária ou definitiva. No último caso, tratava-se de matar o adversário o que acontecia, muito principalmente, por esmagamento ou fractura do crânio e, por certo mais raramente, por perfuração de órgãos vitais (há que atender aos instrumentos de combate utilizados).

Nas condições descritas, certamente, só os homens mais fortes e mais corajosos poderiam entrar em luta - quer esta se travasse contra outros homens ou contra animais selvagens. Podemos, pois, concluir que **a luta**, - porque não será conveniente falar de guerra em tempos tão recuados - **entre homens armados com instrumentos não metálicos de combate, exigia**, pela proximidade física a que se travava, **que os combatentes fossem fortes e corajosos**.

Deve entender-se por *coragem* a **capacidade de, face às situações de perigo, dominar o medo**. *A coragem, enquanto expressão de uma energia moral, é directamente proporcional ao medo e inversamente proporcional ao treino das situações de perigo; daí resulta a necessidade de, em todos os tempos, se desenvolver, entre os homens que se dedicam à luta ou à guerra, treinos que ponham à prova o aumento da capacidade de dominar o medo, ou seja, de desenvolver a coragem.*

- *Depois das armas de pedra e antes das flechas*

Embora os metais não tenham sido descobertos em todo o lado ao mesmo tempo, nem o arco e a flecha tenham surgido só depois das armas metálicas¹⁰⁸, por uma questão de simplificação metodológica resolvemos estabelecer a cronologia que propomos.

As armas metálicas introduziram técnicas de combate tão sofisticadas que deixaram muito para trás as que eram utilizadas no tempo das armas de pedra e de madeira.

Com efeito, às armas metálicas opuseram-se sistemas individuais de defesa que ofereciam a possibilidade de resistir a certo tipo de golpes dos adversários - o escudo (de couro ou metálico), o elmo, a couraça (de couro ou de metal) - obrigando estes a organizar melhor o ataque, partindo do treino em grupo. Assim, muito provavelmente, nasceram as primeiras tácticas da infantaria - a falange - e nasceu a imposição das razões do grupo às razões individuais¹⁰⁹.

Para adversários melhor defendidos houve que procurar derrubá-los mais à distância e, assim, terá nascido a lança com ponta metálica; a espada curta actuava de diversas formas: partindo ossos, perfurando órgãos vitais, fracturando crânios. O duelo perdeu a característica que tinha quando a arma era de pedra - individualizado e lento - para ganhar uma outra - massivo, disciplinado e rápido nos golpes, permitindo passar a outro adversário.

A luta corpo a corpo continuou a exigir **que os combatentes fossem fortes e corajosos**, embora, agora, lutando em grupo, **passaram a desenvolver conceitos de disciplina e formas de mútuo amparo**.

- *O cavalo como arma de guerra*

A associação da arma metálica, cortante, ao uso do cavalo ampliou largamente a capacidade do combatente, em especial se a este se opunha um adversário apeado.

Na verdade, a aceleração do cavalo aumentou a velocidade do embate da arma no adversário, facto que permitia matar por perfuração de órgãos vitais, pelo efeito de choque ou, ainda, como consequência da queda do cavalo se o adversário também estava montado.

Também se **passaram a desenvolver formas de coacção grupal para disciplinar os cavaleiros**, quando o combate ocorria em grandes formações.

¹⁰⁸ Deve ter-se em conta que certos povos primitivos não dominando a técnica metalúrgica dominavam a técnica da construção e utilização do arco e da flecha.

¹⁰⁹ Ou seja, começam-se a esboçar os primeiros contornos da disciplina militar, já que esta subordina a vontade do indivíduo à vontade do grupo.

O uso do cavalo na guerra passou a exigir perícia na arte de montar, continuando a ser necessária a robustez física e coragem, embora esta variasse consoante o adversário a enfrentar fosse ou não um cavaleiro.

- *Depois do aparecimento das flechas*

A introdução da flecha na arte de fazer a guerra constituiu uma verdadeira revolução, porque, a grande distância, tornou vulneráveis os combatentes mesmo que protegidos por armaduras metálicas, por outro lado, gerou no archeiro um sentimento de segurança que o simples soldado de infantaria, portador de uma arma metálica nunca teve. Quer dizer, a flecha introduziu a necessidade de maior coragem, de maior desprendimento pela vida, de maior necessidade de protecção, no combatente possuidor de simples armas tradicionais, enquanto ao seu atirador deu maior sentimento de impunidade, visto que só outro archeiro, ou, em certas e raras circunstâncias, um cavaleiro o poderiam abater. **Matar, utilizando a flecha, tornou-se mais simples, menos penoso e exigindo menos coragem, por estar menos exposto ao perigo, ao mesmo tempo que permitiu um regresso ao individualismo¹¹⁰ do archeiro.**

Conclusão parcial

Tendo em vista compreender como é que a guerra afectava a vida das populações, por forma a verificar se ela era ou não total, do que deixámos dito, **podemos concluir que a guerra, nos seus efeitos mais perniciosos¹¹¹, enquanto foi feita só com armas metálicas¹¹² era sentida, no máximo numa cidade e nunca num Estado.**

- *A arma de fogo individual*

A introdução da arma de fogo nos combates entre exércitos, correspondeu, uma vez mais, a uma revolução na arte de fazer a guerra.

¹¹⁰ Embora se tenham desenvolvido tácticas de emprego dos archeiros em grupo, de modo a criarem-se grandes barreiras de disparos simultâneos, este combatente teve sempre grande liberdade de escolha do seu alvo, facto que, por certo, permitiu cultivar o individualismo.

¹¹¹ A morte, a fome, a quebra de circuitos produtivos e comerciais, são, de entre outros, os efeitos mais perniciosos da guerra.

¹¹² Excluímos o período em que as guerras não eram feitas com armas metálicas, porque a unidade política - tribo - não tinha nem a dimensão, nem a organização do Estado, nem, talvez, as populações se identificassem perfeitamente com o espaço geográfico que habitavam.

A arma de fogo permitia alvejar o adversário, mesmo que couraçado, a muito grande distância e de uma forma que, pela certa, o punha fora de combate e possibilitava acabar com a supremacia dos arqueiros, porque os atingia utilizando um método mais eficaz. Mas, se é certo que a arma de fogo individual veio evidenciar terríveis vulnerabilidades nos adversários, também é certo que elas eram iguais quando os detentores de armas de fogo ficavam sujeitos aos seus efeitos; teve de se estudar novas formas de fazer a guerra o que passou por desenvolver um tipo de **disciplina que garantisse que os homens dominavam o medo no momento de ficarem sob o fogo inimigo**; tiveram de ser **treinados os cavalos de modo a não se espantarem com os novos ruídos** do campo de batalha; o **equipamento individual teve de se alterar**, tornando-o mais ligeiro, porque o tipo de ferimentos em combate se estava a alterar - morria-se mais da perfuração de órgãos vitais provocada pelos projecteis das armas de fogo; quanto mais se aperfeiçoavam as armas de fogo individual mais **o combate corpo a corpo foi sendo raro**; a **mortandade e os ferimentos graves em combate aumentaram** para números muito elevados; o **número de combatentes envolvidos na luta foi sendo cada vez maior**.

Todas as transformações referidas exigiram: **mais aprendizagem técnica, mais disciplina no combate, mais coragem para enfrentar o adversário e mais espírito de abnegação para suportar os sofrimentos físicos**.

- *A arma de fogo colectiva*

Deve entender-se como arma de fogo colectiva a boca de fogo de artilharia nas suas múltiplas variantes¹¹³.

Se a introdução da arma de fogo individual nos combates provocou profundas alterações nos exércitos, a introdução da boca de fogo de artilharia¹¹⁴ alterou totalmente todos os conceitos tácticos e estratégicos até então em voga.

A peça de artilharia obrigou à aprendizagem de **novas técnicas de cálculo de tiro**; reduziu o tempo de cerco das praças que se pretendiam conquistar, porque **rapidamente destruía as muralhas**; nas batalhas campais, **passou a impedir a aproximação das tropas**, facto que aumentou a usura¹¹⁵ antes do contacto a curta distância; **levou à necessidade de aumentar a capacidade psicológica** face ao fogo adversário; **levou os efeitos do combate muito para trás**

¹¹³ Canhão ou peça, obus, morteiro.

¹¹⁴ Para simplificação passamos a designá-las por peça de artilharia.

¹¹⁵ Utiliza-se este termo para significar desgaste de homens e material em combate.

das linhas definidoras do campo de batalha; aumentou as baixas, por morte e ferimento, entre os combatentes; provocou a morte e ferimentos nas populações civis; ampliou as destruições nas propriedades de civis.

Todas as transformações referidas exigiram: **mais conhecimentos técnicos, modificações nas estruturas defensivas das povoações, mais disciplina das tropas e mais coragem para suportar o combate.**

Conclusão parcial

Tendo em vista compreender como é que o conflito bélico afectava a vida das populações, por forma a verificar se ele era ou não total, do que deixámos dito, **podemos concluir que a guerra, nos seus efeitos mais perniciosos quando passou a ser feita com armas de fogo começou a ser sentida mais fortemente pelas populações civis, podendo dizer-se que ao aumento da capacidade de fogo correspondeu uma ampliação do número de frentes possíveis de sustentar com o mesmo tipo de armas, facto que, estendendo a guerra para além da batalha campal, envolveu pessoas civis e suas propriedades nos conflitos.** Em resumo, **a guerra só assumiu uma feição totalizante depois do aparecimento das armas de fogo, embora só se tenha tornado total no século XX, como veremos de seguida.**

4.2. A GUERRA NO PASSADO RECENTE

Devemos delimitar o que entendemos por *passado recente*. Assim, para nós, *passado recente* é o período que se iniciou com o começo da 1ª Guerra Mundial e termina com a queda do muro de Berlim.

Tentemos, agora, caracterizar a traços muito largos - no aspecto que nos interessa, o da Deontologia Militar - a evolução da guerra neste espaço de tempo.

Antes do mais devemos *dividir as guerras ocorridas nestes setenta anos em dois grandes grupos*: as que seguiram os cânones dos *conflitos bélicos convencionais* e as que se enquadram nas *guerras de guerrilhas*.

No primeiro grupo temos a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais¹¹⁶, a da Coreia¹¹⁷, as Israelo-Árabes¹¹⁸ e a das Malvinas¹¹⁹; no segundo grupo temos a guerra da Indochina¹²⁰, a guerra da Argélia¹²¹, as campanhas ultramarinas portuguesas¹²² a guerra do Vietname¹²³ e a guerra do Afeganistão¹²⁴.

A primeira grande **conclusão** que se pode tirar da análise dos conflitos bélicos apontados é que **os países ricos e poderosos se confrontam uns com os outros seguindo princípios convencionais e clássicos, enquanto os países pobres confrontam os grandes e poderosos seguindo princípios bélicos pouco convencionais e nada clássicos.**

A segunda grande **conclusão** a extrair é que, **no confronto entre forças convencionais e forças guerrilheiras, as primeiras não conseguem evitar o ataque às populações civis¹²⁵, facto que lhes retira simpatia.**

¹¹⁶ Os principais intervenientes na 1ª foram a Alemanha, a Áustria e a Turquia, de um lado, e a França, a Grã-Bretanha, a Rússia, a Itália, os EUA, a Bélgica e Portugal, do outro; na 2ª foram a Alemanha, a Itália e o Japão, por um lado, e a Grã-Bretanha, os EUA, a URSS, a França, a Bélgica, a Holanda, a Polónia, a Grécia, o Brasil e muitos outros países, do outro.

¹¹⁷ Iniciou-se no dia 15 de Setembro de 1950, quando tropas da ONU (essencialmente americanas) comandadas pelo general Douglas MacArthur desembarcaram em Inchon, na Coreia do Sul; além de se confrontarem, directamente, com os coreanos, defrontavam, indirectamente, a capacidade militar chinesa através do armamento fornecido e dos apoios em tropas especializadas.

¹¹⁸ As principais foram a de 1948, logo após a independência de Israel, a guerra Israelo-Egípcia, *do Sinai*, em 1956 (29 de Outubro a Março de 1957) a *guerra dos seis dias*, em Junho de 1967 e a *guerra do Yom Kippur*, em 1973.

¹¹⁹ Confrontaram-se, em 1982, a Grã-Bretanha e a Argentina, pela posse de um pequeno arquipélago nos mares do Atlântico Sul.

¹²⁰ Guerra de guerrilha iniciada após o fim da 2ª Guerra Mundial contra a presença francesa na sua colónia da Indochina; acabou transformando-se numa guerra convencional em 1954 (cerco de Dien Bien Phu durante 55 dias que levou à derrota dos franceses).

¹²¹ Guerra de guerrilha iniciada em 1955 e terminada em 1962 conduzida por nacionalistas argelinos contra o domínio colonial francês; acabou com o reconhecimento do direito à independência da Argélia.

¹²² Guerra de guerrilhas iniciada em Angola, em 1961, depois estendida à Guiné e a Moçambique, que acabou com o reconhecimento do direito à independência dos diferentes territórios.

¹²³ A 2 e 5 de Agosto de 1964 contratorpedeiros americanos são atacados por lanchas rápidas do Vietname do Norte no Golfo de Tonquim, como retaliação a aviação americana bombardeou bases militares; os Norte Vietnamitas, na sequência, atacam o Vietname do Sul, aliado dos EUA.

¹²⁴ Guerra de guerrilha conduzida por nacionalistas afegãos contra o Governo pró-comunista e, depois de 1980, contra as próprias tropas soviéticas presentes no território.

¹²⁵ Evidentemente que as tropas guerrilheiras contribuem para que assim seja, já que se resguardam na população civil, sem qualquer indicador que as identifique. Assim, as tropas convencionais têm de actuar como se toda a população civil fosse, de facto, tropa guerrilheira.

A outra **conclusão** que se pode extrair é que, em última análise, **a guerra de guerrilha acaba, como consequência do profundo desgaste que provoca nas populações civis, em especial ao nível psicológico e económico, por ter efeitos semelhantes aos da guerra total**¹²⁶.

Finalmente, pode, ainda, concluir-se que **pelo o facto de terem coexistido dois modos de fazer a guerra** - o convencional e o guerrilheiro - **não se deixou, todavia, de assistir a um aumento dos arsenais nucleares e a uma constante sofisticação dos armamentos.**

4.3 A GUERRA NO FUTURO

Como é evidente, não possuímos capacidades de adivinho que nos permitam determinar o futuro, contudo, muitas vezes pode-se fazer um prognóstico do que se vai passar com base na lógica que presidiu à evolução dos acontecimentos anteriores. É deste modo que iremos tentar entender a guerra no futuro.

Da conclusão da alínea anterior verificámos que a guerra convencional não foi anulada pela guerra de guerrilhas mas, pelo contrário, passaram a coexistir, no tempo, os dois tipos de condução dos conflitos bélicos; por outro lado, concluímos, também, que a guerra de guerrilhas era a forma, sob todos os aspectos, mais económica das pequenas potências enfrentarem as grandes.

Não nos repugna encarar o futuro condicionado por quatro tipos de *cenários* diferentes:

1. Desaparecimento da bipolarização conflitual e estratégica;
2. Ampliação do confronto Norte-Sul;
3. Multiplicação dos conflitos regionais;
4. Transformação do papel dos exércitos dos países desenvolvidos.

Vejamos cada um destes *cenários* em separado para, depois, podermos integrar os resultados finais.

1. Desaparecimento da bipolarização conflitual e estratégica

Com a queda do comunismo na URSS e a desintegração da própria União, o confronto bipolar entre as duas superpotências desfez-se por completo, ficando a existir uma só muito grande

¹²⁶ Os quatro casos mais significativos, quanto a nós, são o da guerra da Argélia, o da guerra do Vietname, o da guerra colonial portuguesa e o da guerra do Afeganistão. Em todos estes conflitos os exércitos convencionais acabaram não suportando o desgaste da guerra, tal como as populações à retaguarda o não suportaram. Não se pode falar de derrotas no campo das tropas convencionais, mas, talvez seja aceitável falar de vitórias no campo dos guerrilheiros.

potência e muitos centros de médias potências capazes de desafiar militarmente os EUA, confiando para tal no peso inibitório da opinião pública mundial¹²⁷.

Com o desaparecimento da bipolarização estratégica, a paz tornou-se mais precária no mundo, não só pelo aumento não controlado¹²⁸ de centros conflituais, como, também, pelo aumento da capacidade reivindicativa das pequenas e médias potências¹²⁹.

Assim, e para já, pode concluir-se que **a guerra passou a ser mais possível no mundo depois do desaparecimento da URSS, embora a guerra a que nos referimos seja de nível destrutivo muito menor do que a guerra que poderia estalar entre as duas superpotências**, quando ambas existiam. **Contudo**, admitimo-lo, **estaremos sempre em face de conflitos totais** relativamente aos contendores.

2. Ampliação do confronto Norte-Sul

É sabido que, salvo raras exceções, os Estados economicamente mais desenvolvidos se encontram no hemisfério norte do globo terrestre e que nestes se concentra a capacidade produtiva da grande maioria das matérias-primas que se encontram nos Estados do hemisfério sul. Esta distribuição desigual de capacidades conduz a uma singular posição estratégica: o Norte carece do Sul para manter os altos padrões de vida e de desenvolvimento que possui e o Sul carece da tecnologia do Norte para sair da situação de atraso sempre crescente.

Este quadro conduz à possibilidade dos Estados do Sul desenvolverem estratégias políticas e económicas que se assemelham, em muito, a verdadeiras chantagens. Ao mesmo tempo, este cenário permite imaginar a hipótese de se verificarem alianças pouco naturais entre Estados do Sul e do Norte de modo a travar o desenvolvimento de outros Estado do hemisfério norte.

Em suma, **a concorrência Norte-Sul configura cenários de conflito bélico** que poderão ser **de natureza convencional, de guerrilha ou, até, nucleares**¹³⁰. Em qualquer dos casos, **uma coisa**

¹²⁷ Foi jogando assim que o Iraque fez frente aos EUA que, para poderem enfrentar uma potência regional sem irem contra a opinião mundial, tiveram de se socorrer da ONU, no seu peso nesta organização e na ausência de importância em que já tinha caído a URSS.

¹²⁸ Note-se que, no passado, todos os conflitos, por mais pequenos que fossem, mereciam, de certo modo, o controlo das duas superpotências; agora isso deixou de acontecer por completo.

¹²⁹ Tenha-se em conta que este aumento é, não só absoluto - há mais reivindicação - como, também, relativo - há mais reivindicação porque deixaram de existir centros inibidores dessa reivindicação, tais como o eram a URSS e, até, a China.

¹³⁰ Basta que um Estado detentor de matérias-primas estratégicas estabeleça acordos preferenciais com Estados detentores da tecnologia nuclear, para que tal possa acontecer. Aliás, o Iraque é um exemplo desse tipo de situação.

nos parece certa: as populações civis não serão respeitadas e a guerra tenderá a ter efeitos globais¹³¹, no mínimo, nos Estados do Sul.

3. Multiplicação dos conflitos regionais

Como consequência das razões apontadas anteriormente - ausência do controlo estratégico das superpotências e aumento das situações de tensão entre os Estados desenvolvidos e os não desenvolvidos - não nos parece errado admitir que os conflitos regionais¹³² aumentem em grande número, tanto no hemisfério norte como no sul.

Todas as situações de guerra que hoje se vivem¹³³ são pronúncio de outras que podem rebentar a novo trecho. Aliás, o grande perigo de generalização do conflito não reside na multiplicação das pequenas guerras - também chamadas *conflitos de baixa intensidade* - mas na possibilidade de se repetir o cenário que levou à 1ª Guerra Mundial: uma sucessão de alianças que obrigavam a dar assistência militar ao Estado agredido ou ao Estado agressor.

Dois outros factores que podem contribuir para ampliar os conflitos regionais são por um lado, o desenvolvimento de novos nacionalismos, por outro, a agudização das tensões religiosas dentro do mundo muçulmano e deste relativamente ao mundo cristão - não necessariamente católico.

Em síntese, os conflitos regionais vão aumentar consequência de desequilíbrios económicos, de tensões religiosas e do aparecimento de nacionalismos serôdios ou anteriormente sufocados.

4. Transformação do papel dos exércitos dos países desenvolvidos

Tomando, mais uma vez, em consideração tudo o que foi dito nos itens anteriores, é possível admitir a possibilidade de, cada vez mais, os exércitos dos Estados desenvolvidos virem a ser chamados a desempenhar as chamadas *missões de paz* no âmbito da ONU.

¹³¹ Entenda-se por efeitos globais todos aqueles que vão para além da guerra total e que se configuram em cenários de intervenção de grande número de Estados com clara tendência para o conflito mundial.

¹³² Deve entender-se por *conflito regional* aquele confronto bélico que não assume proporções globais ou mundiais e que, por conseguinte, se desenrola numa área limitada e que, por regra, não chega a provocar efeitos de qualquer natureza fora dessa mesma área. Note-se que o facto de ser regional não impede que um conflito possa ser total em relação aos Estados intervenientes.

¹³³ Outubro de 1993. Guerra civil na Jugoslávia, guerra civil na Geórgia, conflito «controlado» pela ONU na Somália, guerra civil em Angola, guerra civil em Moçambique, estado de guerra civil na África do Sul, guerrilha em Timor Leste, situação de tensão belicosa na Palestina e no Golfo, etc., todo este cenário configura uma situação de estado de guerra regional.

Na verdade, esta organização tenderá, através de um jogo de interesses nem sempre bem definido, mas sempre presente, tenderá, dizíamos, a ocupar, pelo menos, durante alguns anos, o espaço estratégico deixado pelo desaparecimento da URSS¹³⁴. Assim, no vazio da superpotência comunista aparecerá a ONU que procurará, em parte, desempenhar o papel que a URSS teve no passado próximo; a ONU funcionará, por um lado, como elemento de contrabalanço do poder dos EUA - «metendo na ordem» as ambições estratégicas daquela superpotência¹³⁵ - e, por outro, como elemento *diluyente* da vontade de Washington - para que os objectivos e projectos de dimensão global do Governo americano possam «passar» na crítica mundial, ter-se-á de fazer crer que são, também, projectos e objectivos da ONU. Este organismo será pois um elemento de contenção da guerra global através da gestão das guerras regionais, tal como, na prática, acabou funcionando a NATO e o Pacto de Varsóvia fora da Europa.

O primeiro ensaio desta nova projecção estratégica da ONU ocorreu na guerra do Golfo, entre Agosto de 1990 e Março de 1991 e está a culminar com a guerra da Somália.

Para que a ONU possa desempenhar este papel eminentemente envolvido nas malhas conflituais do mundo carece de possuir uma força militar de intervenção; esse exército será constituído pelas Forças Armadas dos diferentes Estados membros, com especial ênfase para os dos Estados do mundo desenvolvido - forma de poderem controlar as ambições dos Estados atrasados.

Este novo empenhamento dos militares vai-lhes exigir que possuam uma formação específica. Com efeito, o militar funcionará mais como elemento de paz do que de guerra, embora possa desempenhar missões bélicas. Assim, no mínimo, terá de ser capaz de compreender os contextos estratégicos nos quais vai ser chamado a operar, terá de saber desenvolver raciocínios diplomáticos, terá de ser capaz de rapidamente apreender a história da região onde opera e vai ter de saber respeitar os princípios da dignidade humana.

Em síntese, **os exércitos dos países desenvolvidos vão, em estreita colaboração com a ONU ou no cumprimento de mandatos desta organização, passar a funcionar como *polícias da ordem internacional***, tendo em vista evitar o descaminho dos conflitos regionais em conflitos globais.

¹³⁴ Há quem não comungue desta opinião por admitir que a ONU, estando financeiramente dependente dos EUA, faz, em boa parte, a política externa americana. Julgamos que uma tal posição corresponde a uma excessiva simplificação do problema e à anulação da personalidade da ONU, confirmada noutras circunstâncias.

¹³⁵ A entrega a um egípcio do Secretariado Geral das Nações Unidas não será estranho a esta estratégia de repartição e contenção de poderes globais.

5. OS MILITARES E A GUERRA¹³⁶

Por vezes há palavras que por serem utilizadas com excessiva frequência acabam perdendo o sentido verdadeiro, a sua raiz; é o caso de *militar*.

- Quem é militar ou o que é ser militar?

Militar é aquele que milita, aquele que, fazendo parte de um grupo que tem um determinado fim ou objectivo, defende esse fim ou objectivo.

O fim ou objectivo de todas e quaisquer Forças Armadas é a defesa da soberania do Estado e da integridade do território nacional; ao indivíduo que integra o grupo social que forma as Forças Armadas chama-se militar, porque aceita defender os objectivos antes enunciados.

Colocada a questão nesta perspectiva, torna-se, agora fácil perceber que *nem todos os que andam de armas na mão nos diferentes conflitos bélicos são, de facto, militares.*

Para além da distinção simples que acabámos de fazer, quanto ao ser militar, há outros factores diferenciadores que, por se integrarem na ordem moral ou deontológica carecem de melhor explicação.

O militar tem o dever supremo de estar sempre preparado para a guerra. Daqui poder-se-ia inferir que o militar gosta da guerra; ora, nada é, deontologicamente, mais errado. O militar conhecedor dos flagelos que estão presentes nos conflitos bélicos, procura, por todos os meios dignos e honrosos, evitar que se chegue à situação de guerra. Contudo, se o militar se vê forçado a fazer a guerra, empenha-se nela com todo o seu saber e coragem.

Ao fazer a guerra, dentro da humanidade que determina o próprio Homem¹³⁷, o militar fá-la sem raiva, sem rancor, sem espírito de vingança; o único objectivo do militar, quando faz a guerra, é impor ao adversário a sua vontade e nunca permitir que aconteça o contrário.

Muitos milénios de guerra deram ao militar convicções quanto ao modo de se comportar em campanha; ele não é um depredador da civilização à qual pertence, por isso, destrói somente o que lhe garanta que impede o adversário de levar a melhor.

Mas se estes princípios, herdados do espírito da cavalaria medieval e reforçados pelo romantismo liberal do século XIX, foram verdadeiros - salvo os desvios resultantes da própria

¹³⁶ Para apoio deste capítulo da matéria seria vantajosa a leitura da obra *Paz e Guerra entre as Nações*, da autoria de Raymond Aron, editada, em Brasília, pela Editora Universidade de Brasília, em 1986.

¹³⁷ Ou seja, dentro dos limites em que é possível alguém matar e escapar de ser morto, o militar não mata por prazer, por gosto, por vingança; mata, porque é a única forma de sobreviver, e sobreviver é impor a sua vontade à do adversário - se houvesse outro método de fazê-lo, o militar consciente, utilizava-o.

natureza humana - até ao final da 2ª Guerra Mundial, não é menos certo que a generalização das guerras de guerrilha trouxeram profundas alterações aos comportamentos deontológicos dos militares. O facto de estes terem de actuar contra os guerrilheiros, desempenhando o papel de forças de polícia¹³⁸, altera conceitos deontológicos, já que podendo qualquer civil ser um guerrilheiro acaba-se proporcionando a prática involuntária de crimes contra a humanidade. Enquanto a guerra convencional é um conflito que se pode conduzir sem ter as *mãos sujas de sangue inocente*, a guerrilha possibilita exactamente o contrário.

As guerrilhas têm códigos éticos que se fundamentam no chamado *direito revolucionário*, que está de acordo com os fins políticos que a organização prossegue. Com efeito, se politicamente for entendido que os objectivos a alcançar impõem uma guerrilha de terror¹³⁹ a ética que se aceita visa o cumprimento indiscutível dessa prática¹⁴⁰. Estes processos estão deontologicamente vedados aos militares e se os praticam é como último e único recurso de sobrevivência ou, então, em contravenção com os princípios que regem a actuação dos elementos integrantes da instituição castrense em combate¹⁴¹.

Mas se a guerrilha veio, nos últimos cinquenta anos, alterar a Deontologia Militar, o novo papel que se está a pedir que seja desempenhado pelas Forças Armadas no âmbito da ONU, também, anuncia uma alteração, já que os militares terão, por um lado, de ter o comportamento ético característico e tradicional do passado, por outro, poderão vir a ser confrontados com situações de guerrilha e, por fim, terão de funcionar, muitas vezes, como meros árbitros armados de conflitos com cenário de guerra. Nesta última circunstância, o que essencialmente se lhes pede é que usem as armas em benefício da paz e que, por conseguinte, tenham uma profunda consciência do valor da dignidade humana. Não vai ser fácil esta nova tarefa que se começa a exigir aos militares, principalmente, porque poderão ter de enfrentar grupos armados sem qualquer tipo de ética ou, o que será pior, sem mostrarem o mínimo respeito pela dignidade humana, nem o mínimo respeito pela pessoa que sofre.

¹³⁸ Tome-se como exemplo o caso de Israel.

¹³⁹ Esta prática tanto é seguida por organizações de extrema esquerda, como por organizações de extrema direita.

¹⁴⁰ Tenha-se em atenção os casos do IRA (Exército Revolucionário da Irlanda) e o da ETA (Movimento de Libertação Basco); ambos praticam terrorismo puro ainda que alegando tratar-se de acções militares.

¹⁴¹ Foi o caso do Exército alemão durante a 2ª Guerra Mundial, que respondeu à acção da guerrilha com a prática de terrorismo, através de retaliações sobre civis inocentes e, na maior parte dos casos, alheios à guerrilha.

5.1. COMBATENTES E NÃO COMBATENTES

Já vimos, quando antes procurámos circunscrever o conceito de *militar*, que nem todos os combatentes são militares - o guerrilheiro, em princípio, não é um militar, sendo, todavia, um combatente.

Acontece que, dentro de quaisquer Forças Armadas, podemos encontrar militares que não são combatentes, nem a sua missão passa por apoiar directamente os combatentes; o caso mais evidente e mais conhecido é o do Serviço de Saúde; cabe-lhes a tarefa de recolher e tratar os feridos independentemente de serem militares, civis, inimigos ou amigos. A sua missão é essencialmente humanitária e o seu único combate é contra o sofrimento e a morte.

Um outro tipo de militar que não é, estatutariamente, combatente é o integrante do Serviço Religioso; aos capelães e seus auxiliares cabe a missão de confortarem, sob o ponto de vista moral, todos os que sofrem, ainda que esse sofrimento nem seja físico; também para eles não pode haver diferenças entre amigos e inimigos, militares e não militares.

Tirando estes dois casos é, depois, vulgar *e pouco correcto* distinguir entre militares combatentes e não combatentes. Vamos, agora, tentar perceber a incorrecção deste tipo de divisão.

O envolvimento em combate, no passado, como já vimos, processava-se, em regra, em batalhas campais e nestas quem estava presente era sempre o combatente - todos os serviços de apoio encontravam-se distantes do campo de batalha; todavia, quando a situação táctica era a de cerco (a uma fortaleza) já a distinção entre combatente e não combatente era mais difícil, porque, de um modo geral, para se revezarem nos postos de defesa, todos os homens eram poucos. Algo semelhante acontecia com as tripulações dos navios, as quais tinham, como regra, duas tarefas a bordo: uma de rotina e outra de combate.

Com o aparecimento da aeronáutica surgiu, de novo, o conceito de combatente e de não combatente. Realmente, quando no começo do século XX, apareceu o avião, só se podia, em rigor, falar de combatente relativamente a quem fazia parte da tripulação da aeronave; o rodar dos tempos e, acima de tudo, das tecnologias veio alterar este princípio primário, incorrecto e pouco inteligente.

Na verdade, nos tempos que correm, uma aeronave sem todos os apoios de que carece para cumprir a missão, nada mais é do que um simples aparelho com dificuldades para se locomover. Normalmente, quem se apercebe desta verdade é o inimigo que aplica todos os esforços para atingir as infra-estruturas e o pessoal de apoio; o inimigo sabe que as aeronaves sem pessoal de apoio e sem infra-estruturas nada podem fazer.

É nesta perspectiva de envolvimento no combate, sofrendo-lhe as consequências e não podendo ripostar, que não é lícito separar em combatentes e não combatentes as tropas das Forças Aéreas¹⁴². É claro que poder-se-ia argumentar afirmando que, assim, todos os militares que sofriam os efeitos do combate sem nele estarem directamente envolvidos ficavam em situação idêntica às das populações civis, as quais, nem por isso, passam a ter estatuto militar. Trata-se, evidentemente, de um mero sofisma, porque os militares contribuem, no imediato, para as operações bélicas, enquanto as populações civis só de modo indirecto o fazem e, mesmo assim, sem o tipo de obrigação que cabe aos militares.

Esta explicação tinha de ser feita para salvaguardar a hipótese de se poder julgar que o código deontológico que obriga um militar que se empenha directamente no combate é diferente do daquele que, na retaguarda, lhe dá o apoio; nada mais falso; **as obrigações deontológicas gerais que se impõem na vida castrense não se tornam diferentes consoante o cargo ou função que o militar desempenha.**

5.2. OS CIVIS E A GUERRA

Deontologicamente o civil é um elemento estranho e alheio à guerra, isto é, o conflito bélico deve-lhe passar à margem. Já vimos que, cada vez mais, ou por causa da guerra ser conduzida sob a forma de guerrilha ou por o campo de batalha, no conflito convencional, tender a alargar-se cada vez mais, a guerra envolve de forma indiscutível as populações civis.

Também já dissemos que aos militares compete a obrigação de evitar sofrimentos desnecessários seja em quem for, mas muito especialmente, na população civil. Todo este procedimento cauteloso com os civis na guerra tem uma razão de ser: eles são alheios às operações militares, eles não participam nessas operações e, na maior parte dos casos, limitam-se a ser suas vítimas. Os princípios deontológicos herdados do século XIX levam-nos a admitir que a guerra é um *assunto* que tem de ser tratado por gente para ele preparado. Mas, *mesmo num quadro romântico*, será sempre assim?

¹⁴² Aliás, o mais elementar bom senso leva qualquer militar, minimamente informado, a não enveredar por estes caminhos, porque teria de pensar na posição dos generais e dos Estados-Maiores que estão sempre muito recuados da frente e das operações de combate; alguém, em seu perfeito juízo, seria capaz de afirmar que um general responsável pelo desenrolar de operações bélicas não era militar combatente?

A população civil também tem *obrigações* para com os militares e para com a guerra. Na verdade, a máxima *obrigação* dos civis durante os conflitos bélicos é não interferir nas operações militares nem com os militares¹⁴³.

A máxima interferência nos assuntos militares que pode ser desenvolvida pelos civis é a concessão de abrigo, refúgio e protecção a tropas perseguidas. Em tais casos, as populações estão claramente a favorecer uma das partes e a pôr a outra em perigo. Assim, não deve repugnar tratar de forma rigorosa, mas sempre humana, os civis sobre quem recaiam as suspeitas de apoio ao adversário.

O caso particular das tripulações de aeronaves é muito característico, pois, em muitos conflitos, foi vulgar encontrarem apoio nas populações civis, depois de serem abatidos sobre território que não lhes era totalmente adverso. Essas tripulações não devem confundir uma acção ditada por princípios humanitários com um apoio militar; assim, é da mais elementar conduta deontológica evitar que os seus salvadores sejam incomodados por lhes estarem a prestar um auxílio.

As populações civis estão sujeitas a mais duas interferências nas operações militares: a prestação de informações e a recolha de informações. Vejamos.

A prestação de informações sobre movimentos de tropas, sobre indícios que permitam concluir qual é, de momento, a intenção do adversário é sempre desejada por todas as forças armadas; é natural que cada qual as tente obter junto das populações, sem que para isso exerça qualquer tipo de pressão¹⁴⁴. A independência em relação às operações militares deve levar as populações a não prestarem informações às forças armadas que lhes são adversas. Seja como for, a prestação de informações não resulta de uma acção premeditada pelas populações, mas de um tentar saber por parte das tropas.

A recolha de informações praticada por elementos civis, essa sim, já significa que há uma intenção clara de favorecer uma determinada facção e, então, o assunto terá de ser tratado como prática de espionagem.

¹⁴³ Repare-se que, até mesmo, na guerra de guerrilhas se a população civil não interferir nas operações militares acaba não apoiando os guerrilheiros e assim não sendo incomodada pelas tropas convencionais; claro que a indiferença dos civis é coisa que os guerrilheiros não podem aceitar e, aí, são eles quem passa a importunar as populações.

¹⁴⁴ É admissível que as populações civis forneçam informações erradas às tropas adversárias e que isso não represente motivo para qualquer acção posterior; os militares quando pedem informações já devem contar com todos esses percalços.

De acordo com as convenções internacionais¹⁴⁵ a prática de espionagem constitui uma infracção ao que se encontra estatuído, quando feita por elemento civil ou por militar que não esteja devidamente fardado. A prática da espionagem não dá garantias de espécie nenhuma ao espião, que pode ser julgado por delito comum e, até, como tal, condenado à morte.

Deontologicamente, o militar deve ter presente que algumas atitudes que possa adoptar com as populações civis são passíveis de se reflectirem sobre ele próprio. Assim, em relação às populações amigas, todos os abusos praticados vão corroer a confiança nas forças militares, enquanto que, em relação às populações inimigas, vão acelerar o processo de oposição ao adversário. Estas são as razões fundamentais que devem levar à punição rigorosa de todos os militares que contribuam para gerar mau clima entre o elemento civil e o elemento castrense.

¹⁴⁵ Que trataremos noutra Lição.

4.^a LIÇÃO

1. O HERÓI

- Quem é que não foi herói, pelo menos duas ou três vezes na vida?

Todos nós, de facto, fomos já várias vezes *heróis*.. mas em sonhos! Em sonhos, porque o *herói* faz parte do nosso imaginário, desde a mais tenra idade. Os meninos, nas suas brincadeiras de polícias e ladrões, de índios e *cowboys*, de soldados, sempre se imaginaram, em algum momento, na pele do *herói*; as meninas, nas suas brincadeiras de médicas e enfermeiras, de professoras, de cientistas, de missionárias, sempre se imaginaram, em algum momento, na pele da *heroína*¹⁴⁶.

Estes sonhos, em que cada um de nós se identifica com a figura do *herói*, mais não são do que o resultado da nossa própria *cultura*, isto é, da forma como aprendemos a colocar-nos na sociedade.

Por regra, o nosso primeiro *herói* é o nosso Pai; nele vemos qualidades e virtudes que não são ultrapassáveis por mais nenhum homem, ninguém conseguiu fazer o que ele faz, ninguém é tão forte como ele¹⁴⁷. Conforme a idade avança, com a abertura dos programas de televisão aos «grandes» filmes de aventuras, o *Pai herói* vai ficando para trás e surgem os *grandes*, os *maiores*, com quem nos vamos procurando *identificar* em certas coisas: no modo de falar, no modo de olhar para as jovens, no modo de andar, de pentear, de vestir e, por fim, na vivência da *aventura*, que, na grande maioria das vezes, só existe, só existiu ou só vai existir na nossa própria cabeça. Alguns anos depois desta fase, os nossos *heróis* começam a ser pessoas que conhecemos, ou julgamos conhecer, bem: são alguns dos nossos professores, algum treinador desportivo, algum amigo bastante mais velho. Um belo dia, damos por nós a «ser» o *herói* do nosso próprio filho e a dizermos que já não acreditamos em *heróis*..

¹⁴⁶ Quem sabe se, nos tempos que correm, elas não se imaginam, também, *heroínas* dos campos de batalha ou das aventuras aeroespaciais?

¹⁴⁷ Muitas vezes, na ausência física do Pai, esta figura de *herói* é desempenhada por outro homem da Família ou, até, por um Amigo muito próximo.

- Mas, afinal, de que *heróis* é que estamos a falar? De pessoas vulgares ou de *super-homens*? Convirá esclarecer que *super-homens* só *existem* na banda desenhada e na nossa imaginação, por isso temos de admitir que os *heróis* são pessoas vulgares; eis a razão por que descrevemos os *heróis* que nos povoaram a juventude, com exemplos de gente comum: o Pai, o professor, o Amigo.

Ocorre-nos mais uma pergunta: haverá, por ventura, alguma relação entre estes *heróis* que viveram e conviveram connosco na juventude e os heróis que todas as Nações têm?

Realmente, há uma relação de semelhança e de finalidade nos dois tipos de heróis que referimos; é essa relação que, por agora, vamos estudar.

Os *heróis* que povoaram a nossa infância e juventude tiveram uma função primordial: ajudaram a que conseguíssemos formar a nossa personalidade. A cópia que fazemos dos nossos *heróis* é como que uma *espécie de bengala* à qual nos amparamos para crescer; os nossos *heróis* da infância e da juventude são os nossos *arquétipos*, são as nossas referências psicológicas. Deve dizer-se que essas referências vão ficar e servir para toda a vida, embora a sua importância possa ser maior ou menor¹⁴⁸.

Os heróis das Nações são, tal como os nossos *heróis*, as referências do seu crescimento; eles tornam-se *bengalas* da consciência colectiva ou, se se quiser, passam a constituir os padrões do comportamento a adoptar por todos os cidadãos; os heróis nacionais são os *marcos* da colectividade, os *faróis* que indicam o bom caminho.

Não nos devemos, contudo, esquecer que, tal como os nossos *heróis* não são ou não foram exactamente como os imaginamos ou imaginámos, também os heróis das Nações não foram ou não são exactamente como os costumam apresentar - são humanos, com erros e com defeitos tal como todos nós os temos. *Cultivar uma imagem de herói nacional sem defeito, sem mácula e sem pecado, é, acima de tudo, não ajudar a uma identificação real*, é falsear a história pondo em risco o próprio futuro, porque é pretender dar padrões de comparação não atingíveis, nem realizáveis, resultando, muitas das vezes, em verdadeiras catástrofes nacionais uma cópia ou

¹⁴⁸ Um homem que, ao longo da vida, vai aprendendo a pôr-se em causa, isto é, vai aprendendo a reconhecer que nem sempre tem razão ou que as suas razões não são as melhores, que, afinal, as suas certezas podem transformar-se em incertezas, um homem assim, tem necessidade de criticar - mesmo que inconscientemente - os seus arquétipos, ficando aberto a encontrar outros referenciais de comportamento diferentes dos da sua infância e juventude, embora, no entanto, não os negue, nem os exclua da gama de referências comportamentais. O homem que é capaz de se ir modificando, através da autocritica feita aos seus arquétipos mais remotos, é um homem que não pára de crescer e de se tornar mais perfeito; pelo contrário, aquele que não faz esse trabalho autocrítico, mantém comportamentos psicológicos infantis quando adulto - é o homem que não cresceu.

identificação mal entendida. Eis porque, *nós militares, devemos estudar, com independência, a figura do herói nacional.*

1.1. O HERÓI NA HISTÓRIA ANTIGA

A mais remota lembrança da existência de heróis na História Antiga vem-nos da cultura grega, mais concretamente, da cultura ateniense¹⁴⁹, seguindo-se-lhe os da cultura romana.

É sabido que para os Gregos e para os Romanos as divindades assumiam aspecto humano e tinham um comportamento em tudo semelhante ao dos simples mortais; a vida desses deuses era contada (mito) de forma simples, de modo a explicar satisfatoriamente as suas complexas relações. Esse mundo imaginário dos deuses servia para gerar uma identificação entre os mortais e os *imortais*, garantindo a continuidade cultural dos agregados sociais por muito mais tempo do que a vida física dessas mesmas sociedades¹⁵⁰.

Esta «comunhão» de vida, esta identidade entre o modo de pensar e agir, de deuses e de mortais, tornou possível a deificação destes últimos. Na verdade, tanto Gregos como Romanos divinizaram alguns dos seus companheiros, criando os semi-deuses¹⁵¹, dos quais o mais famoso terá sido, na mitologia grega, Ulisses. Esse destino estava reservado aos heróis, àqueles que se distinguiam de todos os outros mortais. Quer dizer, o herói, na Antiguidade Clássica, era um elemento de continuidade cultural do grupo; esperava-se que ele contribuísse tanto para a posteridade como os próprios deuses, daí que fosse equiparado ao estatuto dos *imortais*.

Também em Roma os imperadores foram elevados à categoria de semi-deuses e, aqui, transparece claramente a ligação entre a continuidade do Estado e a religião, através da utilização do *divino*.

¹⁴⁹ Deve ter-se sempre cuidado ao referir, em certos aspectos, a cultura grega, porque há que distinguir dentro desta a que resultou da vida de Atenas e do seu império marítimo e a que teve origem no modo de vida de Esparta.

¹⁵⁰ No fundo, pretende-se dizer que a religião serviu na Antiguidade Clássica como elemento de continuidade cultural; quer dizer, os deuses *funcionavam* como sustentáculo da cultura dos povos. Com efeito, uma das primeiras acções que o vencedor de uma guerra adoptava era a destruição dos templos e dos deuses do povo vencido - assim, podia reduzi-lo à escravatura, porque ele deixava de ter elementos de referência cultural. Percebe-se, agora, qual a razão da manutenção da religião e da cultura judaica por mais de dois mil e quinhentos anos, mesmo depois da invasão da Palestina pelos Romanos e do desaparecimento do Estado Judaico, após a ocupação islâmica - adoravam um Deus que não tinha representação em estatuária e não careciam de templos especiais para orar.

¹⁵¹ A este respeito podem ler-se, com vantagem, alguns dos artigos do *Dictionnaire de la Mythologie Grec & Romaine*, de Pierre Grimal, editado em Paris pelas Presses Universitaires de France, em 1963.

Semi-deus e herói, na Antiguidade Clássica, andam de braço dado, porque se confundem e têm como finalidade manter uma sociedade viva para além dos tempos.

Com a queda do Império Romano no Ocidente surgem as primeiras manifestações de feudalismo¹⁵² e desapareceu, pelos menos no sentido operante do termo, o Estado unitário. A *unidade* na Europa, pelo menos até ao século XVI e à centralização do poder real, não se caracterizou por ser política, mas por ser religiosa, isto é, o elo de ligação entre os poderosos não era a subordinação política a um poder superior, mas a subordinação a uma religião comum - esta uma das razões pela qual o Papa teve uma importância temporal tão marcada.

Como consequência do que acabamos de dizer não surge, durante a Idade Média feudal, a figura do herói nacional ou estadual; o herói que nasce e se cultiva é do tipo militar-religioso.

Na verdade, o símbolo da cavalaria medieval não é um cavaleiro de um determinado feudo ou reino; isso não está em evidência; o que realmente se evidencia é a condição de cavaleiro cristão. Não importa servir este ou aquele senhor feudal; importa servir esta ou aquela boa causa, porque assim se está a colocar a espada ao serviço de Deus.

Toda a literatura medieval enaltece o herói cristão e não o herói galês, inglês, castelhano, leonês ou germano. Os primeiros heróis nacionais surgem exactamente quando os Estados se começam a identificar, também, como nações; mesmo assim, são ainda aureolados como santos: D. Nuno Álvares Pereira, Joana d'Arc, etc.

O herói identificado com o Estado, símbolo de exemplo colectivo, é, fora da história da Antiguidade Clássica, um fenómeno moderno - no sentido histórico do termo, isto é, ocorrido depois do século XVI.

1.2. PAPEL DO CRISTIANISMO NA FORMAÇÃO DO HERÓI

Como já acima dissemos, o cristianismo teve um papel importante, na Idade Média, ao dar conteúdo às acções da cavalaria feudal; a ele se deve o ideal cristão de cavaleiro, o qual foi o enformador da mentalidade e da cultura militar medieval. Mas a Igreja Católica teve um outro papel na concepção moderna do herói europeu. É dele que nos vamos ocupar em seguida.

Na verdade, a Igreja assumiu um papel idêntico ao dos Estados helénicos e romano, quando «povoou» o Céu dos católicos com uma multidão de santos. Estes passaram a representar, para

¹⁵² Recorda-se que o feudalismo na Europa se caracteriza pela ausência de poder político central, isto é, havia uma profunda fragmentação do poder que resultava dos laços de vassalagem que o próprio feudalismo gerava. O poder real centralizado foi um fenómeno político do século XV europeu.

os crentes, as fontes inspiradoras das virtudes, os exemplos a seguir e, consequentemente, a desempenhar o papel de *heróis* de uma comunidade social muito vasta.

Muita da literatura cristã medieval é sobre a vida dos santos, dando testemunho das virtudes e convidando à cópia. Estas leituras acabam moldando as mentalidades na Idade Média e, repercutindo-se por toda a Idade Moderna, vão *colaborar* com o novo desenvolvimento do herói nacional que alia as virtudes da crença religiosa à coragem.

A Igreja começou, ainda em pleno período medieval, a formar *escolas* de heróis, através das ordens religiosas dedicadas à evangelização: o caso dos franciscanos e dos dominicanos; todavia, o exemplo mais significativo, e que acabou marcando mais fortemente a imaginação dos contemporâneos, foi o da Companhia de Jesus, que impunha a cada membro um comportamento demasiado rigoroso, muito próximo daquele que resultava da disciplina militar, com vista a formar em cada padre um quase santo¹⁵³.

Os mártires e santos do catolicismo são para a Igreja os seus *heróis* e, quando a religião perdeu importância na vida dos cidadãos¹⁵⁴, o Estado aproveitou essa fácil e, até, desejada aceitação de eleitos para passar a impor heróis que de santos nada tinham. Todavia, o Estado seguiu o modelo de *herói* da Igreja Católica: **o homem abnegado, desinteressado, capaz de se sacrificar a própria vida pelos outros homens ou pela defesa de uma ideia ou de um princípio de ordem moral**. Esse foi o grande contributo da Igreja que soube, ao longo dos séculos, redefinir os semi-deuses pagãos da Grécia e de Roma, criando um modelo de santo e passá-lo ao Estado que, sem grandes alterações, o adoptou como cadinho dos seus heróis.

1.3. O HERÓI NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

¹⁵³ Aliás, o fundador da Companhia de Jesus, Santo Inácio de Loyola, antes de se tornar clérigo havia sido militar de carreira.

¹⁵⁴ Deve levar-se em consideração o facto da religião nem sempre ter tido a mesma importância no quotidiano das pessoas. Com efeito, na Idade Média, a religião era o tema central da vida dos homens, nada se fazia, ou havia com significado, fora das actividades consagradas pela Igreja; na Idade Moderna, consequência da Reforma, já o grau quotidiano de adesão profunda à religião sofreu alterações, passando, muitas vezes, a prática religiosa a mero ritual; por fim, na Idade Contemporânea, já se contestava a Igreja e todas as religiões, passando a prática religiosa a ser uma actividade que, colectivamente, se desenvolvia aos domingos e dias santificados, mas que não tinha peso significativo nos procedimentos quotidianos - a religião, entre o século XIX e o século XX, *desvalorizou-se* enquanto elemento cultural, isto é, enquanto veículo de transmissão de formas de estar e viver a vida.

Como acima deixámos dito, foi na época contemporânea que o herói perdeu por completo a sua ligação ao santo e se «autonomizou» em relação à Igreja Católica. O grande impulso para que tal acontecesse veio da epopeia colonial levada a cabo pela Europa.

Na verdade, já aquando da expansão marítima portuguesa e espanhola se começaram a gerar as primeiras manifestações que levaram ao aparecimento das grandes figuras históricas que, em terras distantes, combatiam contra gentios perigosos e implacáveis¹⁵⁵. Esses heróis foram os antecessores de todos os outros, ingleses, franceses e holandeses que se espalharam, nos séculos XVI, XVII e XVIII, por todo o mundo e pilharam populações, muitas das vezes, quase indefesas mas que passaram a saber opor resistência ao roubo.

Com efeito, os europeus estranhos à Península Ibérica, nos séculos que referimos ocuparam grandes parcelas de territórios por todo o mundo e começaram a exercer grandes pilhagens acobertadas de acções militares contra os gentios. Foi assim que foram exterminados os primitivos habitantes da Austrália e da América do Norte e foi assim que começaram a surgir os primeiros «grandes» *heróis* dos tempos modernos.

Curiosamente, a Revolução Industrial veio trazer, no final do século XVIII e durante todo o século XIX, uma nova imagem do herói não ligado a acções violentas; foi o caso de uma imensa gama de cientistas que, nos mais variados domínios, se interessaram pelo bem-estar e pela vida da humanidade; foram casos de físicos, de químicos, de botânicos, de médicos, todos eles tendo em comum uma vida de sacrifício, por vezes de miséria, em prol de descobertas que iriam prolongar a vida humana ou reduzir o sofrimento na doença.

Foram estes homens silenciosos, mas plenos de abnegação e de interesse pela humanidade, que vieram recolocar na posição correcta a noção de herói que a Igreja tinha construído durante centenas de anos.

Nos séculos XIX e XX o herói, ainda que por feitos militares, deixou de ser o chefe sanguinário para passar a estar mais próximo da noção moldada pela Igreja Católica. Esta mudança deve-se à nova importância que a vida humana ganha no terminar do milénio. Está claro que, por vezes, não é esta imagem de correcção que transparece de alguns heróis militares, nomeadamente, dos que surgiram durante a 2ª Guerra Mundial no campo alemão. No entanto, cada vez mais, a designação de herói militar é mais regateada e mais cautelosamente atribuída, para garantir que

¹⁵⁵ Esta ideia de gentios perigosos e implacáveis foi, naturalmente, posta a circular na época e só algumas vezes correspondia à verdade. Todavia, quanto mais perigoso é o adversário mais importante terá sido o feito levado a cabo contra ele - assim nasceu a perigosidade de gente que desconhecia a arma de fogo e vivia, muitas das vezes, em completa barbárie.

não vai ser dada a um assassino fardado ou a um louco disfarçado de soldado. O herói, cada vez mais, mesmo até o herói militar, é alguém que respeita a dignidade e o valor da vida humana¹⁵⁶. Devem acrescentar-se mais alguns elementos à concepção de herói no século XX e que se relacionam com as próprias concepções de vida da sociedade.

Como dissemos anteriormente, o herói é um elemento cultural que serve para as comunidades se identificarem, se sentirem coesas ao longo da história, reconhecerem que têm um passado e permitir-lhes que possam lutar por um futuro. Ora, esta visão do herói tem, como já vimos, uma muito grande relação com o *herói* da Igreja - ou seja, o santo - e é, por conseguinte, o resultado de uma espiritualização da vida, isto é, de se atribuir aos valores morais uma maior importância do que aos valores materiais.

Nos últimos cinquenta anos tem-se verificado que os valores que mais pesam na sociedade do nosso tempo são os valores materiais - cada um é mais reconhecido e estimado e considerado quanto maior é a sua fortuna ou a manifestação exterior dessa mesma fortuna - tendo-se quase perdido o culto dos princípios morais comuns de respeito, verdade, correcção de procedimentos e sentido da dignidade própria - vence-se, para chegar à fortuna, à riqueza material, à custa de qualquer traficância. Este quadro não é favorável ao desenvolvimento do verdadeiro herói, ao desenvolvimento dos sentimentos profundos que o herói tem de cultivar; este quadro favorece que se *construam heróis* para consumo da opinião popular. Parece, por conseguinte, que é, cada vez mais, necessário estabelecer o confronto entre os valores que determinaram a espiritualidade dos heróis da Igreja e os valores que norteiam a vida moderna de forma a que, na vida militar, prevaleçam os primeiros, através do culto da verdade, da honra e do sentido da dignidade.

2. CARACTERÍSTICAS DO HERÓI

Convirá, antes do mais, dar a definição de herói, à qual procurámos fugir até agora. Vejamo-la.

O *Dicionário de Língua Portuguesa* diz que herói é: «*homem ilustre por feitos guerreiros ou de grande coragem*»¹⁵⁷. Daqui pode concluir-se, com relativa facilidade, que o elemento fundamental na heroicidade é a coragem, já que a ilustração por feitos guerreiros é suposto vir

¹⁵⁶ Pode parecer contraditório um herói militar que respeita a vida humana; mas não o é. Realmente, o herói militar que o foi por matar inimigos pode ser aquele que actuou contra a falta de humanidade que o adversário estava a utilizar no combate; assim, não só cumpriu o dever de militar como, também, o de homem com verdadeiro sentido da dignidade.

¹⁵⁷ J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, 6º ed., Porto, Porto Editora, s.d.

como consequência desta. Uma tal definição é claramente insuficiente para o fim que temos em vista. Deste modo, haverá que caracterizar melhor o herói. Começemos pelo que se espera que ele seja.

Já dissemos que, em todos os tempos, o herói foi tomado como **exemplo**, como **símbolo** a seguir, como **elemento cultural de continuidade**, como uma espécie de continuador do passado no futuro. Estas características definem-lhe uma outra que poderemos identificar como **intemporalidade**, isto é, pelas suas virtudes - reais ou imaginadas - o herói tem tendência a subsistir no tempo para além do momento em que ganhou tal estatuto¹⁵⁸.

Por conseguinte, exemplaridade, simbolismo, elemento cultural de continuidade e intemporalidade são as características genéricas enquadrantes do perfil do herói; torna-se, agora, necessário definir as condições inerentes ao homem que pode vir a tornar-se num herói. Antes porém, dever-se-á levantar uma outra questão: a da oportunidade de ser herói.

Será que qualquer pessoa pode ser herói quando quer? Será que depende de cada um de nós poder vir a ser herói? Será que alguns de nós já nasceram predestinados para serem heróis? Será que ser herói resulta de um acaso? Ensaaiemos as respostas a estas questões para que, depois, possamos delimitar alguns dos contornos do traçado moral do herói.

Julgamos que há dois tipos de heróis: aqueles a quem um acaso deu a oportunidade para, num rasgo, fazer o que os outros não quiseram ou não foram capazes de fazer; aqueles que, lentamente, se vão moldando para serem heróis quando e se possível, mesmo que a sua heroicidade não se torne publicamente conhecida. Tentemos compreender melhor através de um exemplo simples.

O indivíduo que se atira ao mar para salvar um outro que está a morrer afogado, pratica, ocasionalmente, um acto de heroicidade; um nadador-salvador, que todos os dias, no Verão, salva banhistas de morrerem afogados pratica actos voluntários de heroicidade, porque treina a sua vontade nesse sentido.

Curiosamente nota-se que, à força de se ver praticar actos que envolvem heroicidade por certos indivíduos que acabam fazendo dessa actividade a sua profissão, a noção de herói se foi degradando.

Então, pode concluir-se que já há situações em que a prática de actos heróicos é banal e que passam despercebidos e situações ocasionais em que essa prática é enaltecida. Acontece que,

¹⁵⁸ Há alguns anos foi nos dita a seguinte frase, que ilustra bem o que acabamos de dizer: «É mais fácil ser herói do que ser honesto, porque, para se ser honesto, é necessário sê-lo toda a vida, enquanto que, para se ser herói, basta tê-lo sido uma só vez na vida».

algumas vezes, os heróis que saem do acaso são fruto de conjunturas favoráveis ao seu reconhecimento¹⁵⁹. Assim, parece mais seguro tentar estudar e caracterizar aqueles indivíduos que, no seu dia a dia, por força da actividade que exercem - actividades de alto risco ou de serviço público eminente¹⁶⁰ - têm de treinar a sua condição de heróis não reconhecidos ou a sua condição de heróis potencialmente identificáveis como tal.

Caracterizemos, então, as condições que julgamos inerentes ao homem que pode vir a ser um herói, porque trabalha em áreas profissionais que tal proporcionam.

A primeira das condicionantes que traça o contorno moral do herói é a **abnegação**, ou seja, «o desprendimento dos próprios interesses»¹⁶¹. Com efeito, é impensável que alguém se possa tornar num herói consciente se estiver essencialmente preocupado com os interesses próprios¹⁶²; a não recompensa, quase sempre, anima o potencial herói; quase tudo o que faz fá-lo pela simples satisfação de ter cumprido um dever de consciência.

A segunda condição é o **amor pelo próximo**, ou seja, a capacidade de sentir os outros seres humanos como tão dignos e tão importantes como ele próprio. Trata-se de um sentimento que é comum a algumas religiões, mas que, neste caso, nada tem de a ver com essa matéria¹⁶³; amar o próximo é reconhecer a igualdade de direitos e de dignidade.

A terceira característica é o **espírito de sacrifício**, ou seja «privações a que alguém se sujeita em benefício de outrem»¹⁶⁴. Na verdade, o herói, para o ser, tem de ter disponibilidade para se privar, às vezes, da própria vida para permitir que outros vivam; essa é a suprema manifestação do espírito de sacrifício que caracteriza o herói.

¹⁵⁹ Algumas vezes esses heróis de ocasião são meramente forjados, não passam de mentiras necessárias ao serviço de alguém.

¹⁶⁰ Além de pensarmos nas actividades tradicionalmente identificáveis como sendo de alto risco - militar, polícia, bombeiro - estamos a lembrar-nos do pessoal de saúde que todos os dias tem de enfrentar o mais infernal dos adversários: os micróbios dos doentes que tratam.

¹⁶¹ Veja-se *Dicionário da Língua Portuguesa*, já citado.

¹⁶² Um herói ocasional pode não possuir qualquer dose de abnegação, porque até pode ter praticado o acto de heroicidade quando procurava proteger os seus interesses pessoais.

¹⁶³ Claro que «amar o próximo como a si mesmo» corresponde a dignificá-lo e a considerá-lo como cada um se dignifica e considera; todavia, o princípio da Igreja Católica induz a uma reacção de compaixão, piedade, e caridade que não é aquele que se identifica com a característica do herói - este não age por caridade ou compaixão; age por respeito, já que sente que a humanidade constitui um todo que merece ser respeitado.

¹⁶⁴ Veja-se *Dicionário da Língua Portuguesa*, já citado.

A quarta característica é a **modéstia**, ou seja a ausência de vaidade, em especial aquela que se relaciona com a disponibilidade para servir os outros. Realmente, o herói não se gaba dos seus feitos ou da disponibilidade para os praticar; o herói espera que os outros reconheçam o seu valor e não precisa de exaltar as suas qualidades. A modéstia é, uma das características mais necessárias e mais marcantes do verdadeiro herói¹⁶⁵.

A quinta, última e mais importante característica do herói é a **coragem**, a qual se deve entender pela «energia moral ante o perigo, o sofrimento ou o revés»¹⁶⁶.

Vulgarmente fala-se em *coragem física* e em *coragem moral*, para designar, afinal, o tipo de sofrimento que atormenta o indivíduo e ao qual ele dá uma resposta física ou moral apoiado na sua energia moral.

O herói só consegue sê-lo se possuir grande coragem, isto é, se dominar, por um lado, o seu corpo para que o sofrimento físico não o limite, e, por outro, a sua mente de modo a que a ideia do sofrimento o não desanime.

Não queremos abandonar esta parte da matéria sem deixar a resposta a uma pergunta que, muitas vezes, nos assalta o espírito: o herói não tem medo?

Um herói sem medo é um louco, porque não toma consciência do perigo que tem de vencer, isto é, não faz apelo de espécie nenhuma à sua energia moral para se ultrapassar, para se vencer, para se controlar; o herói tem medo como qualquer indivíduo normal, simplesmente, a coragem e o treino de vivência em situações de perigo levam-no a saber dominá-lo; é essa capacidade que acaba gerando o herói - e não estamos a referir-nos ao herói publicamente reconhecido, estamos a incluir, também, aquele que nunca foi identificado como tal.

2.1. O HERÓI MILITAR

Haverá, de facto, alguma diferença entre um herói militar e qualquer outro herói?

Julgamos que a grande diferença se situa no facto de os militares exercerem uma profissão de alto risco que tem a ver com a segurança de toda a colectividade. Assim, poder-se-ia dizer que todo o militar está em preparação para se tornar num herói quando e se chegar o momento certo.

¹⁶⁵ Pessoalmente temos conhecido heróis - não só militares - que quase se sentem incomodados quando têm de falar dos seus feitos ou quando os vêem referidos. Essa modéstia é, também, comum aos grandes espíritos, àqueles que sabem o seu valor, porque, quanto mais se tem a noção do valor próprio, mais se reconhece o muito que falta realizar para se ser perfeito .. e os grandes espíritos aspiram, modestamente, à perfeição.

¹⁶⁶ Veja-se *Dicionário da Língua Portuguesa*, já citado.

Toda a instrução do militar está orientada para lhe desenvolver determinadas capacidades e características que são comuns ao herói. Na verdade, exige-se ao militar em geral, e ao oficial em especial, que seja corajoso, que cultive a modéstia e o espírito de sacrifício, quer dizer, que adquira as características que, também, são comuns ao herói.

O herói militar pode sê-lo em duas circunstâncias distintas: na guerra - situação que lhe é mais comum - e na paz. Começemos pelo fim.

Na paz o militar pode tornar-se num herói reconhecido publicamente em duas circunstâncias gerais: quando pratica um *acto individual*, semelhante ao de outro cidadão qualquer, que merece ser destacado; quando, por força da sua *actividade profissional*, pratica um acto que demonstra o seu respeito pela humanidade¹⁶⁷.

Na guerra o militar pode tornar-se num herói, também em duas circunstâncias aparentemente opostas: uma, através do desenvolvimento de acções que visam salvar os seus companheiros de uma situação perigosa ou fatal; outra, através do desenvolvimento de acções que visam destruir o adversário, reduzindo-lhe a sua capacidade de ataque. Na realidade, qualquer das duas circunstâncias se simplifica numa só: subtrair ao adversário a possibilidade de infligir derrotas ou estragos.

É usual considerar os actos individuais dos militares como passíveis de serem elevados à categoria de actos heróicos, esquecendo que, muitas vezes, em campanha, o herói individual só o pode ser, porque existe toda uma equipa que o sustenta e lhe prepara as condições que o conduzem ao reconhecimento público; esta é a razão que justifica um tipo de reconhecimento público que só é comum aos corpos militares ou militarizados: a distinção colectiva. Com efeito, muitas vezes, reconhece-se que o comportamento em campanha de uma unidade militar foi excepcional, independentemente das atitudes individuais, e é-lhe atribuída uma distinção especial, a qual destaca o papel heróico de todos os elementos que a integraram no período em causa¹⁶⁸.

3. A IMPORTÂNCIA DOS HERÓIS MILITARES

¹⁶⁷ Deve ter-se em conta que as Forças Armadas são, muitas vezes, chamadas a participar em operações de salvamento quando ocorrem catástrofes e que, nessas circunstâncias, se torna mais fácil para um militar mostrar as suas qualidades de coragem e abnegação (devem salvar-se certas actividades civis vocacionadas para a resguarda dos interesses da colectividade: bombeiros, polícias e pessoal de saúde).

¹⁶⁸ Trata-se das chamadas condecorações colectivas cujas insígnias são apostas no estandarte nacional da unidade em causa e que conferem a todos os militares, que integraram a unidade no período em causa, o uso de símbolos especiais.

Se é possível entender-se que os heróis tiveram um papel muito importante no passado distante, quando as comunidades humanas careciam de se consolidar e manter identificadas com as suas aspirações comuns, por vezes, num mundo profundamente condicionado por valores materiais, como é aquele em que vivemos, parece que passou de época e de moda, a exaltação dos heróis militares.

Com efeito, quando a adversidade não afecta grandemente as sociedades, quando a guerra está longe das fronteiras, quando o consumo não é alterado pelo efeito perverso da acção bélica, os militares, tais como os seus valores mais importantes, são relegados para segundo plano e, até, ridicularizadas as suas crenças, as suas certezas e as suas convicções. Mas, quando o perigo ameaça a estabilidade da vida da comunidade, quase como por encanto, tudo se altera e a opinião pública adere aos valores que constituem o suporte moral e doutrinário dos militares.

Podemos, pois, concluir que o herói militar tem importâncias diferentes, tal como a própria instituição que o gera, conforme a comunidade nacional se sente em perigo ou em segurança.

3.1. PARA A INSTITUIÇÃO MILITAR

A figura do herói é extraordinariamente importante para a instituição militar porque constitui o elemento de suporte moral, de coesão e de exemplo necessário à continuidade do grupo colectivo militar.

Os heróis vivos, e em especial os mortos, entram no mundo lendário dos militares, passando a povoar-lhes a imaginação e servindo-lhes, deste modo, de exemplo, por vezes exagerado.

O herói militar é, para a instituição, intemporal, quer dizer, a sua importância repercute-se no tempo, continuando a servir de exemplo, de marco e de paradigma de modo sempre igual. Este facto acontece, porque ao herói e ao facto heróico não se associam os meios materiais que ele usa para atingir esse plano de destaque - o que se enaltece no herói militar são as virtudes morais, as características psíquicas e não o material que utilizou para as pôr em prática¹⁶⁹.

O herói militar é, dentro da instituição, um símbolo de valor absoluto, assim, não há escalas entre os heróis que os ordene por graus de importância¹⁷⁰, resultando deste facto que, ao lado do

¹⁶⁹ Claro que a heroicidade é sempre relativa e condicionada pelos meios de que o herói dispõe para levar a cabo o seu acto; o que subsiste intemporalmente são as qualidades intrínsecas do herói.

¹⁷⁰ Convirá, no entanto, ter em mente que se não há escalas entre heróis mortos, há-as entre heróis vivos e, acima de tudo, para ascender a esse pedestal. Esse lado obscuro do público reconhecimento da heroicidade é muito complexo e está ainda por estudar.

general se situa o soldado sem quaisquer limitações; o que, fundamentalmente, conta é o exemplo.

A instituição militar carece de ter os seus heróis, independentemente, da justeza da guerra onde esteve envolvida; os heróis justificam o comportamento da instituição e desligam-na de qualquer culpabilidade. Essa é a razão pela qual, numa guerra, vencidos e vencedores têm os seus heróis e enaltecem-nos; essa é a razão porque adversários de ontem podem hoje homenagear os heróis que antes combateram¹⁷¹.

3.2. PARA A NAÇÃO

Já dissemos que os heróis são marcos e elementos de coesão nacional - todos os heróis e não só os militares. No entanto, os heróis militares *funcionam*, do ponto de vista da gestão de coesão nacional, de modo muito mais marcante e significativo, porque todas as sociedades nacionais, para se afirmarem e para conquistarem o seu espaço geográfico ou a sua liberdade tiveram de pegar em armas, tiveram de derramar o seu sangue, dando, por conseguinte, oportunidade ao aparecimento dos seus heróis.

Também já dissemos que os heróis militares e nacionais são esquecidos nos tempos de paz, de abundância, de apatia pelos valores morais da nação; contudo, são os heróis militares passados quem trás de novo à coesão e à vontade de lutar a nação. A recordação daqueles que verteram o seu sangue ou que de outra forma se sacrificaram para que uma determinada sociedade fosse uma nação, volta a animar e a galvanizar as vontades de todos.

Nos heróis militares as nações identificam a sua própria vontade e não a dos militares, porque os heróis nacionais são de todos e não só de um grupo. Curiosamente, compete aos militares manter viva a recordação dos heróis militares nacionais.

¹⁷¹ Deve ter-se em conta que o culto do herói tem algo em comum com o culto antropofágico praticado por alguns povos primitivos. Com efeito, os primitivos que faziam da antropofagia um ritual, limitavam-se a comer os chamados órgãos *nobres* - coração e fígado - dos adversários que melhor tivessem combatido, com a finalidade de receberem e recolherem a coragem e as outras virtudes do inimigo que admiravam. Como se vê um herói, mesmo que inimigo, e até entre primitivos, merece o culto, a admiração e o respeito de quem o soube derrotar.

Há anos, quando um Presidente da República de Portugal visitou oficialmente uma antiga colónia e foi convidado a prestar homenagem aos mortos da guerra desse novo Estado, algumas vozes se levantaram em Portugal contra a atitude do Supremo Magistrado da Nação; levantaram-se, porque não têm do conceito de herói uma clara noção e porque confundem o essencial com o acessório; homenagear os mortos de um povo que lutou e se soube bater é homenagear, também, os nossos mortos, os nossos heróis, que o não poderiam ter sido se não tivesse havido luta. Quando se presta homenagem a heróis mortos, presta-se homenagem ao seu valor, às suas virtudes e não às ideias que defenderam.

Porque um herói militar nacional é pertença de todos é que, de um modo geral, todos os Governos mandam erguer estátuas em lugares públicos aos seus mais destacados heróis. Esses monumentos, além de constituírem uma homenagem, servem para recordar às gerações vindouras o respeito que lhes devem merecer certas figuras históricas.

Um herói militar nacional é um símbolo de unidade, de vontade, de coragem, de perseverança, de imortalidade de uma nação.

5.^a LIÇÃO

1. A TRAIÇÃO

A traição não está na imediata oposição ao herói embora possa aparecer como aparentemente impossível a compatibilização das duas situações na mesma pessoa¹⁷².

Embora não estando em oposição ao herói, julgamos que, por constituir uma das mais graves faltas éticas que pode ser praticada por qualquer militar, deve ser tratada na sequência da explicação do que é um herói.

1.2. CONCEITO VULGAR

Etimologicamente a palavra traição deriva do vocábulo latino *tradiciōne*, ou seja «entrega». Por conseguinte, uma traição é uma *entrega*, quer dizer, é uma desvinculação, é um desprendimento unilateral sem conhecimento da parte que foi entregue.

Assim, é usual considerar que houve traição quando alguém, propositadamente, foi desleal para com outrem, reconhecendo-se, neste caso, que era implícita a existência de um compromisso. Para que haja traição tem, por conseguinte, de haver, declarada ou não¹⁷³, uma promessa de lealdade¹⁷⁴ anterior, que se deixa de cumprir.

¹⁷² Na realidade em oposição ao herói está o cobarde, tal como em oposição à traição está a lealdade. A grande dificuldade de na mesma pessoa conjugar o herói e o traidor resulta do facto ambas as situações exigirem *lealdades antagónicas*, isto é, um herói deve possuir um elevado grau de lealdade a certos princípios que não podem ser compatíveis com os ideais que determinam a traição. Assim, em princípio só pode coexistir, na mesma pessoa, a heroicidade com a traição quando existe uma duplicidade de situações; por exemplo, o espião. Com efeito, o espião é aparentemente leal a um sistema que atraiçoa e leal a sistema que favorece; assim, para o primeiro sistema ele é um traidor e, simultaneamente, poderá ser um herói para o segundo.

¹⁷³ Sempre que é suposta a existência de um compromisso de lealdade, mesmo que não tenha sido realmente expresso, ele existe na mesma. Deste modo, não fica livre do compromisso aquele que o não expressou da forma comum, mas só aquele que, de modo inequívoco, declarou não o aceitar.

¹⁷⁴ Deve entender-se por *lealdade* o mesmo que *fidelidade* - que é fiel - e o mesmo que *sinceridade*.

Pode haver traição à palavra que se empenhou, tal como pode haver traição à promessa que se fez; os tempos que vão correndo são cada vez mais propícios à traição, porque, cada vez mais se promete e mais se falta ao prometido. Atente-se na atitude do comerciante, que procura o lucro a todo o custo, e vende como bom o que sabe que é mau; olhe-se para a constante falta de cumprimento de promessas que se fazem. Está de tal modo corrompido o nosso mundo e a nossa forma de viver que se pactua com a mentira, tal como se de uma verdade se tratasse.

O valor das promessas feitas por cada um de nós está a baixar a olhos vistos. Recorde-se, por exemplo, a atitude de Egas Moniz, antigo aio do fundador da nacionalidade, que havendo empenhado a palavra, aquando do cerco do Guimarães, garantindo que D. Afonso Henriques prestaria vassalagem ao rei de Leão, se apresentou ao referido soberano, preparado para ser enforcado, porque viu que a sua promessa não havia sido cumprida por pelo seu antigo pupilo.

Egas Moniz era um homem de palavra, que preferia a morte à desonra. Os tempos mudaram e os homens tornaram-se mais venais.

Tentemos perceber, agora, o que é que se entende por traição no plano patriótico.

1.2. CONCEITO DE TRAIÇÃO À PÁTRIA

O *Código de Justiça Militar* português é muito claro e preciso quanto àquilo que designa por crime de traição. Vamos segui-lo para melhor entendermos este conceito.

É considerado traidor:

- a) «O militar que, em tempo de guerra, *combater contra a Pátria, integrado ou não nas forças armadas do Estado beligerante*¹⁷⁵ [...]».
- b) «O militar que, em igual tempo, integrado nas forças armadas do Estado beligerante, não chegar a combater contra a Pátria [...]».
- c) Aplicam-se critérios idênticos ao militar que, em tempo de guerra, «se passar para o inimigo».
- d) «[...] o militar que, em tempo de guerra e para *favorecer o inimigo*, directa ou indirectamente»:
 - 1) «*Se esquivar a entrar em combate ou lhe entregar ou abandonar as forças do seu comando, navio, aeronave, posto, material de guerra ou quaisquer outros meios utilizáveis em operações;*»
 - 2) «Prejudicar os movimentos das forças nacionais intervenientes, [...]»;

¹⁷⁵ Repare-se no particularismo de se aceitar que o militar pode combater contra a Pátria mesmo não estando integrado nas forças armadas do inimigo; quer dizer, mesmo que não haja envergado o uniforme adversário o militar é já um traidor.

- 3) «*Arriar a bandeira nacional sem ordem do comandante*»;
- 4) «*Mantiver, por qualquer modo, comunicações com o inimigo ou lhe revelar quaisquer elementos referentes a ou de interesse para as operações*»;
- 5) «*Prestar aos seus superiores informações erradas acerca das operações*».
- e) «O militar que se *arvorar em chefe* ou *instigador de movimento armado para separar qualquer parte do território português* [...]».
- f) «O militar que participar no movimento [antes referido] [...]».
- g) «[...] **todo aquele**¹⁷⁶ que, em tempo de guerra e *para favorecer o inimigo*, directa ou indirectamente»:
- 1) «*Puser em risco, [...], por qualquer meio, activo ou omissivo, a segurança das forças armadas*»;
- 2) «*Coagir, [...], o comandante de qualquer força ou unidade a render-se, ou promover a rendição, retirada ou debandada dessa força ou unidade, ou impedir esta de se reunir*»;
- 3) «*Servir de guia ou informador de forças inimigas, bem como pilotar aeronaves, navios ou embarcações ou conduzir viaturas pertencentes ao inimigo ou ao seu serviço*»;
- 4) «*Revelar ao inimigo a localização de quaisquer obras de defesa*»;
- 5) «*Desviar qualquer força armada a que servir de guia, navio ou aeronave, nacionais ou aliados, a que servir de piloto, ou ocultar a existência de qualquer perigo de que tenha conhecimento*»;
- 6) «*Causar alarme, antes ou durante o combate*»;
- 7) «*Interceptar ou inutilizar qualquer meio ou via de comunicação, inutilizar o abastecimento ou as suas fontes, quaisquer obras militares, bem como a farolagem ou balizagem*»;
- 8) «*Prestar ao inimigo informações ou lhe fornecer quaisquer elementos referentes ou de interesse para as operações de guerra*».

Como se vê, não são poucas as situações em que se verifica o crime de traição, havendo, contudo, que distinguir duas situações que são diferentes: a traição daqueles que são militares e a traição de todo e qualquer cidadão. Começemos por estes últimos.

A traição praticada por um qualquer cidadão tem origem naquilo que poderemos chamar o *resultado de nascimento*, isto é, não surge como falta a um compromisso livre e

¹⁷⁶ Note-se que, para os casos que se seguem, já a Lei não se limita aos militares, mas a *todo aquele* cidadão.

conscientemente assumido, mas como consequência do simples facto de se ter nascido cidadão de um país com regras definidas quanto à prática de certos crimes. Assim, o português comum, tal como o francês, o alemão, o russo ou o brasileiro, não pode atraí-lo a sua Pátria favorecendo o inimigo ou desfavorecendo as Forças Armadas nacionais; *a comunidade espera que todos os seus elementos colaborem com aqueles que estão a defendê-la; o contrário é atentar contra a existência dessa mesma comunidade.*

Passemos, agora, à traição dos elementos da instituição castrense.

Note-se, em primeiro lugar, que *todos os militares assumem um compromisso solene para com a Pátria*, logo no início da sua prestação de serviço ou da sua carreira: *o juramento de bandeira.*

Atentemos na fórmula do juramento de bandeira que é usada em Portugal: «Juro, **como português**¹⁷⁷ e **como militar** servir as Forças Armadas, **cumprir os deveres militares**¹⁷⁸, **guardar** e fazer guardar **a Constituição da República**¹⁷⁹. Juro, **defender a minha Pátria**¹⁸⁰ e estar sempre pronto a **lutar**¹⁸¹ **pela sua liberdade e independência** mesmo **com sacrifício da própria vida**¹⁸²».

O juramento assenta em três grandes pilares: *cumprimento dos deveres militares; respeito pela Constituição da República; defesa da Pátria.*

Aquele que, no âmbito da nossa lição, mais nos interessa estudar é o primeiro: o cumprimento dos deveres militares, já que quem o não fizer incorre na falta ao que jurou ficando em condições de poder situar-se no plano da traição.

Ainda que possamos inventariar todos os deveres militares que julgamos possíveis de conhecer, muitos outros ficam por identificar, porque, afinal, especialmente em tempo de guerra, podem

¹⁷⁷ Repare-se naquilo que designámos por *resultado de nascimento* e que ressalta aqui evidente: a cidadania está a par da condição militar.

¹⁷⁸ Tenha-se em atenção que, por muito exaustivamente que estejam codificados esses deveres militares, se pretende aqui referir todos os deveres que resultem do cumprimento das disposições da hierarquia militar.

¹⁷⁹ Neste particular trata-se de uma condição que pode ser entendida com duplo sentido: guardar *esta* Constituição; guardar *qualquer* Constituição da República, porque, importante é manter o regime republicano em Portugal.

¹⁸⁰ Deve ter-se em conta que não se limita a forma de defender, o que quer dizer que todos os meios de defesa estão incluídos e são lícitos.

¹⁸¹ Separa-se, claramente, a noção de *defesa* de *luta*, isto é, a defesa pode, como já demos a entender, não passar pela luta, mas exige-se que o militar também lute quando tal for necessário.

¹⁸² Trata-se, como se vê, de um compromisso que obriga à entrega, se necessário, do máximo valor que o homem possui: a vida.

ser múltiplas as situações não previstas em regulamentos. No entanto, para que se torne viável o estudo, vamos começar por referir os deveres militares previstos no ***Regulamento de Disciplina Militar***, aceitando que, em campanha, é sempre um dever o militar cumprir as ordens dos seus legais e legítimos superiores.

A primeira obrigação do militar passa pelo dever de «[...] *regular o seu procedimento pelos ditames da virtude e da honra, amar a Pátria e defendê-la* com todas as suas forças até ao sacrifício da própria vida, guardar e fazer guardar a Constituição em vigor e mais leis da República, [...]», ficando obrigado, ainda, ao cumprimento dos seguintes deveres especiais»¹⁸³:

1. «*Cumprir as leis, ordens e regulamentos militares*»¹⁸⁴;
2. «*Cumprir completa e prontamente as ordens relativas ao serviço*»;
3. «*Respeitar e agir lealmente* para com os superiores, subordinados ou de hierarquia igual ou inferior, tanto no serviço como fora dele, [...]»;
4. «*Dar o exemplo* aos seus subordinados e inferiores hierárquicos»;
5. «*Ser prudente e justo, mas firme na exigência do cumprimento das ordens, regulamentos e outras determinações, ainda que para tanto haja que empregar quaisquer meios extraordinários não considerados castigos, mas que sejam indispensáveis para compelir os inferiores à obediência devida, devendo neste último caso participar o facto imediatamente ao seu chefe*»;
6. «*Ser sensato e enérgico na actuação contra qualquer desobediência, falta de respeito ou de outras faltas em execução, usando para esse fim de todos os meios que os regulamentos lhe facultem*»;
7. «*Assumir a responsabilidade dos actos que praticar por sua iniciativa e dos que forem praticados em conformidade com as suas ordens*»;
8. «*Informar com verdade o superior acerca de qualquer assunto de serviço*»;
9. «*Dedicar ao serviço toda a sua inteligência, zelo e aptidão*»;
10. «*Cumprir rigorosamente as normas de segurança militar e não revelar qualquer assunto, facto ou ordem que haja de cumprir ou de que tenha conhecimento, quando de tal acto possa resultar prejuízo para o serviço ou para a disciplina*»;
11. «*Conservar-se pronto para o serviço, evitando qualquer acto imprudente que possa prejudicar-lhe o vigor ou aptidão física ou intelectual*»;

¹⁸³ Estamos a incluir todas as alíneas do Art.º 4º do ***Regulamento de Disciplina Militar***, com exclusão daqueles que não geram situações imediatamente passíveis de conduzirem, directa ou indirectamente, ao crime de traição.

¹⁸⁴ Colocamos em itálico as palavras que, se não cumpridas, evidenciam um contorno de deslealdade.

12. «*Não tomar parte em manifestações colectivas atentatórias da disciplina*, nem promover ou autorizar iguais manifestações, devendo como tais ser considerados quaisquer protestos ou pretensões ilegítimas referentes a casos de disciplina ou de serviço, apresentados por diversos militares, individual ou colectivamente, bem como as reuniões que não sejam autorizadas por autoridade militar competente»;
13. «*Não manifestar de viva voz, por escrito ou por qualquer outro meio, ideias contrárias à Constituição em vigor ou à instituições militares*, [...]»;
14. «*Cumprir completa e prontamente as ordens que pelas sentinelas, rondas, guardas e outros postos de serviço lhe forem transmitidas* em virtude de instruções recebidas»;
15. «*Não abusar da autoridade que competir à sua graduação ou posto de serviço*»;
16. «*Não utilizar nem permitir que se utilizem instalações, armamento, viaturas e demais material em fins estranhos ao serviço*, desde que para tal não exista a necessária autorização»;
17. «*Não arruinar, inutilizar ou por qualquer outra maneira distrair do seu legal destino os artigos de armamento, fardamento, equipamento ou outros quaisquer que lhe sejam necessários para o desempenho das obrigações do serviço militar*, [...]»;
18. «*Não consentir que alguém se apodere ilegitimamente das armas que lhe estejam distribuídas ou à sua responsabilidade*»;
19. «*Não fazer uso de qualquer arma sem ordem ou sem a isso ser obrigado pela necessidade imperiosa de repelir uma agressão contra si ou contra o seu posto de serviço*»;
20. «*Apresentar-se com pontualidade no lugar a que for chamado ou onde deva comparecer* em virtude das obrigações de serviço»;
21. «*Não se ausentar, sem a precisa autorização, do lugar onde deva permanecer por motivo de serviço ou por determinação superior*»;
22. «*Não encobrir criminosos, militares ou civis, nem ministrar-lhes qualquer auxílio ilegítimo*».

Qualquer militar, independentemente de cair nas disposições legais que determinam o crime de traição, está mais próximo de ser acusado de tal acto se deixar de cumprir o Art.º 4.º do **Regulamento de Disciplina Militar** e mais os deveres que transcrevemos. Este facto ocorre porque, na verdade, o militar está a iniciar um processo comportamental de deslealdade e a existência desta conduz à delimitação de um contorno de traição.

2. O OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS E A TRAIÇÃO

Cair na traição é fácil, basta começar por aceitar a deslealdade; esta não tem escalas, isto é, não há pequenas e grandes deslealdades, porque ou há lealdade ou há deslealdade.

A primeira forma de se cultivar a deslealdade é permitindo que mintamos a nós mesmos.

Realmente, o homem e a mulher que não é capaz de se auto analisar acaba admitindo - se efectivamente alguma vez o admitir - que as faltas de carácter são insignificantes, ficando, assim, em condições de, cada vez mais, pactuar consigo mesmo. Atingido este ponto, estão abertas as portas à traição.

O oficial, responsável pela condução de outros homens em operações, tem por obrigação conhecer-se de modo a que a sua actuação o afaste sempre das condições propícias à traição.

Se a mentira conduz à deslealdade e esta à traição, também o medo é uma das mais excelentes vias para lá chegar.

Podemos dizer que há dois tipos de medo: o físico e o psíquico.

O medo físico é aquele que resulta da fraqueza perante a dor, a tortura, o isolamento, a chantagem e tantas outras formas de atingir o organismo humano; o medo psíquico é a fraqueza perante a ideia de sofrimento físico.

O oficial deve aprender a treinar o seu corpo e a sua mente de modo a saber controlar ambos os tipos de medo e, muito particularmente, o medo psíquico, porque, perante a dor física concreta e efectiva, mais tarde ou mais cedo, quase todos os homens claudicam¹⁸⁵. Todavia, só os fracos e os cobardes é que claudicam, ainda na ausência de dor física mas sujeitos à ideia de a virem a sofrer, é que desistem, é que atraíçoam.

O treino da vontade de não ter medo faz-se todos os dias, através de pequenos exercícios que colocam à prova o autocontrolo e o autodomínio; não são necessários grandes e exagerados exercícios, basta que todos os dias se treine um pouco e, ao fim de anos, não se perde o medo mas aprende-se a dominá-lo.

Se o domínio do medo se treina é porque se consegue dominar a vontade, isto é, há uma inter-relação profunda entre a vontade e o comportamento do oficial e do militar em geral.

Com efeito, o oficial deve treinar a sua vontade, ou seja, deve exercitar a capacidade de disciplinar as suas emoções, as suas acções e as suas palavras tornando-as escravas do seu raciocínio.

¹⁸⁵ Deve, em abono da verdade, dizer-se que sempre houve homens capazes de resistir à tortura até à morte; são casos pouco frequentes e de indivíduos que tinham muito presente a responsabilidade dos seus actos e uma profunda convicção nos ideais - patrióticos ou de outra natureza - que defendiam.

Quando o oficial domina com segurança a sua vontade é capaz de garantir a lealdade aos seus superiores e à Pátria, porque passa a agir emocionalmente controlado, podendo ser um bom condutor de homens, disciplinado e, por certo, disciplinador.

6.^a LIÇÃO

1. LEALDADE

Uma das obrigações de ordem moral que mais se impõe ao militar é a da lealdade.

Muito exigida, muito referida, muito invocada, raramente se consegue que se dê da lealdade uma clara noção. Assim sendo, nenhum chefe militar, que se preze, pode pretender exigir, praticar ou gerar lealdade sem que saiba, com exactidão, de que conceito se trata.

A lealdade não é uma obrigação que se imponha aos homens do mesmo modo que se exige fidelidade aos animais; estes são fiéis porque estão domesticados, porque estão condicionados; *os homens são leais, porque aceitam sê-lo e, acima de tudo, porque compreendem a necessidade de sê-lo.*

1.1. CONCEITO DE LEALDADE

O dever 3.º do Art.º 4.º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), diz textualmente: «Respeitar e agir *lealmente* para com os superiores, subordinados ou de hierarquia igual ou inferior [...]».

Curiosamente, o legislador - diga-se de passagem que este artigo se repete, sempre igual, já desde o século XIX - não definiu o que entendia por *lealdade* e não se pode, ou não se deve, deixar ao critério de cada um esse entendimento. É tempo de configurar um conceito.

Diz o *Dicionário de Língua Portuguesa*¹⁸⁶ que *lealdade* é a: «*qualidade de leal; fidelidade; sinceridade*». Ora, ser *leal* é, ainda segundo a mesma obra, «*que não falta às suas promessas; sincero; franco; honesto; fiel; conforme à lei*». Tentemos, então, perceber o que é, afinal, a lealdade que é exigida aos militares.

Começemos por verificar se a *lealdade* militar pode ser sinónimo de *fidelidade*. Diz o *Dicionário* que *fiel* é aquele «*que cumpre aquilo a que se obriga*», ou seja, que é *probo* (honesto), que é *constante* ou que é *seguro*. Parece que andamos à volta do mesmo conceito, isto

¹⁸⁶ Dos autores e da editora que tenho vindo a referir.

é, *leal e fiel tem uma fortíssima carga de identidade*. No entanto, a *lealdade* prefigura uma outra condição: *cumprir o que prometeu ou aquilo a que se obrigou*; enquanto a *fidelidade* prefigura a condição de *seguidismo*¹⁸⁷.

Estamos já em condições de traçar um contorno muito amplo do conceito de *lealdade*, dizendo que *é a qualidade de quem cumpre as obrigações que assumiu*. Todavia, teremos de acrescentar que parece não poder haver *lealdade* sem *honestidade*. Quer dizer, *só se consegue praticar a lealdade quando se é honesto*, isto é, *quando se é íntegro*, ou seja, *quando se é inteiro*, *quando se não balouça ao sabor do que mais convém*, *quando se guardam intactos os valores morais que definem uma personalidade pura, recta e imparcial*.

Vimos, também, que há um outro sinónimo de *leal*: *franco*.

Realmente, ninguém consegue praticar a *honestidade* se não desenvolver a *franqueza*, isto é, a *sinceridade*. Para se conseguir ser *honesto* tem de se começar por ser *franco* com a própria consciência, reconhecendo as suas faltas, os seus defeitos, as suas incapacidades, as suas limitações, mas avaliando, também, o seu valor. *A honestidade obriga à prática da franqueza consigo e, depois, com os outros e a franqueza supõe frontalidade*.

Estamos, agora em condições para delimitar mais completamente o conceito.

Lealdade é a qualidade de quem, sem subterfúgios, honesta e francamente, cumpre as obrigações que livremente assumiu.

Interpretando, agora, o dever 3.º do Art.º 4.º do RDM («Respeitar e agir *lealmente* para com os superiores, subordinados ou de hierarquia igual ou inferior [...]») podemos reformulá-lo dizendo:

Respeitar os superiores, subordinados ou de hierarquia igual ou inferior e agir para com eles, sem subterfúgios, com honestidade e franqueza, cumprindo as obrigações que livremente assumiu, [...].

Note-se como, seguindo a redacção proposta, ressalta mais claro que o militar fica obrigado a respeitar, *também*, os seus subordinados e a ser, *também*, leal para com eles; vulgarmente julga-se que a lealdade só é devida aos superiores (trata-se de uma confusão com o conceito de fidelidade «física» - veja-se a nota n.º 2 - que já não é admissível nas Forças Armadas modernas, mas que era tradicional quando o oficial podia «vender» os seus serviços mais os dos

¹⁸⁷ Entender como o acto ou estado de espírito que leva o indivíduo a seguir outro porque a tal se obrigou. Poder-se-ia dizer que a **fidelidade é uma qualidade mais «física»**, enquanto a **lealdade é uma qualidade mais «moral»**.

subordinados, facto que se manteve em uso, em alguns países até ao começo do século XX e noutros até meados do século XIX).

1.2. NOÇÃO DE FRONTALIDADE

Foi dito que a franqueza supõe frontalidade, já que a primeira pode ser praticada sem recurso à segunda¹⁸⁸.

Vejamus que, antes do mais, se deve entender por *frontalidade* a *coragem para defender os seus pontos de vista sem desvios, sem receios, mas com delicadeza e correcção*.

A *frontalidade* exige *coragem*, porque expõe, de imediato, uma atitude discordante ou, pelo menos, interrogativa. Quem dá ordens não gosta de ser confrontado com possíveis discordâncias, nem, muitas vezes, com a facilidade com que tomou uma decisão; quem recebe ordens prefere, muitas vezes, esconder as suas dúvidas, as suas opiniões, os seus temores, porque receia ser mal interpretado ou, em última análise, receia incomodar o seu superior hierárquico.

Contudo, há que *não confundir coragem* para expor as suas dúvidas, receios, discordâncias e desconfianças, *com o desejo de dificultar a acção de comando*; tão mau subordinado é aquele que concorda sempre com tudo o que o superior diz, manda ou faz, como aquele que põe em dúvida, constantemente, a decisão de quem tem o direito de decidir.

Imaginemos que, em situação de campanha, um superior hierárquico manda que um subordinado leve os homens que comanda para situações de alto risco quando, aparentemente, pode evitar que tal aconteça. Cabe ao subordinado o direito e a obrigação de, *frontalmente*, interrogar o seu superior sobre a conveniência da ordem, dizendo o que julga melhor e mais próprio. É uma *obrigação*, porque um comandante deve zelar pelo bem-estar e pela integridade dos seus comandados; é um *direito*, porque o cumprimento das ordens deve resultar de um acto consciente e não de um condicionamento da vontade¹⁸⁹. Claro que, em campanha¹⁹⁰, o subordinado não pode estar sempre a interrogar o seu superior quanto ao valor das suas

¹⁸⁸ Acontece, geralmente, com aqueles indivíduos que são apelidados *diplomatas*, porque, sem nunca faltarem à verdade, conseguem argumentar *sem dizer tudo* e, muitas vezes *sem dizer tudo à pessoa a quem o deviam fazer*.

¹⁸⁹ A *obediência cega* corresponde a uma falsa disciplina. Esta supõe uma *vontade racional* de obedecer.

¹⁹⁰ E, também, naturalmente, em tempo de paz.

ordens¹⁹¹, porque corre o risco de cair em verdadeiras situações que configuram uma atitude insubordinada.

A *frontalidade* é uma qualidade que deve ser cultivada e praticada pelos militares, já que corresponde a uma outra forma de ver ou entender um mesmo assunto.

A frontalidade é a porta que a disciplina abre para a discordância e a bengala que ajuda a cumprir correctamente.

Na verdade, o subordinado que, *frontalmente*, discorda do seu superior hierárquico não comete um acto de indisciplina, porque, perante quem deu a ordem, mostrou o que pensava; cabe ao superior convencê-lo, corrigi-lo e ajudá-lo a bem cumprir.

A prática corrente da *frontalidade* conduz, por regra à prática da *lealdade*, porque todo aquele que não se limita ao cumprimento das ordens, mas procura compreendê-las, através de interrogar quem lhas dá, passa a assumi-las com muito maior consciência e, sem subterfúgios, a executá-las honesta e francamente.

A frontalidade é a montra da lealdade.

Com efeito, o militar que se mostra frontal, que não teme as interpretações que dele possam fazer, é, por regra, leal, porque demonstra uma estatura moral acima de preconceitos e capaz de resistir ao desgaste dos juízos apressados.

2. A LEALDADE E OS TEMPOS CORRENTES

As grandes mudanças económicas que se verificaram no mundo e, especialmente, em Portugal nos últimos cinquenta anos, foram provocando, lenta mas seguramente, grandes alterações ao nível dos princípios morais - o consumo e o desejo de poder consumir ampliaram, às vezes de uma forma artificial, as necessidades de cada um de nós. Esse aumento do desejo de consumir transformou-se numa exigência de aumento de rendimentos e aquilo que, no princípio era um bom «motor» para que cada um crescesse até ao limite da sua competência e capacidade, tornou-se numa concorrência interpessoal que foi passando por cima da maior parte das barreiras morais tradicionais. O Homem foi perdendo, até, a consciência de estar a ultrapassar essas mesmas barreiras.

A corrosão dos princípios morais tradicionais¹⁹² foi-se tornando tão banal na sociedade que não deixou de penetrar, também, na instituição militar. Todavia, se há grupo humano onde tem de

¹⁹¹ Repare-se que uma atitude dessa natureza, também, está, implicitamente, a colocar em causa aqueles que reconheceram competência e capacidade para entregar o comando a quem comanda; no fundo é uma crítica a toda uma cadeia de comando.

existir um forte sentido moral, esse grupo é o militar. Exige-se uma moral¹⁹³ sólida na vida castrense, porque as forças armadas, quaisquer que sejam, têm de funcionar coesas de modo a que assim possam cumprir melhor o seu fim último: defender a comunidade nacional.

O desejo de conquistar o melhor lugar, de atingir mais rapidamente o topo da escala hierárquica e o de surgir como o elemento indispensável são sentimentos que, quando penetram no seio das forças armadas corroem *o valor fundamental que gera a disciplina: a lealdade*.

Ninguém pode ser leal e, ao mesmo tempo, esperar ultrapassar, por qualquer meio aqueles que, por competência, por maior valor, por mais antiguidade, estão à frente. Nas forças armadas a concorrência tem de ser cautelosamente gerida e, a primeira condição para que tal aconteça, passa pelo desenvolvimento de personalidades bem formadas, as quais têm de admitir a existência da diferença não baseada em pseudo direitos, mas sedimentada na maior capacidade e na melhor preparação.

O chefe militar do presente e do futuro, para poder exigir *lealdade*, deve ser capaz de a praticar com os seus subordinados, isto é, tem de zelar pelo seu bem-estar, pelos seus *legítimos* interesses, de modo a quebrar as concorrências *marginais* que não beneficiam o serviço e prejudicam as relações entre as pessoas; por outras palavras: *as obrigações devem ser bem cumpridas, porque são um dever do militar e não porque, fazendo-o, se consegue evidenciar as falhas ou as incompetências dos outros militares*.

Só quando existe um forte sentimento de camaradagem é que se torna possível limitar a concorrência, transformando-a em competição; mas, também, só quando existe uma personalidade bem formada é que se consegue distinguir o oportunista do competente.

¹⁹² Onde estava incluído o respeito pelos direitos dos outros, o amor à verdade, o repúdio pelos processos desonestos.

¹⁹³ O que se deve entender por moral? Dou a palavra a um velho mestre que me guiou nos primeiros passos na vida militar: «[...] não há ninguém, nem jamais houve, que não adopte sempre uma *posição crítica em face das suas próprias acções e das alheias*. Sobre elas, todos formam inevitavelmente uma opinião - uma acções despertando no seu espírito sentimentos de aprovação, de estima ou mesmo de entusiasmo (as boas); e outras, ao invés, sentimentos de reprovação, de desprezo e mesmo de revolta (as más) [...]. Assim, os nossos actos são sempre apreendidos pela consciência como repartidos em dois grupos: por um lado, os que julgamos bons, por outro os que julgamos maus. [...]. Ora este facto que revela? Revela que os homens sentem que também eles, [...], estão metidos dentro de uma ordem e se encontram sujeitos a determinadas leis. Com uma diferença, no entanto. As coisas exteriores estão sujeitas a leis e realizam-nas fatalmente: não são livres. Nós somo-lo. Isto é, temos o glorioso ou triste privilégio de cumprir ou de não cumprir as normas que nos regem. Mas dessas normas temos perfeita consciência, quer dizer, *de um padrão de conduta* a que as nossas acções se devem conformar. Se lhe procuramos fugir, há qualquer coisa dentro de nós que nos avisa que estamos a fugir da harmonia para que nascemos, e por isso os nossos actos então nos repugnam e os consideramos maus. É nestes termos que, a par da ordem natural, uma outra nos aparece, a dos actos humanos. *É a ordem moral*» (TCor. Capelão Cónº. António dos Reis Rodrigues, *Deontologia Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1961, pp. 24-25).

Praticar a *lealdade* é cumprir pela obrigação que se assumiu e não pela vantagem que se pode alcançar; cabe ao chefe militar perceber a diferença e não se deixar envolver na malha enganadora que a concorrência desmedida veio introduzir nas relações entre militares.

Existe a tendência para apreciar o exemplo americano de ser militar, esquecendo que ele reflecte, por um lado, uma grande falta de tradição castrense - que a Europa possui, de facto - e, por outro, o modelo de vida da sociedade dos EUA que, fundamentalmente, assenta nos valores do padrão de vida ditado pelo acto mercantil: ganha mais, quem vende mais e mais barato. Este princípio aplicado às forças armadas faz nascer o espírito de concorrência comercial onde deve existir, fundamentalmente, o gosto da perfeição que vem do desejo de cumprir bem.

Realmente, competência tem o significado de *aptidão* e não resulta de competir, cujo sentido se situa no acto de *concorrer*. Assim, *a maior perfeição resulta da maior competência e não da maior competição*.

Se é verdade que *se pode* competir *lealmente*, não é menos certo que o desejo de competência *implica sempre* uma prática de actuação *leal*.

O chefe militar deve ter clara no seu espírito a diferença entre cada um destes conceitos, de modo a ***praticar a competência e***, como resultado, ***a lealdade, exigindo dos seus subordinados igual atitude***.

3. A PRÁTICA DA LEALDADE

A *lealdade* pratica-se como fonte primária das virtudes militares.

Com efeito, a disciplina realmente sentida, isto é, a que vem de dentro de cada um e não resulta de meras aparências, tem como suporte essencial a *lealdade*, já que esta implica o cumprimento de toda e qualquer obrigação que tenha sido livremente assumida, e a carreira das armas é feita por um conjunto de obrigações que impõem, se for necessário, a doação da própria vida.

A lealdade não carece de ser apregoada por quem a pratica, porque basta que, no dia a dia, cada qual vá cumprindo as suas obrigações, desde as mais insignificantes, ou que tal podem parecer, às mais complexas e importantes, dando o melhor de si próprio, isto é, pondo todo o empenho, toda a aptidão, toda a capacidade na execução desses afazeres.

Executar uma obrigação pode, em certas circunstâncias, passar pelo uso de subterfúgios, já que, cada um, sabe exactamente o empenho que pôs, ou não pôs, no seu cumprimento; a prática de uma verdadeira *lealdade* leva a que, em consciência, cada um não sinta que, podendo ter feito melhor, afinal, só fez o que era de todo necessário para não sofrer reparos por parte de quem deve controlar o cumprimento das obrigações. ***Os subterfúgios ao cumprimento das nossas***

obrigações começam dentro de nós mesmos, só depois é que procuramos encontrar justificações exteriores que expliquem a ausência de verdadeiro empenho.

O homem que já não é capaz de distinguir o subterfúgio ao cumprimento das suas obrigações perdeu o fiel mais importante da vida, porque matou a capacidade crítica ou, se se preferir, deixou morrer a moral dentro de si próprio e tornou-se num ser imoral ou, no mínimo, amoral.

Todo o ser humano pode enganar os outros, mas tem por obrigação não se enganar a si próprio.

O militar em geral e, particularmente, o chefe militar tem de ter um apurado sentido crítico tanto dos actos alheios como, em especial, dos seus próprios, porque é sempre responsável pela vida de outros militares. Essa responsabilidade obriga-o a possuir uma atenção aguçada, a qual lhe vai permitir evitar as ciladas que, muitas vezes, acobertadas sob a capa do dever, arrastam para situações pouco claras ou que se não conseguem explicar facilmente. A prática da *lealdade* não pode levar um militar íntegro a ser ingénuo e a admitir que todos são igualmente leais; também por isso ele tem de ter um apurado sentido crítico.

O militar que praticar a *lealdade*, quase sempre está ao abrigo de críticas ou reparos e, acima de tudo, de desconfianças.

7.^a LIÇÃO

1. HONRA

Constantemente se ouve, aqui e além, «jurar pela honra», «dar a palavra de honra», dizer que «alguém viu manchada a sua honra», que «foi emporcalhada a honra» desta ou daquela entidade colectiva.

Se estivermos mais atentos ouvimos falar da *honra* de certas profissões e, muito particularmente, da honra dos militares¹⁹⁴; todos nós, cidadãos, temos uma vaga noção de que a *honra* é qualquer coisa que deve ser preservada, que para cada um é muito importante, que funciona, muitas vezes, como única *tábua de salvação*¹⁹⁵ perante quem nos acusa de algo que sabemos que não cometemos mas não temos provas que o demonstrem.

Mas, o que é, de facto a *honra*? Que valor tem para um militar a *honra*? Por que é que um oficial deve preservar intacta a sua *honra*?

As respostas a estas perguntas passam pelo conhecimento prévio do conceito de honra. Vamos, por isso, estudá-lo.

1.1. CONCEITO DE HONRA

Do verbo latino *honorāre* (honrar, ou seja conferir honras a) chegou-se à palavra portuguesa *honra*, cujo significado é «*sentimento que leva o homem a merecer a consideração pública pelo cumprimento do dever e pela prática de boas acções*»¹⁹⁶.

¹⁹⁴ No próprio *Regulamento de Disciplina Militar*, logo no Art.º 4º se diz: «O militar deve regular o seu procedimento pelos ditames da virtude e da *honra*, [...]»; mais à frente, no dever 23º, torna a afirmar-se: «Zelar pela boa convivência, procurando assegurar a solidariedade e camaradagem entre os militares, sem desrespeito pelas regras de disciplina e da *honra*, [...]».

¹⁹⁵ Devo dizer que, quando eu próprio fui Cadete na Academia Militar, a *palavra de honra* funcionava como último baluarte do aluno perante os oficiais, quando este não tinha explicação para qualquer acusação injusta ou falsa; perante a *palavra de honra* de um aluno todas as acusações se silenciavam. Todavia, se se descobria que o aluno havia invocado falsamente a sua *honra*, sobre ele caía uma pesada pena disciplinar que o colocava em boa posição para ser expulso.

¹⁹⁶ Veja-se, uma vez mais o *Dicionário de Língua Portuguesa* que tenho vindo a referir nestas *Lições*.

Temos, por conseguinte, que o cumprimento do dever e a prática de boas acções faz com que cada um venha a merecer a consideração pública (*respeito*), ou seja, que possua *honra*. Podemos, por conseguinte, dizer que *honra é, à falta de público reconhecimento do cumprimento do dever e da prática de boas acções, a geral presunção do merecimento de respeito pelo cumprimento do dever e da prática de boas acções*.

Por outras palavras, pode dizer-se que *honra é, simultaneamente, o merecimento da consideração pública pelo cumprimento do dever e pela prática de boas acções, quando tal se torna conhecido de todos, e a possibilidade de merecer a consideração pública pelo cumprimento do dever e pela prática de boas acções, quando tal não é do conhecimento de todos*. No geral a *honra é*, então, *uma presunção que deixa de existir quando se verifica que alguém não possui condições para merecê-la*.

Vejamos, agora, as questões deixadas em aberto antes de elaborar o conceito de *honra*.

Jurar pela honra corresponde a alguém comprometer o merecimento do respeito público, que vinha possuindo por presunção, se não cumprir aquilo que promete fazer.

Dar a palavra de honra equivale a alguém garantir alguma coisa dando como penhor o merecimento do respeito público que vem possuindo ou que se presume que, de facto, merece.

Alguém ver manchada a sua honra não é mais do que ver reduzido o respeito público que vem merecendo ou, por outro lado, ver que já se não pode presumir o merecimento de respeito público¹⁹⁷.

«O militar deve regular o seu procedimento pelos ditames da virtude e da *honra*, [...]». O que aqui se pretende dizer é que *o comportamento do militar deve ter sempre como padrão as boas qualidades cívicas e respeito público, o qual se alcança pelo cumprimento do dever e pela prática de boas acções*.

«Zelar pela boa convivência, procurando assegurar a solidariedade e camaradagem entre os militares, sem desrespeito pelas regras de disciplina e da *honra*, [...]» é o que se enuncia no dever 23.º do Art.º 4.º do RDM. Por outras palavras pretende-se dizer que *o militar deve ter como preocupação a boa convivência com os outros militares, através do desenvolvimento da solidariedade e da camaradagem sem que para tal provoque faltas disciplinares nem se gerem situações capazes de levar à perda do respeito público*.

¹⁹⁷ É possível compreender a razão pela qual se identifica virgindade com honra. Com efeito, uma mulher que perde a sua virgindade de uma forma que a coloque em risco de ser menos credora do respeito público vê-se *desonrada*, ou seja, vê-se sujeita a ter uma imagem pública menos respeitável.

Face aos exemplos que acabamos de referir, estamos, agora, aptos a estabelecer o conceito de *honra militar como sendo a geral presunção, tanto no meio castrense como no meio civil, do merecimento de respeito, que é devido a todo e qualquer militar, pelo cumprimento do dever e pela prática de acções louváveis em defesa da comunidade*¹⁹⁸.

Estamos aptos a entender a grande preocupação que existe no meio da comunidade militar no tocante ao culto e preservação da *honra*.

Na verdade, a *honra militar* corresponde à admissão da utilidade da instituição castrense e, mais ainda, ao reconhecimento do seu valor; **cultivar a honra obriga ao culto do dever e**, acima de tudo, **ao seu cumprimento sem reticências**. Assim, *quanto mais se praticar o culto do dever e quanto mais conhecimento público houver desse culto, mais se fundamenta e amplia a honra militar*.

Daqui ressalta a importância dos crimes que atentam contra a *honra militar*, ou seja, daquelas acções que praticadas por militares contribuem para que se perca o merecimento do respeito público. Convirá estudar esses crimes que estão tipificados no *Código de Justiça Militar*.

2. CRIMES DE HONRA

Na Secção VII - Crimes Contra a Honra e o Dever Militares - do *Código de Justiça Militar* enumeram-se as situações que se enquadram na respectiva epígrafe. Passo a transcrevê-las:

1. O militar que, por gestos ou palavras, ultrajar¹⁹⁹ a bandeira nacional
2. O chefe que, declarada a guerra ou decretada a situação equivalente, não tomar as necessárias medidas preventivas ou não requisitar oportunamente os meios indispensáveis para as operações [...] se da sua negligência resultar a perda do posto, quartel, navio, aeronave, área ou território da sua responsabilidade²⁰⁰;

¹⁹⁸ Note-se que, muitas vezes, se ouve dizer que um determinado militar morreu no campo da honra, isto é, no campo de batalha; nesta frase surge claro o conceito de *honra militar*, na medida em que se admite que um indivíduo que morreu no campo de batalha o fez cumprindo o maior dos deveres e a mais louvável de todas as acções em prol da comunidade.

¹⁹⁹ Temos, aqui, uma situação que, mais do que um crime atentatório da honra militar, atenta a honra e a dignidade de uma nação.

²⁰⁰ Ressalta aqui a clara falta do cumprimento do dever, ou seja, a não contribuição para a honra militar.

3. O chefe que em caso de capitulação ou rendição por ele ajustada, não seguir a sorte da força do seu comando, mas convencionar para si ou para os oficiais condições mais vantajosas que as dos mais militares [...] ²⁰¹;
4. O comandante de qualquer força naval que, em tempo de guerra, deixar de perseguir navio mercante de Estado beligerante que procure fugir-lhe [...] ²⁰²;
5. O comandante de força terrestre naval ou aérea que, sem motivo legítimo, mas sem intenção de trair, deixar de desempenhar serviço ou comissão de serviço de que for incumbido [...] ²⁰³;
6. O comandante de força terrestre naval ou aérea que, sem motivo legítimo, mas sem intenção de trair, deixar de cumprir alguma ou algumas das instruções relativas à sua missão [...] ²⁰⁴;
7. O comandante de força ou de navio solto que, por negligência, causar a perda ou apresamento de um ou mais navios sob as suas ordens [...] ²⁰⁵;
8. O oficial comandante de quarto ²⁰⁶ que, por negligência, causar a perda ou apresamento de um navio [...] ²⁰⁷;
9. O oficial que, sendo comandante de quarto, temporária ou definitivamente, abandonar o seu posto [...] ²⁰⁸;
10. O militar que estiver de vigia ou que, subordinado ao chefe de quarto, for encarregado da direcção ou vigilância de qualquer serviço atinente à segurança do navio ou força naval ou respeitante ao funcionamento das caldeiras e máquinas abandonar o seu posto [...] ²⁰⁹;

²⁰¹ Trata-se de um claro atentado à honra militar, porque é um dever castrense o culto da camaradagem e nas circunstâncias descritas está-se claramente a procurar tirar vantagem pessoal do posto ou da condição deixando à sua sorte militares de baixa graduação hierárquica.

²⁰² É claramente e em simultâneo um atentado ao dever e à honra militar, porque é inadmissível que um navio mercante seja capaz de ludibriar um navio de guerra.

²⁰³ Uma vez mais, estamos em face de faltas de cumprimento do dever, as quais atingem gravemente a honra militar.

²⁰⁴ Mais uma falta ao dever militar que se reflecte na honra castrense.

²⁰⁵ Estamos, outra vez, perante o não cumprimento do dever militar.

²⁰⁶ Trata-se de um turno de serviço que, tradicionalmente, tinha a duração de quatro horas.

²⁰⁷ Outra referência clara a falta ao dever militar.

²⁰⁸ É uma referência a uma situação de negligência no cumprimento do dever militar.

²⁰⁹ Mais uma referência a uma situação de negligência no cumprimento do dever militar.

11. O militar que, estando de vedeta, patrulha, sentinela ou no desempenho de qualquer outra missão de segurança, abandonar, temporária ou definitivamente, o seu posto ou não cumprir as instruções especiais que lhe forem dadas [...];
12. O militar que, sem motivo legítimo, temporária ou definitivamente, abandonar o posto da guarda ou o de qualquer serviço necessário à segurança das forças, quartel, navio, aeronave, base ou estabelecimento do Estado [...];
13. O oficial que, sendo comandante de quarto, for encontrado a dormir [...];
14. O militar que estiver de vigia ou subordinado ao chefe de quarto, estiver encarregado da direcção ou vigilância de qualquer serviço atinente à segurança do navio ou força naval ou respeitante ao funcionamento de caldeiras e máquinas e for encontrado a dormir [...];
15. O militar que, estando de vedeta, patrulha, sentinela ou no desempenho de qualquer outra missão de segurança, for encontrado a dormir [...] ²¹⁰;
16. O militar que se embriagar ou drogar, estando de serviço ou depois de nomeado ou avisado para o serviço [...] ²¹¹;
17. O militar que facilitar a fuga de um preso confiado à sua guarda ou vigilância [...] ²¹²;
18. O militar que, sem a intenção de trair, mas por negligência, puser em risco, por qualquer acção ou omissão, no todo ou em parte, a segurança de forças, quartel, base, navio, aeronave, ponto fortificado ou qualquer estabelecimento do Estado ou facilitar ao inimigo meios ou ocasião de agressão ou defesa [...];
19. O militar que, sem a intenção de trair, revelar a qualquer pessoa o santo, a senha, contra-senha, decisão, ordem de serviço ou documento por natureza reservados;
20. O militar que, no exercício das suas funções ou em serviço ou armado ou invocando autoridade para o efeito, ainda que a não tenha, incitar, por qualquer meio, à prática de um crime determinado [...] ²¹³;

²¹⁰ Como se vê, o abandono de posto e o dormir quando de serviço de vigilância, são faltas graves relativamente ao dever militar e, consequentemente, atingem a honra castrense.

²¹¹ Note-se como o uso e abuso de álcool e de droga é um atentado à honra militar, porque impedem o pleno cumprimento do dever.

²¹² Trata-se de um mais que evidente atentado à honra militar, porque se não pode confiar em quem facilita a fuga de um elemento que merece estar preso.

²¹³ Se os números 18 e 19 eram tipicamente casos de faltas ao dever militar, o presente já se trata de um crime que põe em causa, sem dúvida nenhuma e de forma directa, a honra militar.

21. O comandante que, sem motivo legítimo, recusar socorro a navio amigo ou inimigo que lho peça em ocasião de perigo iminente [...] ²¹⁴;
22. [...] o comandante:
- a) Que, tendo sido obrigado a encalhar o navio, em tempo de guerra, e tornando-se impossível defendê-lo, o não inutilizar, podendo, de ter salvo a guarnição, ou que, sendo obrigado, em tempo de guerra, a abandonar armamento, munições ou víveres, quartel, aeronave, base ou qualquer ponto militar, não tratar de inutilizar todo o material que possa ser aproveitado pelo inimigo;
 - b) Que, separado, por motivo legítimo, de uma força a pertencer, não procurar incorporar-se novamente nela, logo que as circunstâncias lho permitam;
 - c) Que, tendo o navio encalhado, o abandonar, havendo probabilidades de o salvar, ou que, considerando inevitável o naufrágio, não empregar todos os meios conducentes a salvar a guarnição e o material ²¹⁵
23. O chefe que, por negligência, se deixar surpreender pelo inimigo ou for causa de incêndio, encalhe ou de avarias consideráveis no navio, aeronave, arsenal ou estabelecimento do Estado [...];
24. O militar que, sem motivo legítimo, deixar de seguir viagem ou de marchar para fora da localidade onde estiver, por não ter comparecido no local e à hora que lhe tiverem sido determinados [...];
25. O militar que, dentro de doze meses consecutivos, cometer três ou mais ausências ilegítimas que, entre todas, perfaçam, pelo menos, trinta dias [...] ²¹⁶;
26. O militar que violar a salvaguarda concedida a alguma pessoa ou lugar, depois de lhe ter sido apresentada [...] ²¹⁷;
27. O militar que fizer, ordenar ou permitir que os inferiores façam uso ilegítimo das armas [...] ²¹⁸;

²¹⁴ Estamos perante um caso típico de crime contra a honra militar por recusa da prática de acções louváveis em defesa da comunidade.

²¹⁵ Estamos, uma vez mais, face a situações atentatórias do dever militar e, consequentemente, da honra militar.

²¹⁶ Do número 22 ao 25 estamos em presença de característicos atentados ao cumprimento do dever militar.

²¹⁷ No caso presente, trata-se de uma clara falta à honra militar, porque inibe toda e qualquer pessoa de tornar a acreditar nas afirmações feitas por elementos da instituição castrense.

²¹⁸ Novamente se trata de um atentado à honra militar, tipicamente definido.

28. O militar nomeado para fazer parte de algum tribunal militar que, sem motivo legítimo, deixar de comparecer para nele funcionar [...] ²¹⁹;
29. O militar que receber ou exigir remuneração para se encarregar ou por se ter encarregado da defesa de réus nos tribunais militares [...] ²²⁰;
30. O militar encarregado de dirigir ou fiscalizar qualquer construção ou fabrico destinado às forças armadas que alterar ou consentir que sejam alterados os planos ou ordens recebidos [...] ²²¹.

As trinta situações que acabei de transcrever mostram como, em Portugal, a *honra militar* está claramente associada ao *dever militar*; mostram como não é possível honrar a instituição castrense sem cumprir os deveres militares, muito em especial aqueles que são passíveis de dar público testemunho da prática de acções que, ou se relacionam com a defesa e segurança da comunidade, ou se prendem com o desenvolvimento de sentimentos relativos à dignificação humana.

²¹⁹ A recusa em tomar parte na justiça militar, porque a inibe, corresponde a um atentado à comunidade dos militares e, por consequência, ao dever militar.

²²⁰ Trata-se de motivação idêntica à da nota anterior.

²²¹ Não sendo directamente imputável como atentado à honra militar, trata-se, afinal de mais uma falta de cumprimento do dever militar.

8.^a LIÇÃO

1. CRIMES DE GUERRA

Decidimos designar por crimes de guerra os comportamentos gerais que, ofendendo a dignidade humana, sejam adoptados pelos militares contra o adversário durante os conflitos armados e que tenham sido ou possam vir a ser regulamentados nacional ou internacionalmente.

Quando estudámos a *guerra* fizemos algumas abordagens ao tema da presente lição, porque, dissemos, ela pode e deve fazer-se segundo regras que preservem o mais possível as pessoas aos horrores e às destruições que todos os conflitos armados arrastam. Cabe, agora, sistematizar o conhecimento dessas regras de modo a que os alunos fiquem cientes sobre o tipo geral de comportamento ético que norteia os militares de todo o mundo quando combatem entre si.

Devemos ter presente, como já antes dissemos, que a admissão da guerra de guerrilha como forma de resolver pendências entre povos veio trazer algumas grandes alterações ao processo de encarar os conflitos armados e os direitos dos cidadãos. Tentaremos, também, sobre esta matéria dizer o que neste momento se pensa no mundo.

1.1. NOÇÃO ELEMENTAR DE CRIME DE GUERRA

Numa frase muito singela poder-se-ia delimitar o conceito de *crime de guerra* a *todo o atentado ao direito natural, praticado na guerra, contra o adversário fora e para além do normal desenvolvimento de qualquer operação militar legitimamente determinada*.

Este conceito coloca a tónica da existência de crime essencialmente sobre a pessoa ou pessoas que praticam o atentado ao direito natural, quase parecendo excluir o Estado e os Altos Comandos militares da sua prática.

Na verdade, no final da 2^a Guerra Mundial o conceito tradicional de culpabilidade nos conflitos bélicos e na prática de abusos, que, até então, recaía sobre o Estado²²², passou a recair sobre os

²²² «O Estado será responsável por todos os actos praticados pelas pessoas que fazem parte das suas forças armadas» (Art.º 3º da 4ª Convenção de Haia de 1907, cit. por TCor. Cap. Cónº. António dos Reis Rodrigues, *Deontologia Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1961/1962, p. 88).

dirigentes políticos e, até, sobre os comandos militares²²³. Casos mais recentes, que envolveram massacres de populações desmilitarizadas, levaram à barra do tribunal, como acusados de prática de crime contra o direito das gentes, oficiais de baixa patente²²⁴.

Assim, não nos repugna a ideia de refazer o conceito que antes apresentámos, formulando-o de maneira mais actual, de modo a contemplar a hipótese de tanto poderem ser acusados da prática do *crime de guerra*, os mais altos escalões políticos e militares, como os simples soldados, já que, hoje em dia, a tendência do Direito vai no sentido de responsabilizar directamente aquele que pratica o acto e, indirectamente, aquele que o manda praticar.

Esta nova forma de apreciar e responsabilizar os praticantes de *crimes de guerra* resulta do facto de, agora, num mundo onde impera a informação de massas, ninguém se poder esconder por trás da ignorância do bem e do mal, do correcto e do incorrecto, do digno e do indigno; a divulgação do direito ao respeito que é inerente à condição de Homem é, na prática, geral e universal, não se podendo admitir o refúgio no desconhecimento ou na cega obediência das ordens recebidas.

Estamos, pois, em condições de enunciar o conceito de *crime de guerra* como sendo, ***por um lado, o atentado desnecessariamente efectivado, em tempo de guerra, contra a vida do adversário, contra os seus bens materiais, ou, ainda, contra a sua dignidade pessoal, ocorrido durante o desenvolvimento de qualquer operação militar, mandado praticar pelos elementos responsáveis pelo conflito bélico ou praticado por aqueles que o levam a efeito***²²⁵; ***por outro lado, a prática de acções bélicas que contrariem acordos internacionais ou o modo tradicional de fazer a guerra.***

Percebe-se perfeitamente que no conceito exposto estão vertidas duas fórmulas diferentes de encarar a noção de *crime de guerra*. Na verdade, enquanto a primeira parte do conceito está mais virada para uma realidade que nasceu no pós 2ª Guerra Mundial, nomeadamente, baseada

²²³ Idem, *ibidem*.

²²⁴ O caso concreto do tenente Calley do Exército dos EUA, que comandou o massacre de My Lai, no Vietname. Este incidente de proporções desumanas foi divulgado pela imprensa americana e, dado o clima emocional gerado, foi motivo de repúdio em todo o mundo civilizado.

²²⁵ Fernando de Bordeje Morencos, no seu *Diccionario Militar Estratégico y Político* (Madrid, Editorial San Martin, 1981), a pág. 40 dá a seguinte definição de crimes de guerra: «São os que violam, em tempo de guerra, as leis subscritas nos Tratados e Convénios internacionais, assim como as normas, costumes e prescrições que todos os beligerantes se comprometeram tradicionalmente a respeitar». Como se vê, desta definição ficam excluídos os atentados à pessoa e à dignidade humana que não estejam contemplados em Tratados e Convénios; mas, nesta definição, não se contempla a situação de conflito bélico entre entidades que não tenham estatuto jurídico internacional (movimentos políticos de libertação), não penalizando, assim, os crimes que possam ocorrer - e, a experiência tem-no demonstrado, é nestes conflitos que mais se atenta contra a pessoa e a dignidade humana.

na guerra revolucionária ou subversiva, a segunda, resulta de uma interpretação mais jurídica e tradicional - entenda-se assim a forma de pensar entre as duas Guerras Mundiais e logo após 1945, a qual está, de novo, ganhando forma.

Do ponto de vista da Deontologia Militar somos de parecer que se deve dar particular ênfase à primeira parte do conceito que expusemos, porque o *crime de guerra* não existe só depois de regulamentado; o *crime de guerra*, antes de ser qualificável como tal, é um crime contra a humanidade; o *crime de guerra* existe quando se excedem situações de violência sobre o inimigo, as quais deixam de encontrar justificação no acto de conduzir o conflito bélico para passarem ao domínio do desrespeito pela pessoa; e este tipo de desrespeito não é só passível de ocorrer na guerra, mas, também, em muitas outras situações, especialmente sempre que um conjunto de seres humanos julga estar ao abrigo da impunidade. Quando esta presunção advem do acto bélico e da detenção dos meios mais poderosos de violência, então, o crime contra a humanidade passa a *crime de guerra*.

A grandeza moral e o valor do militar estão na utilização da violência somente dentro dos limites do estritamente necessário sem que se deixe tentar pelo desejo de abusar da sua capacidade de semear a desgraça ou de criar situações que reduzam os seus adversários a vivências infra-humanas.

Também, no conceito de *crime de guerra* que elaborámos, atribuímos igual responsabilidade moral tanto ao dirigentes políticos que mandam fazer a guerra e praticar tais crimes, como aos agentes militares que ordenam ou levam a efeito essa prática. Na verdade, ninguém pode ficar moralmente isento perante o *crime de guerra*.

Estamos, agora, em condições de entender, a traços muito largos, o espírito de alguns dos princípios enformadores das Convenções internacionais sobre a regulamentação da guerra.

1.2. AS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

São variadas as Convenções ou Declarações regulamentadoras da forma de fazer a guerra que Portugal assinou e se comprometeu a seguir. Destacamos as seguintes:

- ♦ Declaração de S. Petersburgo de 1868, proibindo a utilização de certos projecteis;
- ♦ 1.^a e 2.^a Convenção de Haia de 1899, também proibindo o emprego de certos projecteis;
- ♦ 3.^a, 4.^a e 9.^a Convenção de Haia de 1907, que regulamentam, respectivamente, a abertura das hostilidades, as leis e costumes da guerra terrestre e bombardeamentos por forças navais em tempo de guerra;

♦ Protocolo de Genebra de 1925, que regulamenta o emprego de gases asfixiantes, tóxicos ou semelhantes, bem como meios bacteriológicos;

♦ 1.^a e 2.^a Convenção de Genebra de 1929, respectivamente sobre a situação dos feridos e doentes nos exércitos em campanha;

♦ 1.^a, 3.^a e 4.^a Convenção de Genebra de 1949 revendo e completando aspectos relativos à situação dos feridos e doentes dos exércitos em campanha e à situação dos prisioneiros de guerra e, finalmente, regulamentando a protecção das pessoas civis em tempo de guerra.

♦ 1.º e 2.º Protocolo de Genebra de 1977, Adicional às Convenções de Genebra de 1949, também designados por GPI e GPII, respeitantes às vítimas de guerra.

Estas Convenções, Declarações e Protocolos constituem a base fundamental da regulamentação do modo de fazer a guerra de uma forma menos inumana. Por facilidade, passamos a designar este conjunto de normas somente por *Convenções*.

Também por facilidade, optamos por transcrever, na parte que interessa, os apontamentos elaborados, a propósito das Convenções, pelo nosso velho mestre de Deontologia Militar, D. António dos Reis Rodrigues, então Capelão da Academia Militar, com a graduação de TCor.²²⁶.

Se as reduzirmos [às Convenções] a uma classificação sistemática, podemos separá-las em quatro grupos: limites que respeitam às pessoas do país contra o qual se combate; limites que respeitam aos bens do inimigo; limites que respeitam aos meios de causar danos; e limites que respeitam ao modo de combater. Para cada um transcreveremos as disposições em vigor mais salientes.

A) Limites que respeitam às pessoas do país contra o qual se combate.

De um modo geral, o princípio é este: as pessoas que não combatem devem ser respeitadas como tais. Ora, as pessoas que não combatem são de duas categorias: pessoas que não fazem parte dos exércitos nem de quaisquer agrupamentos organizados militarmente (não beligerantes) e pessoas que fazem parte delas (portanto, beligerantes) mas que por uma circunstância especial se encontram à margem da luta que se trava.

Para todas elas, vale genericamente a seguinte regra:

«As pessoas que não tomem parte directamente nas hostilidades, incluídos os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de carácter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer critério análogo. Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente a estas pessoas:

²²⁶ Deve dizer-se que este Capelão militar antes de ter sido ordenado sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana era já licenciado em Ciências Jurídicas, exercendo a advocacia; no presente momento é bispo auxiliar de Lisboa.

a) As ofensas contra a vida e integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplício;

b) A tomada de reféns;

c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;

d) As condenações proferidas e as execuções efectuadas sem prévio julgamento, realizado por tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados» (Disposição incluída em qualquer das Convenções de Genebra de 1949, Art.º 3.º).

Salientemos alguns pormenores sobre cada uma das categorias mencionadas.

1. Não beligerantes. Na primeira categoria está o grosso da população civil e, dentro dela, muito em especial, as mulheres, as crianças e os velhos. Pois bem: a primeira e mais importante restrição a ter em vista é que a guerra se faz entre Estados e não entre cidadãos. Por conseguinte, estes devem escrupulosamente ficar de fora das leis da guerra, a não ser evidentemente que façam uso das armas excepto para defesa pessoal.

Concretamente, no caso de ocupação, «a honra e os direitos da família, a vida dos indivíduos e a propriedade privada, assim como as convicções religiosas e o exercício dos cultos, deverão ser respeitados» (Anexo à 4.ª Convenção de Haia de 1907, Art.º 46.º).

2. Beligerantes à margem da luta. Nesta categoria, há ainda que distinguir duas espécies de pessoas; os não combatentes, ou seja, o pessoal dos serviços de saúde e religioso e o pessoal equiparado; e os combatentes postos fora de combate, ou seja, os prisioneiros, os feridos, doentes e mortos e o parlamentar. Todos beneficiam de amplas limitações.

Pessoal dos serviços de saúde e religioso e o pessoal equiparado.

«O pessoal exclusivamente destinado ao levantamento, transporte e tratamento dos feridos e doentes, assim como a administração das formações e estabelecimentos sanitários e os capelães ligados aos exércitos serão respeitados e protegidos em todas as circunstâncias» (2.ª Convenção de Genebra de 1929, Art.º 9.º).

É equiparado a este «o pessoal das sociedades de socorros voluntários devidamente reconhecidas e autorizadas pelo Governo quando seja empregado nas mesmas funções» (Art.º 10.º).

«Enquanto em poder da Potência detentora com o fim de darem assistência aos prisioneiros de guerra não serão considerados prisioneiros de guerra. Continuarão a exercer, dentro das leis e regulamentos militares da Potência detentora, sob a autoridade dos seus serviços competentes e de acordo com a sua consciência profissional, as suas funções médicas ou espirituais em benefício dos prisioneiros de guerra pertencentes de preferência às forças armadas a que pertenciam. Ainda que submetidos à disciplina interna do campo no qual se encontrem, não poderão ser adstritos a nenhum trabalho estranho à sua missão médica ou religiosa» (3ª Convenção de Genebra de 1949, Art.º 33.º).

Prisioneiros.

«É proibido todo o acto ou omissão ilícita da parte da Potência detentora que tenha como consequência a morte ou ponha em grave perigo a saúde de um prisioneiro de guerra em seu poder. Em especial, nenhum poderá ser submetido a uma mutilação física ou a uma experiência médica ou científica de qualquer natureza que não seja justificada por tratamento médico».

«Os prisioneiros devem também ser sempre protegidos contra todos os actos de violência ou de intimidação, contra os insultos e a curiosidade pública. São proibidas contra eles as medidas de represália» (3.ª Convenção de Genebra de 1949, Art.º 13.º).

«Nenhuma tortura física ou moral, nem qualquer outra medida coerciva poderá ser exercida para obter deles informações de qualquer espécie» (Art.º 17.º).

«Não poderão ser internados senão em locais situados em terra firme que ofereçam todas as garantias de higiene e de salubridade» (Art.º 22.º).

«A ração alimentar diária básica será suficiente, em quantidade, qualidade e variedade, para os manter de boa saúde e impedir uma perda de peso ou o desenvolvimento de doenças por carência de alimentação» (Art.º 26.º).

«Todos beneficiarão de completa liberdade para o exercício da sua religião, incluindo a assistência aos ofícios do seu culto» (Art.º 34.º).

«Os oficiais e equiparados serão tratados com as atenções devidas ao seu posto» (Art.º 44.º).

Excepto [em relação] aos oficiais e equiparados, a Potência detentora poderá obrigar os prisioneiros a trabalhar, «tendo em conta a sua idade, sexo, graduação e aptidões físicas» (Art.º 49.º); porém, «a não ser voluntariamente, nenhum [prisioneiro] poderá ser empregado em trabalhos de carácter insalubre ou perigoso, nem humilhante para um membro das forças armadas» (Art.º 52.º).

Feridos, doentes e mortos.

Os membros dos exércitos e quaisquer outras pessoas envolvidas num conflito armado «que sejam feridos ou doentes deverão ser respeitados e protegidos em todas as circunstâncias. É estritamente interdito qualquer atentado contra a sua vida e pessoa e, em especial, assassiná-los ou exterminá-los, submetê-los a torturas, efectuar neles experiências biológicas, deixá-los premeditadamente sem assistência médica ou sem tratamento, ou expô-los aos riscos de contágio ou de infecção criados para esse efeito».

«As mulheres serão tratadas com todos os cuidados especiais devidos ao seu sexo» (1ª Convenção de Genebra de 1949, Art.º 12.º).

«Em qualquer ocasião, e principalmente depois de um empenhamento, as Partes num conflito adoptarão sem demora todas as medidas possíveis para procurar e recolher os feridos e os doentes, protegê-los contra a pilhagem e maus tratos e assegurar-lhe os socorros necessários, assim como para procurar os mortos e impedir que eles sejam despojados» (Art.º 15.º).

No que se refere aos mortos, «as Partes no conflito providenciarão para que sejam enterrados decentemente, se for possível segundo os ritos da religião a que pertenciam, que as suas sepulturas sejam respeitadas, reunidas se possível segundo a nacionalidade dos mortos, convenientemente conservadas e marcadas por forma a poderem ser sempre encontradas».

«Os corpos não poderão ser incinerados a não ser por razões imperiosas de higiene ou por motivos derivados da religião dos falecidos» (Art.º 17.º).

Parlamentário.

«É considerado parlamentar o indivíduo autorizado por um dos beligerantes a tratar com o outro e que se apresenta com a bandeira branca. Tem direito à inviolabilidade, assim como o corneta, o clarim ou o tambor, o porta-bandeira e o intérprete, que o acompanharem» (Anexo à 4ª Convenção de Haia de 1907, Art.º 32.º).

B) Limites que respeitam aos bens do inimigo.

Podemos distinguir: as propriedades privadas, os centros populacionais e os edifícios e bens de utilidade espiritual.

Propriedades privadas.

«É proibido destruir ou apoderar-se das propriedades inimigas, salvo quando esse procedimento for imposto pelas necessidades da guerra» (Anexo à 4ª Convenção de Haia de 1907, Art.º 23.º, alínea g)).

«A propriedade privada não poderá ser confiscada» (Art.º 46.º).

«O exército que ocupar um território não poderá confiscar senão o numerário, os fundos e os valores exigíveis pertencentes propriamente ao Estado, os depósitos de armas, meios de transporte, armazéns e provisões e, em geral, toda a propriedade mobiliária do Estado de natureza a poder servir às operações de guerra» (Art.º 53.º).

Centros populacionais.

«É proibido atacar ou bombardear, de qualquer modo que seja, cidades, povoações, habitações ou edifícios que não estejam defendidos» (Anexo cit., Art.º 25.º)²²⁷.

«É proibido entregar ao saque as cidades ou povoações, ainda quando tomadas de assalto» (Art.º 28.º).

Edifícios e bens de utilidade espiritual.

«Nos cercos e bombardeamentos deverão ser tomadas todas as providências necessárias para poupar quanto possível os edifícios consagrados ao culto, às artes, à ciência e à beneficência, os monumentos históricos, os hospitais e os lugares de reunião dos doentes e feridos, sob a condição de tais edifícios ou lugares não serem ao mesmo tempo empregados para fins militares (Anexo cit., Art.º 27.º).

«Os bens das municipalidades, os dos estabelecimentos consagrados ao culto, à caridade, à instrução, às artes e às ciências, ainda que pertencentes ao Estado, são considerados como propriedades privadas. É proibida toda a confiscação, destruição ou danificação intencional de tais estabelecimentos, bem como de monumentos históricos, de obras de arte e de ciência, e contra esses actos deverá proceder-se» (Art.º 56.º).

C) Limites que respeitam aos meios de causar danos.

²²⁷ Atente-se no facto deste artigo datar de 1907 e, posteriormente, se terem desenvolvido os meios aéreos de combate e se ter passado ao bombardeamento massivo de cidades. Esta nova atitude toma forma com base no conceito de guerra total.

«Os beligerantes não têm um direito ilimitado quanto à escolha dos meios de causar danos ao inimigo» (Anexo cit., Art.º 22.º).

As armas e os meios considerados inutilmente cruéis, quer dizer, «susceptíveis de provocar sofrimento ou danos não directamente conducentes à inutilização do exército inimigo», devem evitar-se. Também se devem evitar os excessivamente inumanos.

Deste modo, estão condenados:

1) Os projecteis de peso inferior a 400 gramas (Declaração de S. Petersburgo de 1868);

2) Os projecteis que espalhem gases asfixiantes ou deletérios (1ª Convenção de Haia de 1899);

3) As balas que se espalham ou achatam facilmente no corpo humano (2ª Convenção de Haia de 1899);

4) Os gases asfixiantes, tóxicos ou similares e os meios bacteriológicos (Protocolo de Genebra de 1925).

D) Limites que respeitam ao modo de combater.

A luta militar deve ser uma luta quanto possível leal. Por isso, «é particularmente proibido empregar veneno ou armas envenenadas; matar ou ferir à traição indivíduos pertencentes à nação ou exército inimigo; matar ou ferir o inimigo que, depois de ter deposto as armas ou esgotados os meios de se defender, se entrega à descrição, e declarar que se não dá quartel» (Anexo à 4ª Convenção de Haia de 1907, Art.º 23.º, alíneas a, b, c, d).

Esta longa transcrição era necessária, porque, estando já feito - e bem - o trabalho de síntese, tornou-se mais fácil a cópia, devidamente identificada, do que o nosso arranjo, que, pela certa, não ficaria tão correcto.

Relativamente aos Protocolos de 1977 (GPI e GPII) mais à frente, e nas partes que têm interesse, far-lhe-emos a devida referência.

Dos articulados transcritos das *Convenções* vê-se que houve sempre o desejo internacional de fazer a guerra de uma forma mais humana; cabe a cada militar, e muito em especial aos oficiais, respeitar e fazer respeitar os acordos de modo a que os conflitos bélicos se contenham em limites não condenáveis.

Evidentemente que as *Convenções* não obrigam de uma forma tão completa como qualquer norma de direito interno; assim, há ainda Estados que não ratificaram os acordos internacionais relativos à guerra, ficando por isso desobrigados do cumprimento das normas neles previstas. Essa situação é extensível a certos grupos sem personalidade jurídica internacional.

Seja qual for a situação, a tendência recente vai no sentido de procurar movimentar a opinião pública de modo a atingir-se a condenação do emprego de processos inumanos ou que ofendam gravemente a dignidade da pessoa²²⁸.

O militar que cumprir, no mínimo, as regras e normas aprovadas internacionalmente e ratificadas pelo Governo de Portugal tem a certeza de não estar a praticar crime de guerra, devendo manter sob atenção e vigilância os seus próprios instintos e, se for chefe, os dos homens que comandar, já que é fácil cair na tentação da prática do crime contra a humanidade quando se detém meios de desencadear a violência.

Deve ter-se, todavia, em muita atenção o facto de não se deixar ludibriar pelo adversário que falsamente utilize processos proibidos pelos acordos internacionais para alcançar vantagens tácticas²²⁹; nestes casos, porque são sempre difíceis de provar, há que agir só quando se tem conhecimento irrefutável da falsidade do inimigo.

2. O RESPEITO PELOS ADVERSÁRIOS

Como já vimos, o respeito pelo adversário pode traduzir-se pelo cumprimento restrito dos acordos internacionais; no entanto, há princípios mínimos que, mesmo não estando contemplados em diplomas legais, podem e devem - sempre que as circunstâncias o permitirem - ser seguidos. Passo a enunciar alguns²³⁰:

- 1) Todas as pessoas que tenham sido postas fora de combate merecem ser tratadas com humanidade e sem distinções relativamente à forma como se bateram;
- 2) Todos os feridos, doentes e náufragos devem ser protegidos e tratados de acordo com as possibilidades e as circunstâncias;
- 3) Os edifícios e os veículos devidamente assinalados como instalações hospitalares ou de recolha e tratamento de feridos e doentes, devem ser respeitados, evitando-se que sejam molestados pelos efeitos do combate;
- 4) Devem ser poupados aos bombardeamentos, os edifícios históricos e que representem património cultural dos povos, desde que neles se não desenvolvam acções militares;

²²⁸ Atente-se, por exemplo, na campanha de condenação pública das forças políticas do Iraque que determinaram o bombardeamento de populações curdas com gases tóxicos letais.

²²⁹ Os casos mais vulgares são os da utilização de instalações hospitalares ou de veículos protegidos pelos acordos relativos a feridos, para ali instalar ou forças ou meios de recolha de informação militar.

²³⁰ Veja-se *Éthique Militaire. Guide a l'usage des cadres*, C. E. A. A., 1971, pp. 52-54.

- 5) O inimigo que se rende deve ser tratado com respeito e com as honras que merecer a sua graduação;
- 6) Não se deve recusar uma rendição sem condições;
- 7) Os mortos devem ser respeitados como tal;
- 8) Não se devem exercer represálias sobre o inimigo, seja militar ou civil;
- 9) Deve-se evitar a utilização de meios bélicos que ocasionem grande sofrimento e destruições inúteis;
- 10) Não se devem utilizar fardamentos, símbolos ou bandeiras do inimigo, bem como a bandeira branca, para o ludibriar;
- 11) Não se deve torturar um inimigo;
- 12) Não se deve atacar navios ou aeronaves comerciais de países neutros, a não ser em caso de clara contravenção do seu estatuto.

Estes são pequenos princípios de natureza moral que dão corpo aos grandes princípios estabelecidos nos acordos, mas que, sendo respeitados por todos, suavizam, no que é possível, os grandes horrores da guerra e, acima de tudo, evitam a prática de crime de guerra e do crime contra o direito das gentes.

O **Código de Justiça Militar** prevê, em cinco artigos, as situações em que este último crime pode ocorrer. Passamos a transcrevê-los, na parte que interessa:

1. O chefe que, sem motivo justificado, prolongar as hostilidades depois de receber notícia oficial de paz, armistício, capitulação ou suspensão de armas ajustada com o inimigo [...];
2. O chefe que, sem ordem, autorização ou provocação, cometer ou mandar cometer qualquer acto de hostilidade contra pessoas ou propriedades de nação amiga, neutral ou aliada [...];
3. O militar que praticar quaisquer actos reprovados por convenções internacionais a que o Estado Português tenha aderido ou que em território inimigo destruir bibliotecas, edifícios ou obras de arte notáveis, quando esses actos não indispensáveis para o bom êxito das operações de guerra [...];
4. [...] o militar que obrigar algum prisioneiro de guerra a combater contra a sua bandeira ou que, sem motivo justificado, o ofender corporalmente, injuriar gravemente ou privar do necessário alimento ou curativo;
5. O militar que ofender corporalmente ou injuriar algum parlamentarário [...].

Como se vê, embora de forma reduzida, o **Código de Justiça Militar** português abrange o essencial das situações passíveis de ser consideradas *crime de guerra*.

No entanto, não resistimos a repetir, *o adversário merece respeito, porque é um ser humano que ama e sofre como qualquer outro ser humano*.

3. PRISIONEIRO DE GUERRA

Embora já tenhamos dedicado a este tema algumas referências, julgamos que não será excessivo voltar a ele para recordar aspectos que são importantes manter vivos. Passo a enunciar alguns:

- 1) Não se deve permitir que aos prisioneiros lhes sejam retirados os objectos de uso pessoal, embora se lhes deva confiscar as armas, os equipamentos e documentos militares;
- 2) Em caso algum se devem expor os prisioneiros a riscos desnecessários;
- 3) A evacuação dos prisioneiros deve ser feita nas mesmas condições de segurança que se oferecem às nossas tropas;
- 4) Deve-se elaborar, tão breve quanto possível, a lista dos prisioneiros;
- 5) Cada prisioneiro não é obrigado a declarar, quando for interrogado, mais do que o seu nome e apelido, graduação, data de nascimento e número de matrícula ou equivalente;
- 6) Contra os prisioneiros não se devem manifestar sentimentos de ódio ou de vingança, porque se deve ter em conta que eles, enquanto militares, tiveram de obedecer às ordens superiores, tal como acontece com qualquer tropa;
- 7) Mesmo quando os prisioneiros façam parte de um Estado que não haja aderido às *Convenções*, ou integrem uma organização que não tenha personalidade jurídica internacional, o tratamento a dispensar-lhes deve ser pautado pelos princípios do humanismo, excluindo, por conseguinte, a utilização de métodos reprováveis.

Pelo que, genericamente, acabámos de expor percebe-se que a apreciação que o prisioneiro faz do seu captor é muito importante, já que, mais tarde, ele vai ser, quando o conflito acabar, um elemento de propaganda no seio da sua comunidade de origem; a imagem que ele der do tempo de cativo vai pesar fortemente na memória colectiva.

Recordamos que, no final da 1ª Guerra Mundial, os prisioneiros portugueses traziam dos seus captores uma imagem muito pouco favorável, com excepção daqueles que haviam sido destacados para trabalhar em quintas próximas dos campos de concentração; estes, pela afabilidade dos camponeses alemães, referiam os seus carcereiros como sendo boas pessoas.

4. CASOS ESPECIAIS

Quando tratámos mais em particular o conteúdo que nos interessa das *Convenções* reguladoras da actividade bélica, deixámos para análise e posterior comentário os aspectos que foram recentemente prescritos em Protocolos Adicionais aos acordos de 1949.

Porque haverá maior interesse nos temas que se ligam especificamente a questões aeronáuticas deixamos para a fase final a transcrição das mais recentes alterações introduzidas em Genebra.

Por facilidade, e à semelhança do que já foi feito anteriormente, passamos a transcrever, na parte que interessa, o artigo intitulado «Direito dos Conflitos Armados», da autoria do TCor. ADMAER Campos Almeida²³¹, publicado na revista *Mais Alto* de Maio/Junho de 1993.

O direito das partes em conflito em escolher os métodos e meios para fazer a guerra não é ilimitado (GPI, Art.º 35.º). [...]. Daqui derivam as limitações da utilização de certas armas como:

- 1. Interdição do uso de projecteis com fragmentos/estilhaços não visíveis com Raio X;*
- 2. Restrição da utilização de minas terrestres em zonas fortemente habitadas;*
- 3. Restrições no emprego de armas incendiárias com ênfase especial contra o uso de Nalbam.*

É ainda interdito (trata-se de uma restrição absoluta - GPI, Art.º 35.º - 3) o emprego de meios que causem danos extensos, duradouros e graves ao meio ambiente natural; ficam assim afastadas as chamadas guerra geofísica (modificação do tempo, do clima, etc.) e a guerra ecológica (com perturbação dos equilíbrios naturais).

[...].

Conceito importante é o de forças armadas, a partir do qual se torna possível definir quem é combatente e quem pode usufruir do estatuto de prisioneiro de guerra. O Art.º 43.º do GPI prescreve que compõem as forças armadas de uma parte em conflito:

As forças, grupos e unidades armadas e organizadas, colocadas sob um comando responsável, submetidas a um regime de disciplina interna, que cumpram as normas do Direito Internacional aplicável aos conflitos armados, mesmo que a parte em conflito não represente um Estado (salvaguarda dos movimentos de libertação).

São combatentes todos aqueles que sejam membros das forças armadas de uma parte em conflito, com excepção do pessoal dos serviços de assistência médica e religiosa - GPI, 43.º - 2. Os combatentes, por definição são aqueles que têm o direito de participar directamente nas hostilidades. Deste modo ficou estabelecido que, também, o pessoal militar ligado à logística e ao suporte das operações têm o estatuto de combatente.

[...] quando uma parte em conflito incorpore nas suas forças armadas estas organizações [organizações paramilitares], ou outros serviços públicos armados, encarregados de velar pela ordem pública, deverá fazer notificação às outras partes em conflito²³².

[...].

²³¹ O TCor. Campos Almeida é diplomado pela Academia Militar e licenciado em História e Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa.

²³² Trata-se de forças policiais.

*Para promover a protecção da população civil, contra os efeitos das hostilidades, devem os combatentes distinguir-se da população civil, quando tomarem parte num ataque ou numa operação militar preparatória de um ataque [...]*²³³.

Pelo que deixámos transcrito, vê-se que alguns dos conceitos já antes referidos²³⁴ e enunciados em 1949, e mesmo até em 1929 ou 1868 ou 1899, foram refeitos e, por vezes, ampliados.

A grande preocupação da actualidade é a de incluir no estatuto de forças armadas as forças até há pouco consideradas irregulares ou, mesmo até, ilegais. É evidente que a ampliação do conceito de força armada ao recair em forças só vagamente comparáveis a um exército regular não traz vantagens para os integrantes deste último, mas sim para os daquelas, porque passam a auferir de um tratamento bem diferente do dos presos de delito comum.

4.1. OCUPANTES DE AERONAVES

Também no Protocolo Adicional designado por GPI se faz referência aos ocupantes de aeronaves; porque parece de interesse, uma vez mais transcrevemos partes do texto do TCor. Campos Almeida publicado na revista *Mais Alto*:

Nenhum tripulante ou passageiro que tenha de abandonar uma aeronave em perigo, poderá ser alvejado durante a descida em pára-quedas (GPI - Art.º 42.º).
[...].

Ao chegar a terra, em território controlado pela parte adversa, devem as pessoas que se lançaram de pára-quedas ter oportunidade de render-se, antes de serem atacadas, a menos que seja manifesto que iniciem actos de hostilidade. [...] o mesmo Art.º 42.º, no seu n.º 3 estipula que «.. as tropas aerotransportadas não são protegidas pelo presente artigo». Estas tropas especiais podem ser atacadas em qualquer situação, quer a partir do solo, quer a partir de uma aeronave, porquanto desenvolvem uma operação de ataque.

Como se vê, há duas situações distintas que merecem tratamento diferenciado: a dos ocupantes de uma aeronave em perigo que usam o pára-quedas como um artefacto para salvar a vida; e a dos ocupantes de uma aeronave que, não estando em perigo, a utilizam como plataforma de

²³³ Ou seja, está-se a pugnar pelo uso de fardamento próprio.

²³⁴ Veja-se parágrafo 1.2. As Convenções Internacionais.

assalto e ao pára-quedas como *veículo* de aproximação ao objectivo. A diferença essencial reside no fim a que se destina o pára-quedas e não no tipo de aeronave ou, até mesmo, de ocupante²³⁵.

4.2. PROTECÇÃO DE PESSOAS E BENS

O Protocolo Adicional à Convenção de Genebra de 1949 (GPI) veio fazer o ponto da situação relativamente à protecção das pessoas e bens envolvidos pelos conflitos mas não tomando parte neles. Esse mesmo Protocolo acrescentou alguma matéria nova. Assim, convirá reter as linhas gerais expressas no articulado, socorrendo-nos, uma vez mais de excertos do texto do TCor. Campos Almeida:

As partes no conflito devem sempre fazer a distinção entre população civil e combatentes e entre bens de carácter civil e objectivos militares. [...]. As regras fundamentais, [...], para a protecção de civis e bens de carácter civil são, entre outras, as seguintes (GPI, 48 - 71):

- 1. A população civil não deve ser objecto de ataques (GPI, 51);*
- 2. É proibido espalhar o terror entre a população civil (GPI, 51);*
- 3. Os ataques indiscriminados são proibidos (são ataques indiscriminados os que não são dirigidos contra um objectivo militar bem determinado, ou em que sejam utilizados meios de combate cujos efeitos não possam ser limitados) (GPI, 51);*
- 4. São proibidos os ataques a título de represália contra população civil (GPI, 51);*
- 5. A presença de civis não deve ser utilizada para colocar certos pontos ao abrigo de operações militares, ou para encobrir, favorecer ou dificultar, operações militares (GPI, 51);*
- 6. Os bens de carácter civil (todos os que não são objectivos militares) não devem ser objecto de ataques ou de represálias (GPI, 52);*
- 7. Os objectivos militares (únicos que podem ser atacados) são aqueles que contribuem, efectivamente, para a acção militar e cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização, constitua uma vantagem militar precisa (GPI, 52);*
- 8. É proibido atacar monumentos históricos, obras de arte ou lugares de culto que constituam património cultural ou espiritual dos povos. Também é proibido utilizar esses bens para apoio dos esforço militar (GPI, 53);*
- 9. É proibido utilizar, contra os civis, a fome como método de guerra (GPI, 54);*
- 10. A guerra será conduzida de forma a proteger o meio ambiente natural contra danos extensivos, duráveis e graves (GPI, 55);*

²³⁵ Um só pára-quedista, lançado de uma pequena aeronave, pode desempenhar uma missão de guerra importantíssima - caso de sabotadores isolados - e, nestas circunstâncias, ao verificar-se a ausência de situação de aeronave em perigo, parece tornar-se lícito o abate do pára-quedista quando ainda a queda se processa.

11. *As barragens, diques e centrais nucleares não serão objecto de ataques, mesmo que constituam objectivos militares, se esses ataques provocarem a libertação de forças perigosas que causem severas perdas na população civil; esta protecção especial pode cessar se estas instalações forem utilizadas no apoio directo das operações militares (GPI, 56);*

12. *Na escolha dos meios e métodos de ataque devem tomar-se precauções no sentido de reduzir ao mínimo as perdas de vidas humanas na população civil e danos nos bens civis (GPI, 57);*

13. *Deve suspender-se ou interromper-se um ataque, quando parecer que um objectivo não é militar ou que, sendo-o, beneficia de protecção especial (GPI, 57);*

14. *As partes em litígio deverão esforçar-se por afastar a população civil e os bens de características civis, da proximidade dos objectivos militares (GPI, 58).*

Como se vê, foram introduzidas alterações às regras que vinham de 1949 e de anos anteriores. Dado que o 1.º Protocolo Adicional (GPI) traz alguns conceitos novos, valerá a pena continuar com a transcrição que se vinha fazendo.

É proibido às partes no conflito atacar as localidades não defendidas. É localidade não defendida, o lugar habitado que se encontre numa zona em que as forças armadas beligerantes estão em contacto e que seja declarada aberta à ocupação da parte adversa. Deve reunir as seguintes condições (GPI, 59):

★ *Os combatentes e o material militar móvel devem ter sido evacuados;*

★ *Não deve ser feito uso hostil das instalações ou estabelecimentos militares fixos;*

★ *As autoridades e a população não cometerão actos de hostilidade;*

★ *Nenhuma actividade de apoio a operações militares deve ser empreendida.*

[...].

As zonas desmilitarizadas são definidas por acordo formal, entre as partes, consistindo em declarações recíprocas e concordantes (GPI, 60). Este acordo poderá ser concluído tanto em tempo de paz como depois das hostilidades e deverá determinar os limites da zona desmilitarizada e as modalidades de controlo. Não é suficiente uma declaração unilateral, [...], (como acontece com a figura da «localidade não defendida»). Deve reunir as mesmas condições já atrás mencionadas para as localidades não defendidas.

Passemos, agora, ao último ponto daquilo que chamámos casos especiais e que foram motivo, em 1977, de estabelecimento de novas regras no acto de fazer a guerra.

4.3. AERONAVES DE TRANSPORTE SANITÁRIO

Uma vez que estamos na Academia da Força Aérea, mal feito seria se não deixasse algumas indicações mais precisas relacionadas com a identificação das aeronaves destinadas ao transporte sanitário, estabelecidas no 1.º Protocolo Adicional à Convenção de Genebra de 1949. Ainda uma outra vez, porque se torna muito mais simples a transcrição, vamos socorrer-nos do artigo da autoria do TCor. Campos Almeida:

Além dos tradicionais sinais distintivos da Cruz Vermelha ou Crescente Vermelho, foi estabelecido como sinal distintivo das aeronaves sanitárias um sinal luminoso constituído por uma luz azul com cintilação, usando coordenadas tricromáticas (verdes, brancos e púrpuras) especificadas no Anexo I ao GPI.

Recomenda-se a frequência de 60 a 100 cintilações por minuto.

O sinal rádio a usar pelas aeronaves sanitárias incluirá os seguintes elementos:

- ★ Distintivo de chamada;*
- ★ Posição;*
- ★ Número e tipo;*
- ★ Duração do voo;*
- ★ Hora [prevista] de saída e de chegada;*
- ★ Altitude de voo;*
- ★ Radiofrequência de escuta;*
- ★ Sistema de radar secundário de vigilância (SRS).*

As partes podem, por comum acordo ou separadamente, designar as frequências nacionais que decidam usar para estas comunicações (GPI, Anexo I, Art.º 7.º).

Chegados a este ponto, e tendo abordado toda a problemática relacionada com os *crimes de guerra*, **resta-nos recordar**, outra vez, **que o Homem é o valor supremo que deve ser preservado na guerra, muito em particular todo aquele que está indefeso, doente, ferido ou inferiorizado psicologicamente; o respeito pelo ser humano é o elemento moral que distingue um verdadeiro militar consciente de um comum malfeitor.**

9.^a LIÇÃO

1. PÁTRIA E PATRIOTISMO

A palavra *Pátria* é daquelas que na vida militar se ouve pronunciar muito frequentemente - é o amor da *Pátria*, é morrer pela *Pátria*, é defender a *Pátria*, é honrar a *Pátria*, é engrandecer a *Pátria*, é o símbolo da *Pátria*, enfim, é uma constante referência que parece balizar a actividade castrense.

Na verdade, toda a acção das forças armadas modernas só tem consistência nesse marco, só encontra o seu ponto de apoio nessa base que domina e envolve todos os cidadãos conscientes e, muito em particular, os militares. A *Pátria* o que é, afinal?

Se, com efeito, *Pátria* é um conceito que tem um forte significado para os militares - ainda que o não saibam explicar, plenamente - *patriotismo* é, para todos em geral, o que se sente pela *Pátria*. Dado que estamos em presença de vocábulos que fazem o dia a dia da actividade castrense, convirá que procuremos delimitar os conceitos, para que saibamos do que realmente estamos a falar.

1.1. CONCEITO DE PÁTRIA

Pátria é a terra dos pais, ou seja, a terra dos antepassados. Note-se que não há *Pátria* sem solo, sem território, mas também, não há *Pátria* sem antepassados. Então, quase se poderia dizer que *Pátria* é o mesmo que Nação e, contudo, arrisco-me a afirmar que, embora com alguns traços de semelhança, *Pátria* e Nação são conceitos e realidades distintos.

Nação é um conceito político que define uma relação entre um território, um povo, um passado comum e um desejo de permanência no presente e no futuro; *Pátria* é o conceito ***afectivo*** de Nação. Assim, poderíamos dizer que ***Pátria é a identidade afectiva da Nação ou o reconhecimento do passado de um Povo que se identificou, ao longo do tempo, com um território e que nele aspira a viver um futuro comum, livre e grandioso.***

Na verdade é quase impossível falar de *Pátria* esquecendo o Povo e, acima de tudo, a sua História; é a recordação dos feitos - bons e maus - dos antepassados que sedimenta a consciência

do presente. Um homem que não conhece as suas origens, as suas raízes, a sua família, não sente uma identificação com o passado, daí que lhe seja possível viver o presente e o futuro de uma forma totalmente indiferente, ao sabor dos acontecimentos. O passado obriga o futuro, através do presente; por isso é imprescindível, para haver uma *Pátria*, que exista uma História para ser contada e que a actualidade - qualquer que ela seja - represente a continuidade lógica do lado dignificante do passado. Em resumo, o passado e a História são elementos indissociáveis da *Pátria*.

Se é certo que uma Nação pode não ter território - porque assenta a coesão entre o Povo na existência de uma Cultura - já não se admite a existência de uma *Pátria* sem a ligação a esse elemento de instalação constante e permanente de uma comunidade. A *Pátria*, antes do mais, é um pedaço de solo, que os antepassados regaram com suor, donde foram retirando o alimento, e onde enterraram os seus mortos. Já Virgílio, poeta latino, dizia: *Nos patriam fugimus, nos dulcia linquimos arva*, ou seja, «fugimos da *pátria*, abandonamos os doces *campos*».

É essa profunda identificação à terra, ao solo, que é reconhecido como pertença comum, que determina a noção material de *Pátria*. Foi dentro desse espaço que se foram construindo as esperanças comuns; é esse espaço que se quer transmitir aos vindouros. Se é certo que se torna, por vezes, difícil explicar o sentido imaterial de *Pátria*, já, no entanto, a sua noção material é fácil de ser entendida, porque ela é visível nos contornos das fronteiras.

Podemos, agora, com alguma segurança, dizer que *Pátria é a simbiose entre o território habitado por um Povo, o sentimento de posse colectiva desse mesmo território, a História desse Povo ligada ao território e o perene desejo de continuidade do passado no futuro.*

1.2. CONCEITO DE PATRIOTISMO

Patriotismo é o amor da Pátria.

Como vamos ver o *Patriotismo*, sendo o amor da Pátria, é mais do que isso, porque é um **sentimento** complexo, é um **dever** e pode ser uma **devoção**.

O *Patriotismo* enquanto *sentimento* resulta de uma adesão natural ao meio ambiente que nos rodeia, ao todo, que sentimos como nosso; começa na rua onde vivemos a primeira infância, passa pela escola onde aprendemos as primeiras letras, pelos nossos amigos de aventuras, pelos nossos pais e irmãos. O *Patriotismo* enquanto *sentimento* preenche-nos a memória de boas recordações pessoais e identifica-se com tudo o que nos é querido, saudoso e simpático. Assim, o *Patriotismo* passa por coisas e pessoas e faz que ambas se tornem no ambiente que sentimos como familiar e altamente protector.

Curiosamente esta forma de manifestação do *Patriotismo* pode cair com relativa facilidade em situações que se devem evitar, tais como a exaltação exagerada da Pátria própria reduzindo e ridicularizando as Pátrias de outros; só através de uma boa educação cívica se evitam tais excessos. A dignidade da nossa Pátria passa pela aceitação e pelo respeito da Pátria dos outros.

Se o *Patriotismo* enquanto *sentimento* é, na prática, espontâneo, porque nasce em cada um de nós de acordo com a nossa capacidade sentimental, ou seja, com a maior ou menor facilidade para amar e para ter carência, ou não, de afecto, o *Patriotismo* enquanto *dever* resulta da expressão de uma vontade. Poder-se-ia dizer que o *Patriotismo-dever* é o *Patriotismo-sentimento* depois de disciplinado. Na verdade, cada um de nós tem o dever de amar a Pátria, porque ela é a raiz de nós mesmos; mas, cada um de nós tem o dever de amar a Pátria, porque ela representa o esforço de outros para ser o que é e para que nós possamos usufruir dela tal como se apresenta. Amar a Pátria torna-se, assim, numa obrigação de todo e de qualquer cidadão bem formado.

Contudo, o dever de amar a Pátria não nos aparece isolado como um sentimento que deve ser desenvolvido, porque *fica bem*, porque devemos essa *caridade* à comunidade onde nascemos. O dever de amar a Pátria existe e impõe-se a cada cidadão e a todos em geral, porque a Pátria tem de ser servida. Com efeito, a perenidade da Pátria passa pela disponibilidade, sem excepção, de todos os cidadãos a servirem quando e como for necessário. Queremos com isto dizer que o amor da Pátria enquanto dever é universal, isto é, não admite recusas, substituições ou excepções. O *Patriotismo-dever* encontra o fundamento para a universalidade no facto de a Pátria, enquanto Nação, estar disponível para proteger o indivíduo isolado sempre que este corra riscos pessoais.

O *Patriotismo* enquanto *devoção* é um sentimento que encontra a sua base e a sua lógica na tradição religiosa. Com efeito, a Pátria acaba assumindo o papel da divindade a quem são devidos sacrifícios respeitáveis e justos, quando e sempre que necessários. O culto da Pátria, ou seja o *Patriotismo-devoção* passa pelo reconhecimento da Pátria como geradora de uma identidade em cada um de nós. Na verdade, foi o facto de nascermos num determinado ambiente social, político, histórico, linguístico e económico que determinou o que somos hoje e agora; esse *ambiente* mais não é do que a Pátria. Esta torna-se, assim, no *útero* onde a sociedade gera os seus filhos, ou seja, a Pátria assume socialmente uma função semelhante à da Mãe de cada indivíduo: transmite-lhe uma certa matriz *genética*.

Ora, em todas as sociedades e em todas as culturas, em maior ou menor grau, a Mãe representa para os filhos a fonte da Vida e, por isso, torna-se credora de uma veneração e de um respeito muito especiais. A Mãe e a função maternal são dignas de respeito e de sacrifício de todos,

porque ela gera, transporta, alimenta e educa na primeira infância o filho e este é, de facto, a continuação de todo o grupo social.

Esta analogia define o *Patriotismo-devoção* que passa pelo amor à Pátria enquanto esta é Mãe, educadora e primeira protectora. É uma devoção, porque se reconhece na Pátria a dádiva daquilo que somos e a garantia de continuarmos a ser iguais.

Chegado a este ponto podemos delimitar o conceito de *Patriotismo* dizendo que *é o amor pela Pátria, traduzido como sentimento espontâneo, como dever universalmente aceite e como devoção praticada por reconhecimento.*

2. PATRIOTISMO E CONSERVANTISMO ²³⁶

Muitas vezes ouve-se dizer que o *Patriotismo* é um sentimento ultrapassado, já só a ele fazendo apelo os elementos politicamente conservadores. Ora, como antes afirmámos, o *Patriotismo* e a *Pátria* são frequentemente invocados no seio das forças armadas e esse facto levanta a questão de saber se se deve estabelecer uma relação tão directa entre *Patriotismo* e conservantismo. Por outro lado, convirá perceber se, a mais ou menos, constante invocação do *Patriotismo* nas forças armadas resulta destas serem, na verdade, quase sempre conservantistas.

Comecemos pela questão do relacionamento directo entre *Patriotismo* e conservantismo.

O conservantismo é sempre patriótico?

Se se entende que o conservantismo é o medo das mudanças políticas e, destas, muito especialmente as que são bruscas, podemos dizer que o *Patriotismo* tanto se manifesta no amor pelo passado da Pátria, como na admiração do presente. Temos, então, que o amor da Pátria não é, necessariamente, um amor passadista.

Deve notar-se que a grande admiração pelo passado de uma Pátria pode justificar o desejo de mudança no presente e no futuro. Com efeito, um Povo que tenha demonstrado, em dado momento da sua história, uma extraordinária vitalidade inovadora e que, posteriormente, tenha caído numa significativa apatia, pode, no presente, suscitar o desejo de mudança e, até, de uma mudança brusca. Não se trata, como se deduz, de uma posição ditada por falta de *Patriotismo*, mas, muito pelo contrário, de uma grande esperança e de uma imensa crença nas capacidades desse Povo²³⁷.

²³⁶ Entende-se por *conservantismo* o sistema político oposto ao radicalismo dos que advogam grandes e repentinas mudanças políticas, preferindo executar prudentes reformas graduais.

²³⁷ A este propósito, não deixará de ser interessante referir o exemplo ocorrido em Portugal, aquando do 25 de Abril de 1974. Com efeito, as Forças Armadas Portuguesas adoptaram uma posição patriótica, rompendo com

É verdade que o conservantismo pode, também, e em circunstâncias especiais ser patriótico. Isso ocorre quando a dissolução dos valores herdados do Passado se começa a consumir na voragem excessiva da inovação. O conservantismo funciona como frenador, quando a inovação esquece a tradição, a História e os valores que dão sentido a um Povo²³⁸.

Podemos, então concluir que a busca do equilíbrio e a fuga a todos os excessos políticos - tanto inovadores como conservadores - é uma atitude patriótica.

Chegamos, agora, à situação de poder averiguar se a constante invocação do *Patriotismo* nas forças armadas resulta destas serem, quase sempre, conservantistas.

Já vimos que o *Patriotismo* não é necessariamente sempre conservador, porque tão patriota pode ser o conservador como o inovador; convirá, então, perceber se as forças armadas são, de facto, quase sempre conservadoras.

Dado que as forças armadas têm sempre como missão primária, fundamental e universal, a defesa da Nação e, como já vimos, esta existe na base de um passado comum, é natural que aquelas estejam vocacionadas para a defesa de tudo aquilo que representa esse património de todos herdado de tempos mais recuados. Quer dizer, as forças armadas defendem os valores sociais recebidos de tempos idos ou, se se quiser, defendem os valores que constituem tradição.

Assim, há no seio das forças armadas uma maior apetência para encarar as soluções tradicionais como sendo as melhores; este facto empurra a instituição castrense para o domínio do conservantismo. Todavia, elas não são conservantistas pelo receio da inovação mas, fundamentalmente, por educação, visto que lhes compete o papel de guardiãs da Nação.

A invocação do *Patriotismo* como base educativa das forças armadas constitui uma das formas de identificação da sua missão com os aspectos fundamentais da Nação; assim, o amor à Pátria acaba traduzindo-se numa missão a cumprir e dessa pode-se partir para todas as restantes mais

todo o conservantismo que vinha sendo imposto a Portugal, havia já quase cinquenta anos. A atitude assumida tinha em vista regenerar a Pátria e pô-la em consonância com os tempos que se viviam, evitando que a Nação perdesse o respeito que merecia nos areópagos internacionais. O golpe militar de 25 de Abril de 1974 foi um corte brusco com o Passado, todavia, foi uma acção patriótica de correcção de posições que já representavam um perigoso desvio à História. A própria descolonização foi, dentro do possível e nas condições então existentes, um acto que honrou o Passado nacional, na medida em que, uma vez mais, e talvez a última, Portugal «deu mundos ao Mundo» ao permitir, sem mais derrame de sangue, que nascessem para a independência grandes Estados que falavam a língua dos nossos avós e que queriam preservar os valores europeus que lhes havíamos ensinado.

²³⁸ Também, a este propósito há exemplo em Portugal. Com efeito, o golpe militar de 25 de Novembro de 1975 mais não foi do que uma tentativa bem sucedida de travar a aceleração inovadora que havia ganho a revolução iniciada em 25 de Abril do ano anterior. Não se tratou, do ponto de vista da Sociologia Política, de um contra-golpe reaccionário, porque se permitiu a continuidade de existência legal dos grupos políticos mais extremistas; limitou-se-lhes a actuação. O golpe militar de 25 de Novembro de 1975 foi, também, um acto de profundo *Patriotismo*.

concretas e mais objectivas²³⁹. É o mesmo que dizer-se que o amor da Pátria, como missão dá cobertura a todas as outras missões possíveis de um militar desempenhar.

Percebe-se, julgamos, como a invocação do *Patriotismo* nas forças armadas não é um apelo à manutenção ou ampliação do conservantismo, mas uma necessidade prática e operacional, para que as missões se encadeiem numa lógica facilmente perceptível.

3. PATRIOTISMO E NACIONALISMO

A palavra *nacionalismo* envolve dois conceitos vulgares²⁴⁰: um, que se reporta ao amor pela Nação; outro, que se relaciona com uma ideologia política que defende a exaltação da Nação numa perspectiva autárcica e, por vezes, xenófoba. Interessa-nos o estudo da relação entre *Patriotismo* e *nacionalismo*, entendido este na última concepção referida.

O *nacionalismo* enquanto teoria política, isto é, enquanto exaltação «doentia» do amor pela Pátria conduz a uma excessiva atenção aos valores do passado, quase sempre destorcendo-os para os exaltar. O *nacionalismo* pretende reduzir a uma menor importância todas as outras Nações mas, tão mau quanto isso, pretende anular o indivíduo perante a Nação, isto é, retirar a importância individual ao cidadão para a dissolver na massa anónima impondo a este uma vontade nacional que não resulta, na maior parte dos casos, de uma consulta ao eleitorado. Enquanto os regimes políticos nascidos e filiados nas teses demo-liberais do século XIX privilegiam o cidadão individual, defendendo-o e libertando-o perante o Estado, as teses *nacionalistas* privilegiam a Nação, tornando esta num espartilho para o cidadão, ou, o mesmo é dizer, na prática, submete-o ao Estado, já que para os defensores de tais teorias políticas há uma identificação entre este e aquela.

Na vigência de regimes políticos *nacionalistas* há uma clara tendência para a utilização das forças armadas como aparelho repressor na ordem interna e expansionista na ordem externa.

Com efeito, as forças armadas são, no seu dia a dia, o exemplo acabado de uma microsociedade do tipo *nacionalista*, pois o individual tem de se submeter em permanência ao colectivo e essa atitude é tomada e imposta em nome da Nação e da defesa de supremos interesses nacionais. Ora, nesta perspectiva, as forças armadas, e em particular os quadros que a integram, acabam percebendo e achando «natural» um regime político que reproduza os ideais de vida social

²³⁹ Veja-se o Anexo nº 1, no final deste volume.

²⁴⁰ Não vamos, aqui e agora, entrar em linha de conta com as excelentes interpretações devidas a Ernst Gellner, expostas no seu livro *Nações e Nacionalismos*, saído em Lisboa no ano de 1993 e editado pela empresa Gradiva.

vividos todos os dias nos quartéis. Não lhes repugna essa situação porque vêem na prática os resultados de uma organização que privilegia o colectivo em nome de outro colectivo muito maior.

É pois possível dizer, em conclusão, que as forças armadas, podendo ser ou não conservadoras, são sempre tendencialmente adeptas de regimes políticos *nacionalistas*. Deve acrescentar-se que neste tipo de regimes as forças armadas constituem um segmento social privilegiado em comparação com outras instituições, daí que, também, adiram com facilidade a projectos *nacionalistas*.

Retomando, agora, a relação que deu origem a este capítulo da lição - o *Patriotismo* e o *nacionalismo* - podemos, também, concluir que o primeiro sentimento referido é, nas forças armadas, um dos veículo que, normalmente, induz o segundo. Assim sendo, julgamos, dever-se-á procurar determinar qual a atitude correcta, ou pelo menos mais correcta, dos oficiais de umas forças armadas de um Estado que adoptou o modelo demo-liberal como regime político nacional.

Se é saudável e desejável que os oficiais sejam patriotas e cultivem o patriotismo como ponto de apoio das suas convicções militares, é fundamental que, no respeito pelos direitos individuais do cidadão, não excedam o desenvolvimento das concepções *nacionalistas* para além do limite em que elas, não se tornando politicamente mórbidas, são tão só o amor da Nação, ou seja, o amor do Povo, da Terra, da História, da Língua, do Presente, do Futuro, no respeito, sem servilismo, pelas outras Nações.

10.^a LIÇÃO

1. DISCIPLINA

Guardámos, propositadamente, para a última lição desta primeira série o tema em epígrafe, porque nos parece constituir a chave de todo o discurso que vimos desenvolvendo.

Com efeito, sem *disciplina* mas cheia de homens moralmente bem formados, uma força armada não passa de um bando de «bons rapazes» que não fazem nada mal feito, que não ferem a moral nem a consciência pública e internacional, mas não cumprem nenhum dos objectivos militares que possam ter sido definidos. A *disciplina* é a argamassa que liga todas as virtudes militares - *lealdade, coragem, frontalidade, patriotismo, sentido da honra e da justiça, gosto pelas responsabilidades e pelo risco*. Sem *disciplina* não se é capaz de articular na medida do conveniente e do necessário ao conjunto as citadas virtudes.

Tentaremos dar, nas páginas seguintes, uma clara noção de *disciplina* para que, pelo seu entendimento uniforme, os futuros oficiais da Força Aérea possam tornar-se excelentes condutores de homens, justos e ponderados nas suas decisões.

1.1. CONCEITO DE DISCIPLINA

A melhor definição de *disciplina* militar, a que mais convém conhecer é a que está consignada no preâmbulo do *Regulamento de Disciplina Militar* e que passamos a transcrever: «*é o laço moral que liga entre si os diversos graus da hierarquia militar; nasce da dedicação pelo dever e consiste na estrita e pontual observância das leis e regulamentos militares*». Diz-se, no mesmo *Regulamento* que a *disciplina* se obtém «*pela convicção da missão a cumprir e mantém-se pelo prestígio que nasce dos princípios de justiça empregados, do respeito pelos direitos de todos, do cumprimento exacto dos deveres, do saber, da correcção de proceder e da estima recíproca*».

Atente-se nesta definição e veja-se como ela é perfeita. Analisemo-la passo a passo.

1. *A disciplina é o laço moral.* Quer dizer, a *disciplina* impõe-se por uma aceitação e uma coacção de ordem moral, isto é, a *disciplina* não se alcança através da prática de meios violentos ou repressivos, porque estes geram somente o medo.
2. *A disciplina liga entre si os diversos graus da hierarquia militar.* Esta afirmação é, também, extremamente importante, porque demonstra que nada nem ninguém fica excluído da sujeição à disciplina; e mais, não se estabelece aqui qualquer sentido na ligação, isto é, tanto liga de cima para baixo como de baixo para cima. Por outras palavras, a *disciplina* não se aplica só aos subordinados - ela obriga todos.
3. *A disciplina nasce da dedicação pelo dever.* Com efeito, quanto maior for o interesse pelo cumprimento do dever mais se amplia a consciência da *disciplina* pela maior integração do que se tem por fazer ou, por outras palavras, quanto mais se cumpre o dever mais se está apto a perceber quanto falta ainda fazer para cumprir bem. A dedicação pelo dever apura a exigência pessoal, aumenta a necessidade de perfeição.
4. *A disciplina consiste na estrita e pontual observância das leis e regulamentos militares.* Na realidade, só há disciplina quando há cumprimento exacto e em tempo correcto das leis, regulamentos e ordens militares. O militar para, de facto, ser disciplinado não pode só estar cheio de boa vontade; é necessário que cumpra, realmente, as disposições que lhe são apontadas.
5. *Consegue-se a disciplina pela convicção da missão a cumprir.* Note-se que estamos perante a indicação do método de aquisição de *disciplina* e repare-se que se diz que é necessária *convicção da missão*; quer dizer, o militar tem de sentir na sua mente a certeza da missão, isto é, não podem haver dúvidas, nem relutância quanto à missão. Quando o militar tem certezas quanto ao que dele se espera, ele cumpre disciplinadamente, ele é disciplinado. Então, temos aqui uma outra vertente da problemática da disciplina: para que haja certezas quanto à missão, tem de haver um forte empenhamento da parte de quem tem de instruir para que não surjam dúvidas em quem deve cumprir. A disciplina obriga a todos.
6. *A disciplina mantém-se pelo prestígio que nasce dos princípios de justiça empregados.* Quer dizer, só é possível manter a *disciplina* se ela estiver associada ao uso criterioso da justiça. Por outras palavras, a boa *disciplina* consegue-se através da boa justiça. O rigor excessivo na aplicação da justiça provoca a indisciplina tanto como uma muito ampla permissão. A *disciplina* exige bom senso, moderação, cautela, rigor e amizade. Com efeito, a aplicação da justiça - que é a forma de manter a *disciplina* - pode ser feita de duas maneiras distintas: uma, sem mostrar qualquer interesse pela pessoa do infractor; outra, ao invés, levando em consideração a pessoa que prevaricou e mostrando-lhe que o castigo não resulta de uma necessidade de vingança, mas de um imperativo de *disciplina* e de desejo de correcção pessoal.

7. *A disciplina mantém-se pelo prestígio do respeito que nasce pelos direitos de todos.* Com efeito, se a *disciplina* é geral, quer dizer, se obriga todos sem excepções, lógico será que a todos sejam reconhecidos os direitos que lhes pertencem. Assim, a *disciplina* mantém-se, de facto, cada vez que os disciplinadores não atropelam direitos individuais; mas, é necessário levar em conta que, também, se mantém quando se limitam as tentativas de alguns ultrapassarem os seus próprios direitos para desrespeitar os direitos dos outros.

8. *A disciplina mantém-se pelo prestígio do respeito que nasce pelo cumprimento exacto dos deveres, do saber, da correcção de proceder e da estima recíproca.* Realmente, sempre que os deveres são cumpridos exactamente e nisso se colocou todo o saber, está-se a gerar a manutenção da disciplina, porque se evitam os pontos de discordância entre quem manda e quem deve obedecer. Também se está a gerar a manutenção da *disciplina*, quando quem manda e quem deve cumprir age coerente e correctamente, isto é, de forma a que se não possam fazer reparos por inconstância temperamental ou comportamental. A *disciplina* mantém-se quando se desenvolvem laços de estima mútua, isto é, quando o subordinado sabe que conta com um amigo na pessoa do superior e quando este sabe que aquele o respeita, o admira, o compreende e o segue para onde as razões de serviço determinarem.

Depois da análise da definição de *disciplina*, que já data do século XIX, mas que se mantém tão verdadeira e vigorosa como quando foi, pela primeira vez, enunciada, convirá dar a definição que o próprio **Regulamento de Disciplina Militar** fornece no seu artigo primeiro: «*A disciplina militar consiste na exacta observância das leis e regulamentos militares e das determinações que de umas e de outras derivam: resulta, essencialmente, de um estado de espírito, baseado no civismo e patriotismo, que conduz voluntariamente ao cumprimento individual ou em grupo da missão que cabe às forças armadas*».

No artigo 2.º do mesmo **Regulamento** definem-se as bases da *disciplina* da forma seguinte: «*A disciplina deve encaminhar todas as vontades para o fim comum e fazê-las obedecer ao menor impulso do comando; coordenando os esforços de cada um assegura às forças armadas a sua principal força e a sua melhor garantia de êxito*». Estamos, por conseguinte, já em face dos aspectos funcionais da *disciplina*, razão pela qual convirá passar ao capítulo seguinte.

1.2. FUNÇÃO DA DISCIPLINA

Tal como no **Regulamento de Disciplina Militar** se afirma, a *disciplina* deve levar todas as vontades a obedecer ao menor impulso do comando.

Temos, aqui, uma das principais funções da *disciplina*: levar à obediência do comando, ou seja, a *disciplina militar* existe para servir o comando. Todavia, não se trata, como já se referiu, de uma obediência conseguida no vazio ou para a nada servir; antes pelo contrário, trata-se de uma obediência que tem uma finalidade: *coordenar os esforços* para conseguir que as forças armadas tenham êxito na sua missão. Na verdade, tem-se demonstrado, através de exemplos históricos, que forças bem mais fracas, mas muito disciplinadas, alcançam êxitos mais facilmente que tropas com excepcionais panóplias, nas quais impera a desordem e a anarquia²⁴¹.

Se é certo que a *disciplina* tem uma função social militar²⁴² e uma função operacional²⁴³, não é menos certo que tem uma função individual, que se define pelo desejo de perfeição no cumprimento das obrigações militares.

Assim, a *disciplina* serve individualmente para que cada elemento das forças armadas aprenda a superar os seus defeitos e as suas incapacidades, de modo a não colocar os outros em riscos para os quais não contribuíram. A *disciplina militar* é uma **regra de vida** que todo o elemento da instituição castrense tem por obrigação seguir e observar em cada dia, para que seja sempre mais capaz de cumprir, na perfeição, as missões que lhe forem destinadas.

Deste modo, a *disciplina* não é uma roupagem que se vista quando se está fardado ou quando se está no aquartelamento ou na base, mas é um elemento indissociável da personalidade do militar, porque lhe molda, em todos os instantes, o comportamento, tanto no ambiente civil como no meio castrense. Esta a razão pela qual, muitas vezes, se consegue adivinhar que determinado indivíduo é militar, quando se apresenta à paisana e sem quaisquer indicativos de pertença à instituição castrense; do porte às atitudes, dos gestos às palavras, dos conceitos que defende à forma como o faz, tudo são indicadores militares.

A interiorização da *disciplina militar* ou, se se quiser, dos princípios enformadores da *disciplina*, determina uma forma de sentir a vida e os problemas que ela gera, que acaba conduzindo o elemento das forças armadas à necessidade de fazer partilhar os outros dos mesmos padrões que ele adopta. Eis a razão por que o militar disciplinado é sempre um militar disciplinador; ele

²⁴¹ Um dos exemplos mais flagrantes do que acabamos de afirmar é o caso das tropas especiais que são utilizadas, quase sempre, em operações arriscadíssimas dotadas com armamento ligeiro para enfrentar situações que obrigariam ao uso de armamento pesado e sofisticado; o êxito depende, exactamente, da prática de uma boa disciplina.

²⁴² Ou seja criar e manter, sem conflitos, uma hierarquia na sociedade militar.

²⁴³ A qual se define pelo já referenciado bom êxito das forças armadas.

difunde a *disciplina* como regra de vida, como forma de estar e, acima de tudo, como forma de ser.

Se é verdade que a *disciplina* conforma a aparência dos militares, isto é, dá-lhes um porte que lhes é característico, também, não é menos certo que o mais importante na *disciplina* são as alterações psicológicas que determinam essas mudanças aparentes. Com efeito, a *disciplina* interiorizada é muito mais eficiente e duradoira do que a *disciplina* praticada para «agradar» ou «parecer bem».

Esta questão leva-nos direitos à temática do parágrafo seguinte.

2. EXERCÍCIOS PARA A DISCIPLINA

A *disciplina* treina-se, tanto a nível colectivo como a nível individual; poder-se-á dizer mesmo mais, a *disciplina* deve ser treinada com frequência.

O mais simples dos exercícios da *disciplina* é a prática de ordem unida; esta, ajuda de várias formas ao seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, põe um conjunto, mais ou menos amplo, de homens sujeitos ao mesmo comando; depois, leva-os à sincronia de movimentos - factor muito importante na vida militar - que supõe e obriga a existência de *disciplina* mental; em terceiro lugar, exercita a coacção do grupo sobre o indivíduo - repetem-se os exercícios até que todos executem os movimentos correctamente - que se tem de forçar até atingir a perfeição; em quarto lugar, treina-se a paciência e a resistência individuais e colectiva; enfim, a ordem unida gera um universo complexo de subordinações que se simplificam no seguinte esquema: subordinação das vontades individuais à vontade do comandante; subordinação da vontade de cada um à vontade do grupo.

Todos os exercícios e manobras militares têm duas finalidades intrínsecas: por um lado, treinar a tropa de modo a familiarizá-la com situações que se podem tornar reais; por outro, gerar *disciplina* de modo a que, no momento exacto, cada qual seja capaz de cumprir, sem hesitações, a sua obrigação.

Mas, se todos os exercícios militares visam o treino da *disciplina*, há um que, em particular, não podemos deixar de exaltar: a vontade individual de querer ser disciplinado.

O treino da vontade de querer ser disciplinado fá-lo cada um, sem grande alarde, com a certeza de assim estar a procurar a perfeição militar²⁴⁴. Esse treino é feito de pequenos sacrifícios diários, de pequenas abdições, de apetites que se deixam de realizar, porque se tem a certeza

²⁴⁴ Deve consultar-se o Anexo nº 2, no final deste volume.

de só deste modo se ser capaz de, quando um dia for preciso, praticar outros sacrifícios bem maiores e mais difíceis.

Ninguém espere ter força de vontade para a prática de grandes sacrifícios se não treinou, diariamente, o esforço de fazer os pequenos. Esta capacidade de fazer o que custa, de fazer o que não apetece, é que transmite a capacidade de se ser disciplinado, porque a *disciplina* é, acima de tudo, um treino, um hábito.

Não espere nenhum aluno da Academia da Força Aérea Portuguesa poder vir a ser um bom oficial, qualquer que seja a sua especialidade, se não tiver treinado a capacidade de se disciplinar, se não tiver aprendido a obedecer. Só é capaz de bem mandar quem aprendeu e praticou a capacidade de bem obedecer.

Não espere nenhum aluno da Academia da Força Aérea Portuguesa vir a ser respeitado pelos seus subordinados, se não tiver aprendido a respeitar os seus superiores.

Todo o aluno da Academia da Força Aérea Portuguesa tem por dever procurar atingir a perfeição interior, a qual passa pela prática da mais severa *disciplina* individual.

***Para poder cumprir a Força Aérea, para poder, cada vez mais, estar mais alto, é necessário que vós, alunos da Academia da Força Aérea, futuro que todos nós, os velhos oficiais, sonhámos, sejais capazes de praticar a mais profunda disciplina interior, sejais capazes de obedecer aos imperativos da vossa vontade, demonstrando que, afinal, valeu a pena o nosso e o vosso sacrifício, no desejo de bem cumprir, no desejo de perpetuar a Pátria de todos nós,
a Pátria Portuguesa.***

Anexo n.º 1

(Transcrição do capítulo «Os militares de carreira perante o dever de patriotismo» incluído nos apontamentos de *Deontologia Militar* elaborados pelo TCor. Capelão Cón.º António dos Reis Rodrigues, para apoio das lições da 21ª Cadeira, no ano lectivo de 1966 - 1967, na Academia Militar)

Relativamente aos militares de carreira, o ponto que acabámos de considerar tem incidências relevantes que merecem um pouco de atenção. Pergunta-se: 1.º O militar de carreira está obrigado a servir a Pátria por um dever de patriotismo da mesma intensidade que o geral dos cidadãos? 2.º Qual é a medida do seu patriotismo estritamente obrigatório?

À primeira pergunta respondemos que o dever de patriotismo comporta diversos *graus de intensidade* - e isto em função das razões que concorrem no indivíduo para servir a sua Pátria. Há, primeiro, um grau de intensidade comum a todos os cidadãos pelo simples facto de o serem. Mas há depois um segundo grau de patriotismo, mais intenso, em relação àqueles que a Pátria, de uma forma ou de outra, associou mais estreitamente aos seus destinos. É o que sucede com os Chefes de Estado, com os ministros, com os dirigentes da Administração e com os funcionários públicos. E é o que sucede também e de um modo ainda mais eloquente com os militares de carreira, os quais se encontram associados, talvez como ninguém mais, à defesa, à honra e à dignidade do seu país.

Entre todos os cidadãos, os membros do Exército têm assim um dever mais forte de servir a Pátria. Já como simples cidadãos a deviam servir; mas, como soldados, têm obrigação de a servir ainda muito melhor, com muito mais alma, porque foi isso mesmo que escolheram na vida e que juraram à face dos homens e de Deus. Motivo por que as suas faltas de lesa-Pátria são consideradas, em todos os povos, particularmente abomináveis. Com efeito, onde mais forte é o dever mais grave se torna o não cumprimento dele.

E aumentando quanto à intensidade, o dever de patriotismo do militar de carreira aumenta, por outro lado, quanto à medida. O que ele tem que dar à Pátria é não só mais *intenso*, mas mais *extenso*.

Nesta conformidade, o que para os restantes pode ser já manifestação de patriotismo livre, pode ser para ele ainda manifestação de patriotismo obrigatório, visto que a fidelidade aos seus compromissos pode reclamar dele, como frequentemente reclama, o sacrifício da própria vida, nos mesmos casos em que outros nem de perto estão ainda obrigados a pô-la em perigo.

Isto equivale a concluir que o soldado está obrigado muitas vezes ao heroísmo. O heroísmo para o comum dos homens é expressão de patriotismo livre. Para ele, pode ser mera exigência do cumprimento do dever.

Paul Claudel escreveu que «a juventude não existe para o prazer do heroísmo, mas para o heroísmo». Estas palavras melhor se diriam de um soldado, que em certas circunstâncias da vida, no campo do patriotismo, não tem à escolha senão esta alternativa: ou ser herói ou ser traidor. Na profissão das armas há momentos em que é impossível o meio-termo.

ANEXO N.º 2

(Transcrição de partes do capítulo V -«O Chefe Militar» - da obra intitulada *Conferências sobre Ética Militar* da autoria do, então Major do C. E. M. Alberto Andrade e Silva, editada pela Revista Militar em 1950)

1 - DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

a) - *O que é um Chefe*

Estudar o «Chefe» é examinar um dos elementos primordiais de todo o agrupamento humano, do clã primitivo à Nação moderna.

A História ensina-nos que, no decurso da humanidade, em todo o agrupamento de homens, congregados pela necessidade de se defenderem ou de atacarem, tem surgido sempre um «Chefe», um condutor que se impõe a todos pelas suas qualidades, os organiza e comanda, quer se lhe chame «Estratego», «Cônsul», «Duque», «Condestável», «Capitão», «Cabecilha» ou «Caudilho».

O que é então um «Chefe»? *Chefe*, genericamente e atendendo apenas à sua função orgânica, pode-se definir como sendo *todo aquele que tem o direito de dar ordens e o poder de as fazer cumprir*. Semelhante definição não pode, contudo, satisfazer aos militares por lhes interessar, principalmente, a natureza da acção de Chefe.

O papel do homem na guerra, vistas as coisas cruamente, é a luta contra outros homens; embora enobrecida pelo patriotismo, ela apresenta, no entanto, um carácter de violência inerente à sua própria essência. A guerra é um drama apaixonado e é esta paixão, comum a Chefes e soldados, base fundamental e primordial dos Exércitos. Esta paixão, em última análise, traduz-se em uma alma para o Chefe e em um coração para o soldado; alma para o Chefe forjada no dever, porque em paz, principalmente, há-de ser educador e na guerra condutor ou impulsor de homens e por isso há-de querer conhecer fortemente o coração humano, emocionar e apaixonar as massas, penetrando em suas almas para saturá-las de sacrifício e de heroísmo; coração para os soldados, para sentir vivamente o desejo de bater-se e sacrificar-se, porque a conduta humana depende, na

maior parte, do sentimento e não da razão. Assim, é experiência velha, confirmada pela História, que uma mesma tropa trabalha e executa diferentemente quando é comandada por chefes diferentes; quer dizer, é ao Chefe onde há que ir procurar uma das causas do êxito ou da derrota. Seria portanto negar a evidência contestar o papel do Chefe na guerra em todos os escalões. O valor de uma unidade é consequência daquele que a comanda. Nestas condições, podemos definir o «Chefe Militar» como sendo *todo aquele que tem o poder de despertar, controlar, moldar e dirigir o espírito dos homens, de maneira que possam agir em concerto, na consecução do objectivo comum*. O Chefe tem portanto que conhecer os homens, incluindo a sua própria pessoa.

[...].

b) - *Qualidades*

Para comandar bem, de todas as condições a preencher por um Chefe Militar, a primeira, unanimemente reconhecida em todas as épocas, é que constitua EXEMPLO para os que de si dependam.

Para que o Chefe possa dar o «exemplo», precisa de ter duas «personalidades», intimamente relacionadas, mas perfeitamente delimitadas, uma «moral» e outra «técnica» que, unidas à conveniente «aptidão física», constituem a base para o eficaz desempenho da sua missão.

1) - *Personalidade moral*

O combate é uma luta moral em que o Comando cai das mãos que o exerce por morte do corpo ou por morte do espírito; é por conseguinte indubitável que o Chefe deve possuir um *moral* a toda a prova que o mantenha frente ao perigo com o domínio de si mesmo que exige a condução do combate e o exemplo para os subordinados.

Este «moral» integra-se por diversas qualidades, entre as quais se destacam:

- carácter, posto em evidência pela força de vontade, devoção ao dever, subordinação aos interesses do conjunto, amor à responsabilidade e à iniciativa, grandeza de alma;
- coragem;
- fé;
- sentido da honra e brio;
- audácia;
- prudência;

- justiça e solicitude para com os inferiores.

O *carácter* não é mais que o exercício incessante da vontade; é o hábito de escolher constantemente o caminho do dever entre vários partidos e entre vários deveres por vezes opostos; é guiar-se pelo interesse geral subordinando-se aos interesses de conjunto, sacrificando resolutamente o egoísmo; é amar e procurar a responsabilidade em lugar de lhe fugir; é possuir espírito de iniciativa; é ter grandeza de alma, o que permite resistir com sucesso, mantendo-se de pé, às impressões produzidas pelo infortúnio. O carácter é a força moral mais bela de que podemos dispor; é, finalmente, e numa palavra, ser alguém. Para o Chefe, qualquer que seja a sua categoria, é a qualidade essencial, pois o que este dá com ela em segurança, é-lhe devolvido em estima pelas tropas.

Esta força moral elevada, que é o carácter, precisa, contudo, dum motivo determinante. [...]. Presentemente a força impulsora deve ser o *patriotismo*.

[...].

A *coragem* é necessária aos Comandos Subalternos e Superiores para servirem de exemplo vivo às suas tropas e as arrastar ao combate e aos Altos Comandos para dar Decisões, gostar do risco e da responsabilidade correspondente, resistir às críticas, mantendo-se acima da popularidade e do aplauso, e para a sua actuação pessoal na batalha.

A maioria dos homens está pronta a expor-se ao perigo, sem hesitação, desde que alguém os autorize, mas intimidam-se quando têm que assumir pessoalmente a responsabilidade. Esta última acção significa, em muitos casos, impor a si próprio um sentimento de obrigação. A coragem para o fazer é, por isso, um dom da natureza, pois somente a sua posse permite aos Chefes realizar grandes feitos. A coragem que interessa ao Chefe possuir não é, por isso, a adquirida; necessita antes da *coragem inata*, o que é muito raro existir nos grandes chefes. Esta serve ao seu possuidor sem que o mesmo disso tenha consciência, pois não requer impulso artificial para a sua manutenção. O desprezo pela morte torna-se tão natural que em nada prejudica as outras qualidades morais e intelectuais, pois neste caso a excitação do momento apenas intensifica a força interna geradora das mesmas. [...].

[...].

O exercício do comando baseia-se essencialmente na imposição da vontade. [...]. Mas uma vontade forte sem *fé* não se pode imaginar. Fé no *sentido religioso*, para crer no auxílio divino; no *sentido patriótico*, para inflamar a alma dos seus subordinados e lançá-los no combate; no *sentido pessoal*, para acreditar em si mesmo, porque a confiança em si, na sua sorte e na sua estrela dá-lhe segurança no êxito e firmeza de alma para se decidir a entabular a luta.

O *sentimento de honra e o brio* mantém a maioria das pessoas em face do perigo e inspiram ao Chefe as mais nobres paixões, sendo os móveis das grandes acções; no combate mostram o caminho a seguir nos casos difíceis, tornando-o exemplar. Estes sentimentos não são mais do que rasgos de carácter.

A *audácia*, para que o Chefe saiba aproveitar-se duma falta do adversário e lançar tudo na luta no momento dado, sem reserva mental. Esta qualidade é de emprego excepcional.

A *prudência*, para que o Chefe não leve as suas tropas ao acaso, nos Comandos Subalternos e Superiores; para se não arriscar numa acção cujos resultados sejam desproporcionados aos sacrifícios, sem pesar as consequências e as vantagens, nos Altos Comandos.

A *justiça e solicitude para com os inferiores*, para estimular a devoção à pessoa e à disciplina, porque a injustiça de cima é indisciplina em baixo.

2) - *Personalidade técnica*

A *personalidade técnica* é o resultado da aplicação das faculdades intelectuais aos conhecimentos de natureza profissional que junta à personalidade moral forma uma dualidade harmónica de valor incontestável para o prestígio e exercício do Comando.

Entre as *qualidades intelectuais* há a mencionar como mais importantes:

- inteligência, evidenciada pela imaginação, reflexão e raciocínio;
- faculdade ou potência criadora;
- senso (justa apreciação das realidades e possibilidades);
- golpe de vista (apreciação instantânea, sem socorro do raciocínio, das situações e dos

homens);

- espírito de organização;
- memória;

Entre as *qualidades profissionais*:

- ciência militar;
- conhecimentos extra-militares;
- arte de comandar e de persuadir;
- experiência pessoal da guerra, se possível.

[...].

BIBLIOGRAFIA

- Alberoni, Francesco e Veca, Salvatore - *O Altruísmo e a Moral*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1988.
- Almeida, TCor Campos - «Direito dos Conflitos Armados» in *Mais Alto*, Maio/Junho, 1993.
- Aron, Raymond - *Paz e Guerra Entre as Nações*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- Azambuja, Darcy - *Introdução à Ciência Política*, Porto Alegre, Editorial Globo, 1969.
- Bouthoul, Gaston - *La Guerre*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- *O Fenómeno Guerra*, Lisboa, Estúdios Cor, 1966.
- Brierly, J. L. - *Direito Internacional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.
- Caetano, Marcello - *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, tomo I, Coimbra, Livraria Almedina, 1989.
- C. E. A. A. - *Éthique Militaire. Guide a l'usage des cadres*, Paris, 1971.
- Congar, Yves e Folliet, Joseph - *O Exército e a Consciência*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1969.
- Costa, J. Almeida e Melo, A. Sampaio e - *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1987.
- Cupertino, Pe. Dr. Joaquim Luís - *Deontologia Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1975.
- Gellner, Ernest - *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Grádiva, 1993.
- Grimal, Pierre - *Dictionaire de la Mythologie Grec & Romaine*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- Grimberg, Carl - *História Universal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d.
- Keegan, John - *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987.
- Llull, Ramon - *Livro da Ordem de Cavalaria*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992.
- Ludendorff, General - *La Guerra Toal*, Paris, Ernest Flammarion Éditeur, 1936.

- Miranda, Jorge - *As Constituições Portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituição*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Petrony, 1992.
- Morencos, Fernando de Bordeje - *Diccionario militar estratégico y político*, Madrid, Editorial San Martin, 1981.
- Oliveira, Hermes de - *Guerra Subversiva. Subsídios para uma estratégia de reacção*, Lisboa, e. a., 1965.
- Perez, Rafael Gomez - *Problemas Morais da Existência Humana*, Lisboa, Edições CAS, 1983.
- Perlmutter, Amos - *Lo Militar y lo Político en los Tiempos Modernos*, Madrid, Ediciones Ejercito, 1982.
- Rodrigues, TCor. Capelão Cón.º António dos Reis - *Deontologia Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1961/1962.
- Sauvy, Alfred - *A Opinião Pública*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- Silva, Major Alberto Andrade e - *Conferências Sobre Ética Militar*, Lisboa, Revista Militar, 1950.
- Thines, G e Lempereur, Agnés - *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 1984.
- Tzu, Sun - *A Arte da Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d.
- Viaud, Pierre (Dir.) - *Les religions et la guerre*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1991.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS:

Código de Justiça Militar, Lisboa.

Estatuto dos Militares das Forças Armadas, Lisboa, 1990

Regulamento de Disciplina Militar, Lisboa.